

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA

**TELEVISÃO E SOCIALIZAÇÃO:
A EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA
NO ESPAÇO DOMÉSTICO**

ALEXANDRE DANTAS



Alexandre Dantas

**TELEVISÃO E SOCIALIZAÇÃO:
A EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA
NO ESPAÇO DOMÉSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - da UNESP de Araraquara como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dulce. C. A. Whitaker

Araraquara

2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alexandre Dantas

TELEVISÃO E SOCIALIZAÇÃO: A EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - da UNESP de Araraquara como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

UNESP – Araraquara – Programa de Pós-graduação em Sociologia

Prof.^a Dr.^a Dóris Accioly e Silva

USP – FEUSP (Faculdade de Educação da USP)

Prof.^a Dr.^a Elizabete David

COC - Faculdade de Direito

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rocha Antuniassi

UNESP – Botucatu – Faculdade de Agronomia

Prof. Dr. Augusto Caccia Bava

UNESP – Araraquara – Departamento de Sociologia

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho

A todos os alunos do “Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre a Violência”, da Faculdade de Direito da PUC Poços de Caldas com os quais, por mais de quatro anos, eu tive o privilégio de trabalhar.

Ao colega e mestre - não no sentido acadêmico, mas no sentido mais amplo que essa palavra possa ter - Tadeu Antonio Dix Silva, um pensador e crítico constante do estado de coisas em que estamos inseridos, e que tanto tem me ensinado desde que comecei a trabalhar ao seu lado.

A todos os que vêm sem enxergar.

AGRADECIMENTOS

Aos professores com os quais eu pude conviver desde a graduação, passando pelo mestrado e culminando no doutorado. Sem dúvida, com eles eu aprendi de que forma compreender as Ciências Sociais, particularmente a Sociologia.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, especialmente à funcionária Cristiana Gobatto Lopes, que por mais de quatro anos, com muita paciência, me auxiliou a encurtar a distância geográfica existente entre a minha casa e esta Instituição.

Ao Prof. Dr. Murilo Soares, da UNESP de Bauru, que norteou o caminho metodológico utilizado nesta Tese.

À minha orientadora Dulce C. A. Whitaker, que, quando eu não podia visualizar outro caminho que não a interrupção e a desistência deste Doutorado, clareou o meu norte, solucionando os problemas e impedindo que eu abrisse mão dele. Na verdade, esta Tese existe quase que exclusivamente graças ao seu incondicional apoio e dedicação.

“Metrópole”
Legião Urbana

É sangue mesmo, não é mertiolate,
e todos querem ver e comentar a novidade.
É tão emocionante um acidente de verdade.
Estão todos satisfeitos com o sucesso do desastre.
Vai passar na televisão.
Vai passar na televisão.
Vai passar na televisão.
Vai passar na televisão. (...)

RESUMO

Busca-se, em termos gerais, a discussão de como a violência perpassa e intervém na programação de um meio de comunicação em específico: a televisão. Para tal proposta, o caminho seguido passa, necessariamente, pela delimitação conceitual – a mais ampla possível – do termo violência. Tal amplitude do conceito obriga a sua relação com o fenômeno da Globalização bem como com as questões ideológicas presentes em tal fenômeno. Visto que a idéia geral da Tese mostra a necessidade da relação entre violência e televisão, esta última merece especial destaque, seja enquanto um elemento fundamental conformador da mídia, seja enquanto sua construção e constituição como um meio de comunicação essencial no Brasil, principalmente a partir dos anos 1970, seja enquanto um indispensável instrumento ideológico. Exatamente por esse último fator, deve-se, em primeiro lugar, diferenciar os conceitos entre violência e criminalidade para, posteriormente, se entender que tal equação se constitui em um consenso forjado, e que, por isso, entre outras coisas, sua compreensão e aceitação favorecem a divulgação da chamada dramatização da violência, mediante a qual a televisão estimula os medos da sociedade, propagandeando uma violência, por vezes distorcida, em grau exacerbado. Além disso, para reforçar ainda mais a relação contida entre violência e televisão, há, nesta Tese, a investigação do conteúdo da programação televisiva brasileira em um período específico, o que demonstra resultados, por vezes, surpreendentes e alarmantes. Condição que se agrava a partir do instante em que se analisa, mediante um outro conjunto de dados, o tempo que, por exemplo, as crianças, em uma situação específica, disponibilizam seu tempo livre em frente à televisão.

Palavras-chave: violência; televisão; globalização;

ABSTRACT

In general terms, one searches for the discussion of how violence passes by and intervenes in the programming of a specific means of communication television. For such proposal, the followed path necessarily goes through the conceptual delimitation – as wide as possible – of the term violence. Such broad concept obliges its relationship with the globalization phenomenon as well as the ideological issues present in such phenomenon. Since the general idea of the thesis points out the necessity of the relationship between violence and television, this last one deserves special prominence, as a conformist fundamental element of the media, as its construction and constitution of an essential means of communication in Brazil, specially from the 1970's onwards, as an indispensable ideological tool. Exactly due to this last factor, the concepts between violence and criminality should be differentiated in the first place, so that, subsequently, one can understand that such equation constitutes a forged consensus, and, because of that, among other things, its comprehension and acceptance favor the propagation of what is called, the dramatization of violence, through which television stimulates society's fears, spreading violence, which is many times exaggeratedly distorted. Furthermore, to reinforce even more the relationship between violence and television, this thesis contains the investigation of the Brazilian television programming content in a specific period, what shows surprising and alarming results many times. Such condition becomes worse from the moment one analyzes through another set of data, e.g. the time children spend in front of the television in their spare time, in a specific situation.

Key words: violence; television; globalization.

LISTA DE TABELAS

Figura 1	Tabela 1 - taxa de desemprego – Brasil e região metropolitana de São Paulo – 1989 – 1998	31
Figura 2	Tabela 2 - taxa de desemprego – região metropolitana de São Paulo – 1985-2003	32
Figura 3	Tabela 3 - rendimento médio real familiar e per capita e tamanho médio da família - município de São Paulo 1986-2002	33
Figura 4	Tabela 4 - taxa de desemprego, em números absolutos (em mil), de 1970-2002	34
Figura 5	Quadro 1 – Tipo de Aparelho Eletrônico (em quantidade)	144
Figura 6	Quadro 2 – Tipo de Aparelho Eletrônico (em quantidade)	144
Figura 7	Quadro 3 - Média Apurada entre as Escolas “A”, “B”, “C” e “D”	146
Figura 8	Quadro 4 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) Fazer os deveres de casa	147
Figura 9	Quadro 5 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) Fazer os deveres de casa	147
Figura 10	Quadro 6 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) Ler	148
Figura 11	Quadro 7 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) Ler	149
Figura 12	Quadro 8 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Brincar e conversar com os amigos	150
Figura 13	Quadro 9 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Brincar e conversar com os amigos	151
Figura 14	Quadro 10 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Ouvir músicas	152
Figura 15	Quadro 11 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Ouvir músicas	153
Figura 16	Quadro 12 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Jogar <i>Videogame</i>	154
Figura 17	Quadro 13 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Jogar <i>Videogame</i>	154
Figura 18	Quadro 14 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Utilizar computador	155
Figura 19	Quadro 15 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do	

	Período Escolar (em %) – Utilizar computador	156
Figura 20	Quadro 16 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Brincar na rua	157
Figura 21	Quadro 17 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Brincar na rua	158
Figura 22	Quadro 18 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Prestar ajuda à família	160
Figura 23	Quadro 19 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Prestar ajuda à família	160
Figura 24	Quadro 20 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Assistir TV de manhã	162
Figura 25	Quadro 21 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Assistir TV de manhã	162
Figura 26	Quadro 22 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Assistir TV à noite	163
Figura 27	Quadro 23 - Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %) – Assistir TV à noite	164
	Figura 28 - Quadro comparativo entre o tempo de 2h gasto nas atividades “assistir TV de manhã” e “brincar na rua” para os alunos e alunas das 3. ^a e 4. ^a séries da Escola “A” (em %)	166
Figura 29	Quadro 25 - Média entre as Escolas “A”, “B”, “C” e “D” referente ao tempo gasto assistindo televisão – manhã e noite (em %)	167
Figura 30	Quadro 26 - Média Apurada entre as Escola “A”, “B”, “C” e “D” Total de Tempo das Atividades Gastas Após o Período Escolar (em %)	168
Figura 31	Quadro 27 – Modelo Semana Contínua	171
Figura 32	Quadro 28 – Programação Contínua - Rede Globo em números absolutos	174
Figura 33	Quadro 29 – Programação Contínua – SBT em números absolutos	176
Figura 34	Quadro 30 – Programação Contínua – Rede Record em números absolutos	178
Figura 35	Quadro 31 – Programação Contínua – Rede Bandeirantes em números absolutos	180
Figura 36	Quadro 32 - Total dos eventos da Programação Contínua das 4 emissoras.	185
Figura 37	Quadro 33 - Programação Específica - Rede Globo	

	em números absolutos	188
Figura 38	Quadro 34 - Programação Específica - Rede Record	
	em números absolutos	189
Figura 39	Quadro 35 - Programação Específica - Rede Bandeirantes	
	em números absolutos	190
Figura 40	Quadro 36 - Programação Contínua e Programação Específica	
	Rede Globo - em números absolutos	192
Figura 41	Quadro 37 - Programação Contínua e Programação Específica	
	Rede Record - em números absolutos	195
Figura 42	Quadro 38 - Programação Contínua e Programação Específica	
	Rede Bandeirantes - em números absolutos	196
Figura 43	Quadro 39 – Total dos eventos para os quatro canais	
	Programação contínua e programação específica	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOL America Online
AT&T American Telephone and Telegraphm
BBC British Broadcasting Corporation
BID Banco Intramericano de Desenvolvimento
CEDEC Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CNN Cable News Network
COMSAT Communications Satellite Corporation
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRATEL Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
EMI Electric and Musical Industries Ltd.
FMI Fundo Monetário Internacional
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa
ILO International Labour Organization
INTELSAT Internacional Communication Satellite Consortium
NASA National Aeronautics and Space Administration
NBC National Broadcasting Company
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLP Organização pela Libertação da Palestina
OMC Organização Mundial do Comércio
OMS Organização Mundial de Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB Produto Interno Bruto
PNDH Programa Nacional de Direitos Humanos
PUC Pontifícia Universidade Católica
RCA Radio Corporation of America
SEADE Sistema Estadual de Análise de Dados
SEP Sociedade Brasileira de Economia e Política
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VHS Vídeo Home System

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 - VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	20
1.1 - Violência e Criminalidade: a necessidade de uma delimitação conceitual	20
1.2 - A questão da Exclusão Social e sua relação com a Violência	29
2 - A VIOLÊNCIA EM MEIO À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA	41
2.1 - O Processo Globalizador e a questão da Ideologia	41
2.2 – Os Paradigmas da Globalização Hegemônica	50
3 – A TELEVISÃO E A DRAMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA	68
3.1 – Mídia, MCM e Informação	68
3.2 – A Preeminência da Televisão	75
3.2.1 – Breves considerações acerca da Televisão	75
3.3 – O Medo a Dramatização da Violência	78
3.3.1 - Violência = Criminalidade: um consenso fabricado	92
3.3.2 - A ideologia e o discurso do medo	104
4 - PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA TELEVISÃO: DO MACRO AO MICRO	109
4.1 Notas sobre alguns estudos pertinentes acerca da relação entre Televisão e Violência	109
4.1.1 Meta-análise realizada pela UNESCO	109
4.1.2 Resultados do primeiro estudo longitudinal sobre a violência exibida nas programações e sua relação com o comportamento agressivo	113
4.1.3 Breves considerações acerca de um estudo brasileiro	117
4.2 A pesquisa numa situação específica	119

4.2.1 Amostragem de dados em um universo específico:	
crianças nas escolas de Poços de Caldas_____	121
4.2.1.1) <i>Quantidade de aparelhos eletrônicos por família</i> __	122
4.2.1.1) <i>As crianças fora do período escolar – dados sobre seu tempo livre</i> _____	125
4.2.2 Análise do conteúdo violento na programação televisiva brasileira_____	149
4.2.2.1) <i>Programação contínua</i> _____	152
4.2.2.2) <i>Programação específica</i> _____	166
4.2.2.3) <i>Algumas considerações pertinentes de nota</i> _____	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	187

INTRODUÇÃO

Devo¹, neste primeiro instante, fazer uso deste espaço para situar, de forma pontual, a estrutura da presente Tese, desde a escolha do objeto (tema), passando pela questão da sua investigação, e qual o delineamento teórico necessário para compreendê-lo e, principalmente, para levar a cabo o diálogo com ele.

A escolha do tema veio a partir do instante em que, ao começar a lecionar na PUC Minas – Poços de Caldas, no ano de 2000, fui convidado por um dos professores da área de Direito Penal a dividir com ele a coordenação de um grupo de estudo interdisciplinar que apresenta, como tema específico, a violência. O “Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa sobre a Violência” conta com a participação de alunos da graduação do curso de Direito em seus períodos finais, havendo, portanto, uma renovação desses alunos a cada semestre.

À medida que fui trabalhando com o grupo, o envolvimento com o tema foi crescendo, acentuando-se, e decidi, a partir desse conceito (que apresenta uma amplitude enorme de significados e pareceres, como poder-se-á notar ao longo deste texto), realizar, na tese de doutorado, um exame da relação entre a violência e os meios de comunicação no Brasil, especificamente a televisão.

¹ Penso ser necessário justificar o uso da 1.^a pessoa do singular utilizada neste parágrafo e nos dois seguintes, e *apenas neles*. Optei por empregá-la em lugar do plural majestático por considerar este rebuscado em demasia, como também em lugar do sujeito indeterminado, pois as colocações postas neste espaço revestem-se de um certo subjetivismo, que ficaria comprometido caso não se utilizasse a 1.^a pessoa do singular.

Grosso modo, o que se objetiva na presente tese é investigar de que forma (*como*) o tema “violência” aparece na televisão brasileira, bem como as razões (*porquês*) desse tema ganhar, constantemente, espaços cada vez maiores nesse meio de comunicação específico.

Pode-se afirmar, de imediato, que há uma preocupação corrente e constante em relação à violência na sociedade brasileira. Em quaisquer das várias camadas sociais que a compõem, tal tema é comentado, discutido e analisado, seja de forma acurada ou não, seja revestido de cientificidade ou reduzido à visão do senso comum, o que faz da violência um assunto de apreciação cotidiana. Visto que tal matéria se preenche de tamanho significado, e principalmente representa o eixo norteador desta tese, faz-se imprescindível, à luz de fundamentais pensadores, e antes de qualquer outro exercício teórico, demarcar o conceito de violência, para, a partir daí, avançar na elaboração da tese. Exatamente essa demarcação é que será a propositura contida no capítulo inicial. E mais, para além de tal intento, uma outra preocupação será tema de exposição nesse mesmo capítulo. Como poder-se-á notar posteriormente, há uma confusão teórica entre os conceitos de violência e de criminalidade, o que faz com que eles se imiscuem, resultando em um entendimento sinônimo, o que conduz a uma compreensão errônea. Assim, para que o horizonte científico acerca do fenômeno da violência, em relação ao que interessa aqui, possa ser avistado ao máximo, há, também, a necessidade de determinar os limites entre ambos os conceitos.

Uma outra questão que também merece atenção, quando se aventa o fenômeno da violência, é a exclusão social, um fato real presente na sociedade brasileira. Devido a isso, ainda no capítulo inicial, serão elencados

alguns dados que traduzem a exclusão social brasileira, para posteriormente, se tentar compreender como tal exclusão pode estar relacionada à violência.

Como exposto anteriormente, o eixo central desta tese abordará a relação entre a violência e a televisão brasileira, ou seja, de que forma o fenômeno da violência é tratado pela televisão e qual a razão de ele tratado do modo que o é. Contudo, antes de se procurar avançar na análise de seu conteúdo e de se tentar compreender quais são suas conseqüências para a nossa sociedade, veja-se o significado etimológico do termo, bem como uma de suas acepções. De acordo com Houaiss², televisão significa “sistema de transmissão de imagens à distância; transmissão e recepção de imagens visuais convertidas em sinais eletromagnéticos, por meio de ondas hertzianas ou de cabo coaxial”. Assim, termos como “transmissão”, “recepção”, “sinais eletromagnéticos”, “ondas hertzianas” etc., apontam para uma direção que se faz necessária ressaltar (ainda que se mostre óbvia): a relação existente entre televisão e tecnologia. Dessa forma, antes de qualquer análise de conteúdo televisivo (especificamente em relação à questão da violência), há que se pontuar a sua relação com a tecnologia; compreendê-la como um importante – e essencial – elemento componente da sociedade informacional, que veio em complementação ao paradigma da sociedade industrial. E sendo a tecnologia uma das principais características da globalização, faz-se indispensável situá-la a partir da compreensão da globalização.

Portanto, televisão, tecnologia e globalização são conceitos interligados, que apenas podem ser compreendidos em sua relação intrínseca. É também por essa razão que o conteúdo do segundo capítulo versará

² Dicionário Eletrônico Houaiss, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, dez. 2001.

exclusivamente sobre o conceito de globalização, dada a relevância do mesmo para o tema aqui pretendido, como já pontuado anteriormente.

Conforme já dito, o fenômeno da violência, enquanto tema de discussão, espalha-se pela sociedade brasileira, que, cada vez mais, para além de examiná-lo, vive o seu clima. De acordo Franco (2000, pp. 490 e 491) “o temor, o medo, a ameaça tornaram-se ingredientes do dia-a-dia e ninguém se exclui da possibilidade de figurar como vítima ou autor da violência”. Este cenário tem como um dos seus principais propagadores os meios de comunicação de massa, que, ao mesmo tempo que intensificam sobremaneira sua cobertura de fatos violentos – criminosos ou não –, elaboram e reproduzem discursos sobre o “aumento da violência” (o que representa um reforço acentuadíssimo para que a sociedade compreenda a criminalidade como sinônimo de violência).

Para Dias (1996, p. 103):

(...) o fato de a violência se apresentar como um desvio em relação a determinados estados tidos como normais, garante-lhes um lugar efetivo na mídia – que, por princípio, necessita de acontecimentos com tal carga de ruptura.

Uma vez que há a identificação dos meios de comunicação de massa como um dos principais difusores da violência (e sua conseqüente identidade com a criminalidade), será de vital importância para a conformação do presente trabalho a discussão do papel da televisão. Dessa forma, o terceiro capítulo será elaborado tendo com base a discussão do surgimento da televisão no Brasil, passando pela discussão de seu papel na sociedade atual, e culminando em uma questão primordial: a da dramatização da violência, através da qual a televisão acirra os medos da sociedade, propagando

uma violência em grau exacerbado. Além disso, e tão sério quanto, a televisão distorce o conceito de violência, inculcando na população uma noção errônea acerca do seu significado, que fica, em sua esmagadora maioria, à mercê do conteúdo televisivo, assimilando e reproduzindo os valores expostos pelas emissoras em grande parte da programação.

Somente após uma discussão preliminar acerca da violência, globalização e televisão (o que se configura na proposta, já explicitada, dos três primeiros capítulos), e a compreensão desses elementos como partícipes do mesmo eixo, é que se faz possível a exposição e a análise do conteúdo da programação televisiva brasileira. Não por outro motivo, esse intento ficou direcionado ao quarto capítulo. Exatamente nele é que se buscará evidenciar e analisar o conteúdo da programação da televisão brasileira, conteúdo esse que, considerando critérios metodológicos que serão devidamente explicitados posteriormente, refere-se a 256 (duzentos e cinquenta e seis) horas de gravação de programação em dias e horários alternados, além de programas específicos que exploram a violência. Nesse capítulo procurar-se-á demonstrar de que forma a violência aparece na televisão brasileira, por que ela representa um tema essencial para as emissoras e quais os possíveis interesses e conseqüências de tal condição.

Espera-se que esta tese contribua, ainda que de forma modesta, para um alargamento da compreensão do conceito de violência, mostrando, a partir dessa compreensão, de que forma a violência é empregada como chamariz de audiência, norteando a programação da televisão brasileira, e quais as possíveis conseqüências dessa situação para a sociedade.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

1.1) VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE:

A NECESSIDADE DE UMA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Como poder-se-á notar posteriormente, a ação da dramatização da violência conduz os conceitos de violência e criminalidade a um nivelamento, a uma condição de sinonímia. Como pontua FRANCO (2000), passa a existir entre a violência e a criminalidade uma superposição conceitual.

Assim, antes de qualquer avanço teórico, respeitando o eixo conceitual proposto na introdução, e pretendendo a compreensão científica do fenômeno da violência, deve-se, de imediato, desfazer essa sobreposição entre os conceitos, desconectando-os e explicitando os seus significados, a fim de que não persista qualquer imprecisão de ordem conceitual acerca de ambos.

Criminalidade deve ser entendida a partir de seu sentido etiológico, ou seja, desde a própria noção do crime como a ação ou omissão de uma determinada pessoa que corresponda a uma conduta prevista como delito em leis penais, e que possua todos os requisitos de punibilidade em observância ao princípio *nullum crimen nulla poena sine lege*, acolhido como direito fundamental na Constituição Federal (1988), no art. 5.º, XXXIX, que rege: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia prescrição legal”. Já a noção de criminalidade manifesta-se como “o conjunto de todas as ações ou omissões puníveis dentro de um determinado âmbito temporal e espacial”. (Roxin, 2001, p. 38)

Por conseqüência, a distinção entre delito e criminalidade indica que esta é a soma de todos os crimes. Porém, do ponto de vista conceitual, há que se colocar em relevo que a conduta criminosa é tanto um fenômeno social (criminalidade), como individual (delito). Essa distinção também pode apontar, além de meras estatísticas sobre os crimes, que “na origem e evolução da criminalidade incidem mais e distintos fatores (históricos, culturais, sociológicos, econômicos etc)” (Haassemer e Muñoz Conde, 2001, p. 27).

Uma vez exposto o significado do conceito de criminalidade – o que permite que se afaste de uma acepção reducionista de violência –, cumpre, agora, contemplar uma questão essencial para a presente Tese: a conceituação acerca da violência.

Em que pese a enorme gama de significados que se possa atribuir ao termo, o que terminaria por conduzir a incontáveis interpretações, deve-se, neste primeiro momento, expor algumas referências a respeito dele, a fim de situar sua compreensão por determinados autores, para que se busque uma conceituação mais ampla possível. PINHEIRO e ALMEIDA (2003) consideram duas definições de violência. A primeira, que os autores denominam de *básica*, é assim exposta: “ação intencional que provoca dano”. Há uma intenção e dessa intenção pode (e não necessariamente deve) surgir o dano. Reconhecendo o caráter complexo da violência, Pinheiro e Almeida avançam na sua análise, admitindo a necessidade de definições específicas de violência. Escrevem os autores: “para que possamos medir a violência e fazer análises comparativas entre várias sociedades, é essencial que tenhamos uma definição ampla de violência” (p. 15). Em seguida, expõem a definição dada pela OMS como a que possibilitaria tal amplitude:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Pinheiro e Almeida, 2003, p. 16)

De acordo com essa definição, reconhece-se que a violência não conduz necessariamente à morte, podendo, em vez disso, levar a danos psicológicos e/ou sociais. Contudo, ao procurar situar a violência, seja no Brasil, seja em termos mundiais, Pinheiro e Almeida reduzem a violência à criminalidade ao exibirem apenas dados estatísticos – significativos, necessário que se diga – acerca dos homicídios.

A criminalidade é importante para demonstrar uma violência que é um fenômeno mundial? Sem dúvida. O que se contesta, no entanto, é a redução da violência à criminalidade. Uma vez que os autores, baseando-se na definição da OMS, reconhecem a complexidade do conceito de violência, esperava-se que outros aspectos, que não apenas a criminalidade (traduzidas, como já dito, pelas taxas de homicídio), servissem de base para mapear a violência. Para tanto, veja-se:

Se aplicarmos a definição e a tipologia da violência ao Brasil, como a situação se apresentará? O que chama a atenção, especialmente desde a década de 1980, são os altos números da violência interpessoal, entre os mais elevados da comunidade internacional. Nas expressões dessa violência, incluem-se os homicídios, latrocínios e acidentes de trânsito. Grande proporção dos homicídios é perpetrada no contexto da criminalidade urbana, especialmente nas nove regiões metropolitanas. (Pinheiro e Almeida, 2003, p. 27)

Contraopondo-se a este entendimento, KAHN (1997) pontua que, visando atender a uma sugestão do PNDH, o Ministério da Justiça encomendou ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) a elaboração, em 1996, de “Mapas de Risco da Violência” nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba. A idéia do PNDH sugeria que as autoridades deveriam eleger áreas prioritárias e apresentar propostas direcionadas à problemática dos direitos humanos.

Todavia, esse conceituado centro de estudos não ficou imune à confusão teórica entre violência e criminalidade. Ao invés de elaborar um estudo que contemplasse a violência contra a pessoa humana nas suas distintas manifestações concretas, tratou a violência apenas no sentido criminal, optando por confeccionar o Mapa de Risco utilizando-se exclusivamente da “taxa de homicídios por 100 mil habitantes” (Kanh, 1997, p. 41).

A opção pela taxa de mortalidade para a representação do “risco de violência”, feita pelo CEDEC, demonstra uma reprodução da sinonímia entre criminalidade e violência, que não corresponde à realidade fática. Pondera AKERMAN (1997) que o homicídio não pode ser considerado o único evento violento passível de análise, considerando ser necessária a agregação de outras inserções, como, por exemplo, os acidentes de trânsito que não se constituem crimes para elaboração de Mapas de Risco. KAHN (1997) também entende inadequado inquirir de maneira minuciosa um fenômeno complexo a partir “de um indicador singular, o homicídio”.

Nesse caminhar para a busca de um conceito de violência que seja o mais transparente possível, um outro ponto merece análise: a relação entre violência e democracia. Escrevem Pinheiro e Almeida (2003, p. 31):

Embora a transição e a consolidação democrática tenham fornecido as condições básicas para novas formas de convívio e pacificação, o retorno à democracia³ coincidiu com o aumento da violência e a multiplicação de gangues, máfias e outras organizações criminosas em várias cidades brasileiras.

Fazendo coro a essa consideração, Peralva (2003, p. 73) pontua:

O retorno à democracia efetuou-se *pari passu* com uma intensificação sem precedentes da criminalidade. O número de delitos já havia aumentado nos anos 70. Mas foi nos anos 80, no exato momento em que a abertura política se iniciava, que o *crescimento das taxas de homicídio se acelerou*, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias. (grifos da autora)

E mais, para a autora, conforme a transição democrática aconteceu sob a condição de uma “ruptura progressiva com a experiência autoritária”, significativas necessidades prementes relacionadas à reconstrução das instituições encarregadas da manutenção da ordem pública foram esquecidas. Impossibilitada de contar com instituições novas em espaço sensível, além de não mais poder se utilizar dos mecanismos de regulação do período autoritário, a democracia “terminou abrindo amplas possibilidades para que a violência se desenvolvesse” (Peralva, 2003, pp. 20 e 21).

³ Nota-se, a partir da ponderação de Pinheiro e Almeida, uma confusão conceitual por parte dos autores entre abertura política e democracia, o que poderia, a partir de tal visão, suscitar uma volta à ditadura.

Vê-se que, ao situar – e reconhecer – a relação entre democracia e aumento de violência, Peralva *também* reduz a violência à criminalidade, além de se congruar à idéia de Pinheiro e Almeida acerca da relação entre democracia e violência.

Tal postura vai encontrar voz contrária em Aranha (1997, pp. 26 e 27), que trilha caminho mais amplo:

existe prejuízo quando *privamos* alguém daquilo a que tem direito e com isso lhe causamos dor, sofrimento, e o “diminuímos” em sua humanidade. Não mais o vemos em sua integridade, como um sujeito, dono de si, senhor de direitos, mas como uma coisa. Nesses casos, estamos provocando a *destruição* do outro, que se configura a partir de diversos *tipos* de violência: ferir, matar, prender, roubar, ameaçar, humilhar. Essas formas atingem a integridade do corpo e da vida, a liberdade de movimento, o direito à propriedade, ou ainda perturbam o espírito e a dignidade das pessoas. Por isso, a violência se exerce não só quando matamos ou ferimos fisicamente alguém, mas também quando, por exemplo, o caluniamos (ferimos a sua imagem pública) ou quando o doutrinamos (impedimos seu livre exercício de crítica.) (grifos da autora)

A autora busca, assim, oferecer um panorama mais amplo acerca do conceito de violência, não o considerando exclusivamente vinculado à criminalidade. O termo violência conduz a uma relação com crimes, como homicídio, estupro, latrocínio, que são exemplos de “violência vermelha”, denominada dessa forma por sanguinolenta. Entretanto, existe uma preocupação mínima com a chamada violência “branca”, mais sutil, porque essa não se mostra aos olhos, não se faz notar; como se simplesmente fosse resultado da “ordem natural das coisas” (Aranha, 1997, pp. 27 e 28).

Fazendo coro a essa concepção ampliada, VELHO (1996) considera que a violência não deve ser limitada apenas à utilização da força física, mas associada à idéia de poder, quando há a imposição de vontade, desejo ou projeto de um indivíduo sobre outro. Assim, violência deve ser compreendida como a forma mais aguda de revelar o total desrespeito e desconsideração pelo outro. Indo mais adiante além, Velho (1996, p. 236), considera que:

Além das coisas mais óbvias como linchamento, assassinato, todos esses crimes que aparecem com maior destaque, existe a violência do cotidiano, que nós naturalizamos. Como dirigir automóvel. A violência do trânsito, nós naturalizamos, achamos que é assim. No entanto, é um comportamento violento, de desrespeito às outras pessoas, de desconsideração pela sociedade, pela coisa pública. É violento porque você tem uma arma na mão. Então essa violência se manifesta em todos os níveis da vida social.

Em complemento a essa idéia, CORTELLA (2004) reconhece a existência da violência, por exemplo, no impedimento da expressão de um pensamento, no constrangimento dos corpos com a dor, além da fome e da miséria (condições que conformam a exclusão social), na doença sem socorro, na falta de trabalho, na ausência de estudo, na carência de um lazer sadio, na discriminação de qualquer tipo.

Nessa mesma linha de pensamento, Michaud (2001, pp. 10 e 11) estabelece, mediante ponto de vista profuso, que a violência existe

quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Franco (2004, p. 1) ilumina a discussão ao considerar que

construir o conceito de violência é tarefa quase diabólica tantas são suas faces e suas formas de expressão. Se a percepção da violência pode ser apreendida com extrema facilidade diante da contundência fisicamente visível, é ela de difícil captura quando se mascara com sutilezas ou se oculta através de manobras sub-reptícias. Daí a dificuldade de demarcar as balizas do conceito positivo de violência. Melhor é tentar defini-la sob angulação diversa.

E deste prisma diverso, Franco conclui, concebendo a violência como

tudo o que, do ponto de vista negativo, afeta o ser humano na sua dignidade, na sua vida, na sua liberdade, na sua intimidade, na sua honra ou, dito de modo mais concreto, nos seus direitos fundamentais e que, por isso, impede o pleno desenvolvimento ou interfere na auto-realização da pessoa humana. (2004, p. 1)

Dessa forma, ao mesmo tempo em que foram elencados vários autores para se delimitar conceitualmente a violência (e se assim não se procedesse, essa delimitação poderia ficar empobrecida), buscou-se, também, evidenciar que o crime, enquanto expressão de uma determinada modalidade de violência, possui área de significado bem mais restrita.

Portanto, entende-se que a redução (e a reprodução) da equação violência = criminalidade, que cada vez mais se fortalece, mostra-se imprópria. Violência deve ser compreendida em sentido amplo. Criminalidade, assim, constitui-se em *uma* forma de violência, constitui-se em um sub-conjunto que compõe, ao lado de outros, o conjunto maior, que é a violência.

Além disso, o impacto da mídia televisiva e seus efeitos negativos apontam para uma correlação entre a violência reproduzida e editada pela

televisão e o crescimento da criminalidade (questão que será tratada a fundo no terceiro capítulo). Embora não se queira aqui saltar etapas, faz-se preciso citar, ainda que de forma pontual, uma questão de extrema relevância, que, como já dito, será devidamente explanada em capítulo posterior. A consideração acima conduz à construção de um conceito que se constitui em um sub-conjunto da violência, o qual deve ser compreendido como *violência midiática*. Dessa forma, para Dantas, Silva e Toledo (2005, p. 322), há violência midiática quando

a mídia impõe ao ser humano uma violência simbólica, capaz de transformar a realidade do próprio ser em sínteses de experiências não vividas. A crença na violência imaginária ativa e introjeta sentimentos e emoções capazes de engendrar preconceitos, segregações e intolerâncias em relação ao outro ser humano.

Para Bourdieu (1997, p. 29):

(...) a televisão, que se pretende um instrumento de registro, torna-se um instrumento de criação de realidade. Caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito pela televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política.

Dessa forma, espera-se, neste item, ter-se atingido o intento inicial, ou seja, diferenciar os conceitos de violência e criminalidade, deixando clara a necessidade de não os considerar como sinônimos. Obviamente, ao se apontar tal diferenciação, fez-se premente discorrer acerca do conceito de violência, ampliando-o ao máximo. Tal propósito se faz essencial para o que se objetiva nos itens e capítulos subseqüentes.

1.2) A QUESTÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA

A exclusão social – um dos fenômenos de maior evidência no momento histórico atual – não deve ser reduzida meramente a questões de renda; há que se entendê-la em um sentido mais amplo, uma vez que ela pode ser manifestada em outras áreas como saúde, habitação, lazer, acesso aos serviços básicos etc.

De acordo com Laranjeira (1999, p. 123),

fenômenos como crescimento do desemprego de massa e de longa duração nos países centrais, a desregulamentação do mercado de trabalho, o futuro do trabalho, passam a exigir uma pauta de discussões em que se incluam questões como exclusão social e crise do trabalho.

SANTOS (1999) considera que a exclusão se reproduz, principalmente, pelas elevadas taxas de desemprego, agravamento da pobreza e disseminação de comportamentos racistas. Além disso, as sociedades capitalistas da América Latina ou da África revelam uma situação na qual uma violência difusa (tanto nas cidades quanto nos campos) exprime uma tecnologia de poder utilizada para a reprodução da desigualdade social e da exclusão.

Dessa forma, para Santos (1999, pp. 14 e 15):

as questões sociais (...) tornam-se questões complexas, pois várias são as dimensões do social que passam a ser socialmente questionadas: (...) a multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas como processo de dilaceramento da cidadania; e a diversificação das alternativas de desenvolvimento

para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema social.

Assim, tem-se que a exclusão social se configura em um fenômeno concreto na realidade brasileira de hoje. O desemprego, a concentração de renda e outros indicadores apontam que, a partir das três últimas décadas do século passado, houve um aumento considerável no processo excludente no Brasil. E para a compreensão do fenômeno da violência, deve-se considerá-lo, também, na sua relação com a exclusão social. Exatamente essa relação que será apresentada neste item. Contudo, antes de tal tarefa, deve-se, para ilustrar a afirmação da exclusão no Brasil, expor tal condição a partir do conteúdo das tabelas a seguir. Importante ressaltar que a utilização de apenas quatro conjuntos de dados (como ver-se-á) se dá pelo fato de eles possuírem apenas, e tão-somente, o efeito de ilustrar a exclusão social no Brasil. A intenção aqui é estabelecer sua relação com outros fenômenos. Por isso, eles serão estritos e não representarão objeto de uma análise mais aprofundada, uma vez que o que está em discussão nesta Tese não é a exclusão social.

Tabela 1			
Taxa de desemprego – Brasil e região metropolitana de São Paulo – 1989 - 1998			
Período	Taxa de desemprego aberto – Brasil (a) ⁴	Taxa de desemprego total – RMSP (b)	Taxa de desemprego aberto – RMSP (c)
1989	3,4	8,7	6,5
1990	4,3	10,3	7,2
1991	4,8	11,7	8,0
1992	5,7	15,2	9,2
1993	5,3	14,6	8,7
1994	5,1	14,2	8,9
1995	4,7	13,2	9,0
1996	5,4	15,1	9,9
1997	6,0	16,0	10,2
1998	7,6	18,2	15,8
Fontes: (a) IBGE; (b) e (c) SEADE/DIEESE			

Os valores referentes à taxa de desemprego no Brasil, obtidos pelo IBGE, e na Região Metropolitana de São Paulo, obtidos pelo SEADE e pelo DIEESE, no período de 1989 a 1998, ilustram claramente como a exclusão social no Brasil vem aumentando com o passar dos anos. Em menos de dez anos, de acordo com o IBGE, tem-se que a taxa de desemprego no Brasil mais que duplicou, passando de 3,4% para 7,6%, sendo que esse valor apresentou um constante crescente ao longo dos anos, salvo alguma variação insignificante entre 1993 e 1995. Nos dados do SEADE/DIEESE, no entanto, a situação mostra-se mais clamorosa, com um aumento de praticamente dez pontos percentuais, saltando de 8,7% em 1989 para 18,2 em 1998.

⁴ A taxa de desemprego aberto é aquela que relaciona o número de pessoas desocupadas, procurando trabalho.

Tabela 2	
Taxa de desemprego – região metropolitana de São Paulo – 1985-2003	
1985	12,2
1986	9,6
1987	9,2
1988	9,7
1989	8,7
1990	10,3
1991	11,7
1992	15,2
1993	14,6
1994	14,2
1995	13,2
1996	15,1
1997	16,0
1998	18,2
1999	19,3
2000	17,6
2001	17,6
2002	19,0
2003	19,9
Fonte: SEP em Convênio SEADE-DIEESE - Pesquisa de Emprego e Desemprego	

Vejam-se esses dados, que, embora específicos da região metropolitana de São Paulo, oferecem – por que não? – um indicativo da situação geral do Brasil, no período de 1985 a 2003. Em 1985, a taxa de desemprego atingia 12,2%. Em sete anos (de 1985 a 1992), a taxa avança exatos três pontos percentuais, chegando a 15,2%, valor que, em 1998 e 1999, apresenta uma alteração ascendente significativa, atingindo 18,2% e 19,3%, respectivamente. Em que pese uma descendência desses valores percentuais em 2000 e 2001, no ano de 2003 o valor atinge os significativos 19,9%. Ou

seja, em 18 (dezoito) anos, a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo aumentou 7,7%.

Tabela 3 ⁵ Rendimento Médio Real Familiar e <i>Per Capita</i> e Tamanho Médio da Família - Município de São Paulo 1986-2002			
Ano	Rendimento médio real familiar total (valores em Reais de novembro de 2002)	Rendimento médio real familiar <i>per capita</i> (valores em Reais de novembro de 2002)	Tamanho médio da família
1986	3.348	1.078	3,8
1987	2.533	806	3,8
1988	2.318	750	3,8
1989	2.527	821	3,7
1990	2.163	711	3,7
1991	1.890	634	3,6
1992	1.587	552	3,5
1993	1.859	655	3,5
1994	1.958	691	3,5
1995	2.288	799	3,5
1996	2.279	808	3,5
1997	2.251	802	3,4
1998	2.120	778	3,4
1999	2.011	742	3,3
2000	1.955	718	3,3
2001	1.885	712	3,3
2002	1.591	602	3,3
Fonte: SEP em Convênio SEADE-DIEESE - Pesquisa de Emprego e Desemprego			

⁵ Apenas a título de ilustração, veja-se a análise política que se pode depreender dos dados contidos na Tabela 3. Eles desvelam para 1986 as rendas altas – provavelmente determinadas pela euforia do Plano Cruzado, no governo Sarney – as quais logo entram em decadência junto com o fracasso do Plano. Igualmente há uma leve melhora na renda média familiar *per capita* em 1989, que logo se desvanece. O Plano Real também se expressa em melhoria nas rendas (a euforia daquela artificial paridade Dólar-Real). E logo a vitória definitiva do neoliberalismo está expressa no tremendo arrocho salarial. Um trabalho interessante seria o de descobrir relações entre essas flutuações e os índices de criminalidade. Mas isto realmente foge ao escopo desta Tese, e fica como um indicador para trabalhos futuros.

De imediato, o que chama a atenção nessa tabela é a mínima variação do tamanho médio da família (0,5%), que, caso fosse mais significativa, poderia até explicar a alta variação dos rendimentos, o que não é o caso. Assim, o que salta aos olhos é o fato de a renda *per capita* ter caído, em dezesseis anos, praticamente pela metade, passando de R\$ 1.078,00 (o valor foi convertido em reais, como apontado na tabela), em 1986, para R\$ 602,00, em 2002; enquanto o rendimento familiar total, seguindo a mesma curva descendente, em dez anos cai de R\$ 3.348,00 para R\$ 2.279,00, ou seja, R\$ 1.069,00, culminando, em 2002, no valor de R\$ 1.591,00, demonstrando uma diferença de R\$ 1.757,00, o que representa um valor extremamente significativo para a população brasileira.

Tabela 4 – Desemprego, em números absolutos (em mil) – 1970-2002	
Ano	Total ^{1 2}
1970	-
1971	-
1972	1033.9
1973	968.0
1974	-
1975	-
1976	968.0
1977	952.8
1978	1003.3
1979	1210.5 ³
1980	-
1981	2023.1
1982	1959.0
1983	2474.2
1984	2234.3
1985	1875.3

1986	1380.2
1987	2133.0
1988	2319.4
1989	1891.0
1990	2367.5
1991	-
1992	4573.3
1993	4395.6
1994	-
1995	4509.8
1996	5076.2
1997	5881.8
1998	6922.6
1999	7639.1
2000	-
2001	7785.1
2002	-
Fonte: ILO.	
Notas: ¹ Pessoas acima de 10 anos; ² excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. ³ Antes de 1979: excluídas as áreas rurais da região Norte, Mato Grosso, Goiás e Tocantins.	

Considerou-se importante que, para além de dados coletados por institutos nacionais (como já dito, meramente ilustrativos), fossem mostrados dados de entidades internacionais. Exatamente por isso, optou-se pela demonstração dos dados expostos pelo *International Labour Organization*, especificamente os valores relativos ao desemprego.

No que se refere aos dados acima, há um chocante valor relativo ao desemprego. Em trinta anos, o número do desemprego no Brasil aumentou praticamente oito vezes, saltando do valor de 1 milhão, em 1972, para quase 8 milhões em 2001. Importante ressaltar que entre os anos 1970 e 1980 houve uma variação, contudo mínima, ocorrendo momentos, inclusive, em que o valor

total do desemprego diminuiu. No entanto, o seu valor começa a crescer em ritmo acelerado a partir dos anos 1990, coincidindo com a disseminação do processo de globalização em termos mundiais e com o início da implantação do projeto neoliberal no Brasil.

Fica explicitada, assim, uma primeira relação: exclusão e globalização, conceito este que se configurará em tema do capítulo posterior. Contudo, antes de se avançar em tal campo, faz-se imprescindível uma verificação.

Essas constatações da exclusão social no Brasil, se conectadas à questão do papel do direito penal, mostram que a ele cabe intervir rigorosamente no terreno dos socialmente excluídos. Aqui torna-se necessária uma distinção: se na quase totalidade da literatura criminológica mundial a pobreza em si não é entendida como uma causa ou fator determinante de comportamentos desviados ou criminosos, é inquestionável que a exclusão gera maiores quotas de violência social, visto que a própria exclusão é uma forma de violência estrutural. Manifestando idêntico ângulo sobre o tema, SANTOS (1999) pondera que como conseqüência do processo de exclusão social são inseridas, como uma condição social normal, as práticas de violência particular de amplos grupos da sociedade. A justificação desse entendimento reside na acepção de que as pessoas podem tolerar a injustiça, mas não podem tolerar a desesperança.

Como bem situa ZAFFARONI (2000), é da essência do ser humano ter projetos e projetar-se; por isso é comum se dizer que não há uma existência de vida sem um projeto de vida. E a exclusão social é desesperança, frustra todos os projetos, fecha todas as possibilidades, e desta forma deságua no

potencializar de todos os conflitos sociais – qualquer que seja sua natureza – e nos erros de conduta.

Assim, ainda de acordo com Zaffaroni (2000, p. XIII), a civilização industrial gerou “uma cultura do trabalho⁶, que levava a definir uma *identidade* pelo trabalho. A exclusão e o desemprego não apenas põem em crise a sobrevivência, mas também a *própria identidade*, sendo, por fim, fonte dos mais díspares erros de conduta”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Laranjeira (1999, p. 18) considera o desemprego como constituinte da ameaça à coesão social. Além disso,

As relações de sociabilidade passam por nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como normal social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea.

Dessa forma, se o explorado, da sociedade industrial, possuía uma identidade e um alvo, que se traduzia na figura do explorador e tudo o que este simbolizava, o excluído não tem um alvo: pode ser qualquer não-excluído, sem contar com os erros de conduta que podem levá-lo a ter como alvo os que possuem igual desdita, os excluídos. O tecido social se debilita ao não existir relação social incluído-excluído; são destruídas as próprias relações – não somente as de cooperação –, enquanto aumentam as relações de conflito: com a indiferença e o desconhecimento, abre-se o espaço de um processo

⁶ Utilizado pelo autor citado, reproduziu-se aqui o termo “cultura do trabalho”, que na verdade deve ser compreendido como ideologia do trabalho (ver a respeito, Whitaker, 2002).

progressivo de desconfiança, prevenção e temor. A exclusão social é agudizada pela deterioração do investimento social e dos conseqüentes serviços de saúde, educação, assistência social, bem-estar, e pelas ausências de garantias trabalhistas e previdenciárias – em suma, a violência do Estado, por sua abstenção. E advém a conseqüência inevitável: qualquer violência pode criar outra violência.

Relativizando, porém, cumpre notar a importância dos movimentos sociais, que, em vários momentos, terminam por oferecer um novo sentido às atuações desacreditadas das instituições públicas, particularmente do Estado.

É possível divisar nitidamente que o deterioramento dos Estados-nação e os processos de desconstitucionalização, desregulamentação, deslegalização, desformalização e flexibilização trazem, como frutos, delitos que são produtos do processo de globalização.

Incontestável que a destruição do Estado regulador põe abaixo toda a estrutura construída em volta do ente estatal; diante da inocuidade do Estado-nação atual surgem *novas formas de criminalidade*, moldadas nas características inerentes ao processo globalizador: de acordo com SILVA SÁNCHEZ (2001) são chamados *delitos transnacionais*, como os crimes econômicos e financeiros transfronteiriços, tráfico mundial de substâncias entorpecentes, de armas, de pornografia, prostituição de crianças, comércio internacional de pessoas ou de partes do corpo, evasão fiscal, crimes transnacionais contra a propriedade intelectual e industrial etc.

O ponto mais desconcertante a ser observado em relação a estes delitos é o de que o direito penal mostra-se totalmente impotente para fazer

face a esta nova criminalidade que se espraia, de modo incontido, em diversas áreas. Para Franco (2000, p. 487):

Tais formas de criminalidade não decorrem da ação visível de *uma pessoa* ou de *um grupo* bem caracterizado de pessoas, o que dificulta sobremaneira a apreensão e captação das atividades postas em prática.

É perceptível que as novas criminalidades apresentam dados comuns, pois estão representadas

por uma sofisticada estrutura organizacional, por uma finalidade geral de obtenção de lucros ilimitados, por uma dificuldade quase insuperável de determinação territorial e por uma capacidade de criar uma *zona cinzenta entre o lícito e o ilícito*. (Franco, 2000, p. 487)

Estas explicações remetem a uma reflexão. Se, de um lado, o direito penal é utilizado como instrumento de controle social, visando conter ou frear as reações das massas de excluídos gerados pelo próprio processo globalizador, de outro lado, contra os novos delitos transnacionais, o mesmo direito penal não consegue dar respostas adequadas, não consegue explicar qual seria, de fato, a função prioritária deste direito na sociedade atual.

A necessidade desse papel do direito penal na globalização contemporânea, contudo, não é priorizada pelos estrategistas da nova realidade de poder, uma vez que igualmente consiste em um outro tema que também é mantido naquele hermético arsenal doutrinário do plano político da globalização. Na realidade, ao direito penal é reservada uma função relevante na planificação geral do novo poder mundial: ele é parte integrante de uma ampla concepção estratégica da globalização contemporânea, que tem por

objetivo inculcar o medo pânico na sociedade, de forma a recrudescer a demanda por segurança por parte da população, numa ação ideológica denominada *dramatização da violência*, tema que será tratado no terceiro capítulo. Tal procedimento se deve pelo fato de que, antes de uma discussão sobre a dramatização da violência, faz-se prudente elaborar – como já mencionado – uma compreensão pormenorizada acerca da globalização e de que forma a violência está situada em seu interior, proposta essa a ser discorrida no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA EM MEIO À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA

2.1) O PROCESSO GLOBALIZADOR E A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

A globalização vivenciada hoje acontece ao mesmo tempo em que se presencia uma transformação paradigmática, a do advento da sociedade informacional em complementação ao modelo societário industrial. O avanço tecnológico e científico é considerado uma das características desta nova sociedade e também uma das marcas da globalização.

Tal processo que ocorre hodiernamente, contudo, não pode ser compreendido como uma entidade surgida no final do século XX e de matiz eminentemente econômico, fruto de um acontecimento histórico aleatório, despido de qualquer conteúdo ideológico. Na realidade, a globalização a que hoje se assiste não se traduz, de acordo com Beck (1998, p.170) em “nenhum mecanismo ou automatismo, mas é um projeto político” que objetiva atingir a hegemonia do poder em termos mundiais, a partir de um prisma ideológico preciso: a ortodoxia neoliberal, de acordo com HABERMAS (2003).

Segundo Milton Santos (1999, p. 18):

no âmbito político, delineiam-se formas transnacionais de poder político, por meio da ONU, da OTAN e de organizações multilaterais, assumindo os EUA papel de controle político e militar internacional. No plano das ideologias, o neoliberalismo quer ser o pensamento do fim da História, assumindo uma eterna repetição do presente como sua temporalidade estática.

A globalização contemporânea não é um fenômeno isolado e inédito na história, pois se trata apenas, como pontua ZAFFARONI (2000), de um momento ou realidade de poder, como os anteriormente já ocorridos. Vários desses momentos de poder precedentes no decorrer histórico poderiam igualmente ser entendidos como formas de globalização, que aconteceram sempre a partir do avanço tecnológico de um determinado período, o qual veio a possibilitar uma transformação de paradigma no modo de produção de uma dada sociedade. Sem adentrar no campo da história antiga, é possível assinalar, nos períodos situados a partir da Renascença, duas dessas mudanças paradigmáticas e suas projeções no campo político: a revolução mercantil e o colonialismo (séculos XV e XVI), a revolução industrial e o neocolonialismo (séculos XVIII e XIX), que se constituíram, ainda de acordo com Zaffaroni (ibidem), em duas realidades de poder planetárias do mesmo modo que a revolução tecnológica contemporânea e a globalização nos dias atuais. Todos esses momentos estiveram acompanhados de um discurso legitimador da ideologia do projeto político então apresentado: a supremacia teológica no colonialismo, o evolucionismo racista no neocolonialismo e o pensamento único na globalização contemporânea.

Como demonstrado n' *A Ideologia Alemã*, há uma relação entre as idéias e a realidade material dos homens, uma vez que Marx e Engels (1996, p. 36) consideram o seu pensar como reflexo de sua conduta material.

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento

material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc.

E mais: Marx e Engels demonstram uma inexorável relação entre ideologia e a política da dominação ao considerar que “a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (1996, p. 72). Ou seja, tem-se a ideologia agindo para a permanência de uma dada ordem social. Exatamente por isso, a ideologia assume o cariz de falsa consciência, dissimulando e distorcendo uma dada realidade.

Contudo, há que se estabelecer uma relativização. O momento no qual se elaborou o conceito de ideologia como falsa consciência possui um caráter de descoberta que não pode ser minimizado, uma vez que se trata de uma análise macro-histórica. Formulações posteriores, porém, como as feitas por Lênin, por exemplo, captaram que esse reflexo da estrutura material sobre o pensamento não é mecânico, e nem Marx e Engels o pretendiam, como fica demonstrado em outras obras.

Para GRAMSCI (1995) existe a possibilidade da contra-ideologia. E mais: há ideologias que organizam os homens no campo da luta social e política e são por isso chamadas de orgânicas em contraposição à ideologia como falsa consciência, caracterizada por Marx e Engels.

Coube a Ignacio Ramonet a identificação do *pensamento único*, que se traduz em um processo coordenado e planejado através do qual todas as idéias que enaltecem a globalização de nossos dias são propagadas por todo o planeta mediante volumosos financiamentos concedidos pelos principais

protagonistas do processo globalizador⁷ a inúmeros centros de pesquisa, universidades e fundações, políticos, doutrinadores, formadores de opinião, os quais, por sua vez, perfilam-se com a “boa nova” e passam a propagá-la utilizando como repetidores os meios de comunicação de massa, que reiteram tais mensagens, como expõe Ramonet (1997, p. 59), “até a saciedade, sabendo que em nossa sociedade midiática, a repetição vale por demonstração”.

O plano político que caracteriza a globalização contemporânea – igualmente denominada por SOUSA SANTOS (1997) de globalização hegemônica – foi elaborado por seus estrategistas no início da década de 80 do século passado – durante os governos de Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margareth Thatcher (Inglaterra) – como resposta à crise estrutural do capitalismo organizado sofrida em razão dos sucessivos “choque do petróleo” promovidos pelas altas do preço deste produto pelos países da OPEP em 1973 e 1978 – quando ocorreu a estagnação dos mercados mundiais bem como a quebra dos padrões de articulação capitalistas com o conseqüente desmoronamento do desempenho do setor econômico. Houve, enfim, uma enorme recessão nos países desenvolvidos o que levou ao colapso dos modelos de “Welfare State” construídos a partir de 1946 e à deterioração do sistema de Breton Woods.⁸

O capitalismo buscou sair dessa profunda crise apoiado em uma lógica que pudesse propiciar a descoberta de uma nova forma de organização

⁷ Como por exemplo: Banco Mundial, FMI, OCDE etc.

⁸ Importante ressaltar, aqui, o “laboratório neoliberal” implantado no Chile, após a tomada do poder por Pinochet, em 1973, o que ocasionou na primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Seguindo a cartilha neoliberal de Hayek, o governo de Pinochet caracterizou-se, entre outros pontos, por sintetizar os rituais neoliberais, como, por exemplo, abertura da economia às importações, repressão sindical, privatizações etc. Além disso, como se sabe, houve a extinção da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra.

da economia, que não dependesse de recursos naturais especialmente escassos – na medida em que o petróleo foi identificado como um fator capaz de levar à desorganização capitalista do pós-Segunda Guerra. A idéia, para FARIA (1997) foi buscar um sucedâneo para o próprio petróleo, e a solução encontrada foi reduzir o impacto do custo da energia e do trabalho no preço final dos bens e serviços. Para tanto foi feita a maximização de investimentos em ciência e tecnologia: novos recursos, novos materiais, novas formas de produção mais econômicas, mais leves, com menor custo.

Assim, como pontua Santos (1999, p. 17):

No âmbito econômico, verifica-se a incorporação do conhecimento científico e tecnológico à produção industrial, tal como os efeitos da energia nuclear, da revolução da microeletrônica e das novas tecnologias das comunicações.

Tal incremento no campo da ciência e tecnologia acarretou também o incremento sem precedentes dos meios de comunicação, com a criação de redes planetárias de transmissão de dados operando na velocidade da luz, possibilitando a criação de novos instrumentos, como Internet, e uma expansão inusitada dos meios de comunicação de massa – particularmente da televisão – que passaram a operar igualmente em escala mundial. Os satélites de comunicação, as fibras óticas e os cabos submarinos formaram a base que incrementou os meios de comunicação de massa em escala planetária, permitindo a comunicação imediata ao redor do mundo. Entre as malhas terrestres e as ciberespaciais, tanto as transmissões como as recepções venceram as barreiras do tempo, colocando em seu lugar uma infra-estrutura de “tempo real” do planeta. Este tempo único de 24 horas elimina a

multiplicidade dos tempos de cada ponto do planeta. Hoje, vivemos em um tempo padronizado, em que percebemos a continuação sem fim do presente.

Em que pese a consideração acima, faz-se necessário um contraponto, através do qual Harvey chama a atenção para o outro lado da questão, o tempo e o espaço como dados culturais que resistem.

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou auto-evidentes. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos rotinas diárias. Reconhecemos, é verdade, que os nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças, fazer segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que mal damos conta. Também podemos aprender a apreciar o fato de diferentes sociedades (ou mesmo diferentes subgrupos) cultivarem sentidos de tempo bem distintos. (1994, p. 187)

Além disso,

O espaço também é tratado como um fato da natureza, “naturalizado” através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. Sob certos aspectos, mais complexo do que o tempo -tem direção, área, forma, padrão e volume como principais atributos, bem como a distância-, o espaço é tratado tipicamente como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto, apreendido. Reconhecemos, é verdade, que a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente “real”. Também descobrimos que sociedades ou

subgrupos distintos possuem concepções de espaço diferentes.
(1994, p. 188)

A partir dessas duas colocações de Harvey, pode-se constatar que tanto o espaço como o tempo podem apresentar sentidos variados, em função do conjunto social que determinam. Porém, ainda que possam vir a se conformar de formas distintas em diferentes sociedades, esses elementos devem ser considerados como constituintes essenciais dessas sociedades. Embora haja uma variação de sua conformação e da maneira como são estabelecidos os vínculos em relação a eles, espaço e tempo possuem uma característica singular: eles não são - na grande maioria das vezes - questionados; é algo estabelecido, dado, que envolve os indivíduos, encerrando-os em seu domínio, submetendo-os e tornando-os vulneráveis a seu “comando”. Tomando-se especificamente a sociedade informacional tem-se claro que o espaço e o tempo representativos dessa sociedade moldam e direcionam a vida dos indivíduos. Terminam por incorporá-los, obrigando-os a se adequarem à sua dependência. Não há neutralidade do espaço e do tempo em relação aos indivíduos, já que tanto um quanto o outro expressam algum conteúdo ideológico.

Ainda para HARVEY (1994), as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem para a reprodução da vida social. Exatamente por isso, há a necessidade da padronização do tempo, a exigência, cada vez mais freqüente, do acompanhar a medida, não andar fora do tempo, como bem pontua Bourdieu (2003, p. 48), que prossegue:

Pertencer ao grupo significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo. **Adotar ritmos desusados e itinerários próprios, significa já excluir-se do grupo.** (grifos nossos)

Ou seja, na sociedade do conhecimento, os indivíduos submetem-se a um espaço e a um tempo determinados, desenvolvendo uma atividade cada vez mais específica. Dessa forma, o tempo e o espaço nos quais os indivíduos sujeitarão suas atividades são elementos primordiais de seu cotidiano. É a partir deles que os indivíduos erigirão seu presente e futuro, moldarão sua história de vida.

Esta nova lógica de ordem alcançou nível tamanho que os investimentos aplicados no âmbito da ciência e tecnologia foram – e continuam sendo – tão maciços que se verificou que a economia foi substituindo seu eixo prioritário de natureza industrial para um novo padrão: ocorre, deste modo, o deslocamento da sociedade industrial em direção à uma nova forma societária, a sociedade do conhecimento na medida em que a produção industrial passa a ser uma atividade secundária e o planejamento e a pesquisa em ciência e tecnologia, prioritário. Como fruto dessa nova lógica, já entre meados dos anos 80 e início dos 90 do século XX, há uma recuperação das taxas de crescimento da economia.

Entretanto esse deslocamento para o eixo da ciência e tecnologia exige investimentos de altíssimo custo, que foram feitos prioritariamente pelo sistema financeiro. Como este possui uma lógica de *maior ganho em menor tempo* possível, a solução encontrada foi a adoção de mercados transnacionalizados, que operassem em escala mundial, o que levou de um lado à aceleração e intensificação de uma revolução tecnológica-científica, e de

outro à busca de uma planificação total de *minimização de riscos* desses investimentos maciços feitos em escala global. O mercado não pode, segundo a ideologia da globalização contemporânea, sofrer quaisquer impedimentos ou fatores que venham a desestabilizá-lo.

Os principais protagonistas da globalização hegemônica, “agentes transnacionais e instituições (Banco Mundial, OMC, OCDE, empresas e organizações multinacionais)”, passaram a convergir seu discurso e ações para “fomentar a *política* econômica neoliberal” em todo o planeta, advogando no interesse de seus fundamentos ideológicos que – sucintamente – defendem não apenas a obediência às leis do mercado mundial, mas, “lamentavelmente, obrigam a minimizar o Estado (social) e a *democracia*” (Beck, 1998, p. 170).

Sobre essa questão, esclarece Vieira (1992, p. 13) que “para alguns, a sociedade industrial de massas ou a sociedade de consumo de massas é a sociedade democrática.” De acordo com o autor, julgam, portanto, que a incorporação dos indivíduos ao mercado (mesmo daqueles que vivem à margem desse mercado) é fim último da “edificação da sociedade democrática.” Para ele essa integração é importante. Contudo, o que se está considerando é a sociedade democrática, essencial para um Estado de Direito estável.

Para Vieira (1992, p. 13):

Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição de renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões, principalmente nas

diversas formas de produção. Fora disso, a participação é formal, ou até mesmo passiva ou imaginária, o que é mais desastroso.

Portanto, pode-se concluir que do ponto de vista real tem-se cada vez menos democracia no mundo, no sentido da substância democrática, que caracterizaria a participação real como componente da cidadania.

2.2) OS PARADIGMAS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA ⁹

Para consolidar suas metas, os estrategistas da nova ordem mundial valeram-se de planificações que possibilitassem a transformação de paradigmas além das mudanças estruturais no âmbito tecnológico e científico, para abarcar a intervenção direta de novos mecanismos, que em certa medida, como pontua Ramonet (2000, p. 11), “identificam-se com a própria globalização e afetam diretamente suas conseqüências”. Entre estes mecanismos de transformação, há que se fazer referência a cinco deles especificamente em corte metodológico justificado em função de eles afetarem mais diretamente aos campos econômico, jurídico e político.

Primeiro paradigma

O primeiro deles é o *paradigma econômico neoliberal*. Igualmente conhecido como *Consenso de Washington*, foi firmado após as eleições de Ronald Reagan (eleito em 1980 que governou os Estados Unidos por um período de oito anos) e Margareth Thatcher (que governou o Reino Unido da

⁹ Essa caracterização da totalidade histórica foi elaborada dentro de um projeto, publicado em artigo, em DANTAS, A., SILVA, T. A. D. e TOLEDO, M. C. V. A violência e a criminalidade na sala de estar in Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2005, cujo conteúdo corrobora essa Tese.

Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte nos anos 1980), e foi tão penetrante no mundo nos últimos doze anos, que não exige aqui uma análise exaustiva. É suficiente recordar que este instrumento de transformação diz respeito diretamente à economia do mundo, abrangendo tanto a produção global, como o mercado mundial de bens, serviços e finanças, e tem como fundamentos o mercado livre, restrições legais às regulações estatais, privatização, controle inflacionário, redução do déficit público, cortes de despesas no campo social, incentivo às exportações, e, particularmente, a concentração, de um lado, do poder de mercado por corporações multinacionais e, de outro, do poder financeiro pelos bancos transnacionais. Como sintetiza Sousa Santos (2001), as inovações trazidas pelo paradigma neoliberal submeteram os Estados-nação às agências multilaterais do FMI, OMC Banco Mundial.

Segundo paradigma

Este cenário está intimamente relacionado com o segundo paradigma, que é do *Estado mínimo*: o favorecimento do mercado, em detrimento de estratégias econômicas conduzidas pelo Estado, obviamente traz como consequência um enfraquecimento estatal. Pelas forças mercadológicas, o Estado é visto necessariamente como um instrumento que obstaculiza o livre funcionamento dos mercados, e deve, assim, intervir o minimamente indispensável. A debilidade do Estado implica em relativização de sua soberania, uma vez que, em razão de sua fraqueza, o protagonismo estatal fica limitado e diminuído: os Estados nacionais deixam de ser os atores principais na globalização para ceder lugar a novos agentes, os organismos

intergovernamentais - BID, Banco Mundial, FMI etc. -, além dos grandes grupos econômicos, que têm uma capacidade de intervenção financeira superior à da maioria dos Estados-nação. Ou nas palavras de Bernardo (1998, pp. 41 e 42), tem-se, aqui, a atuação do que ele denomina de Estado Amplo.

Diz o autor:

As empresas são o principal lugar de exercício do poder dos capitalistas sobre os trabalhadores, e o principal lugar de contestação desse poder. As empresas não determinam só a vida do trabalhador durante a jornada de trabalho, mas pela sua mera importância econômica incidem no tecido social e urbano em redor, condicionando portanto a vida do resto da população.

Dessa forma, ele considera as empresas como os elementos constitutivos do Estado Amplo (que inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes) por oposição ao Estado Restrito, que, em sua concepção, inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais.

Terceiro paradigma

O terceiro paradigma é o do *consenso democrático*: a globalização impõe a implantação de um sistema político formalmente democrático como regime político nos Estados nacionais como condição de acesso aos recursos financeiros internacionais. Além disso, países com regimes socialistas e nacionalistas consistiam um obstáculo às planificações geopolíticas da globalização hegemônica, por serem intrinsecamente opostos aos

mandamentos do pensamento único. O mesmo acontecia com as nações onde grassavam modelos ditatoriais de Estado, que por suas próprias características de instabilidade político-econômica, ofereciam apenas uma ínfima margem de segurança às aspirações de um capitalismo protoglobal. Mesmo assim, ainda há que se considerar a China, talvez exceção à regra.

Para atingir o *consenso democrático* como instrumento estratégico que viesse a remover as dificuldades e oposições aos objetivos da globalização hegemônica, os planificadores da nova realidade de poder mundial valeram-se da *idéia de dominação*, elaborada a partir das teses delineadas por Milton Friedman (apud Kutnner, 2000, p. 77):

Fundamentalmente, há dois caminhos para coordenar a atividade de milhões de pessoas: um envolve o uso de coerção, [e utiliza] a técnica do militarismo e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do “marketplace”.

Deflagraram-se, então, em plano mundial, inúmeros e diversificados processos para exercer tal dominação com os instrumentos do “marketplace”, que até hoje não são plenamente identificados, uma vez que essa face oculta da globalização não era – ou é – revelada, mas mantida dentro de um hermético arsenal doutrinário, do qual são divulgados apenas os mandamentos que louvem a própria globalização hegemônica ou seus consensos.

Tratava-se da consagração, em termos globais, da “democracia neoliberal capitalista”¹⁰ – o *consenso democrático* – cujo estabelecimento operou-se – contraditoriamente – de forma não consensual: nos países semiperiféricos e periféricos aconteceram intervenções militares diretas e

¹⁰ Haverá a continuidade do uso do termo democracia exatamente por se tratar de um consenso.

indiretas; o cumprimento compulsório das pautas de “transição democrática” determinadas aos regimes ditatoriais (como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Grécia, Bolívia etc.), e interferências desestabilizadoras executadas por “agências de inteligência” de países centrais, quer contra as ditaduras que não acatassem tais pautas (como nas Filipinas, Haiti), quer contra governos nacionalistas não-alinhados com o Consenso de Washington. Na América Latina e África, também foram efetivadas ações de combate – explícitas ou dissimuladas – contra os movimentos guerrilheiros de qualquer matiz ideológico, que praticamente os aniquilaram ou arrefeceram.

A imposição do *consenso democrático* hegemônico, como nota Sousa Santos (2002, p. 42) tem criado inúmeros problemas porque se trata “de um modelo *monolítico* a ser aplicado em sociedades e realidades muito distintas” e, por essa razão, “o modelo de democracia adotado como condicionalidade política da ajuda e do financiamento internacional, tende a converter-se numa versão *abreviada*, senão *caricatural*, da democracia”.

Quarto paradigma

O quarto paradigma é o do *apogeu do indivíduo*. Fundamenta-se no reconhecimento do individualismo como valor a ser realçado e atingido na nova ordem mundial advinda com a sociedade do conhecimento. Sua manifestação máxima é a *liberdade de escolha*, entendida como a expressão maior dos direitos individuais ou civis: o indivíduo deve ser livre para decidir o que comprar, onde morar, se vai votar ou não e em quem, que profissão abraçar, qual meio para se divertir, que escola cursar, que negócios fazer ou não,

quando sair para passear e onde, enfim, o reconhecimento da filosofia jurídico-política de que “as pessoas são livres para escolher” – na conhecida frase de Milton Friedman.

Os embasamentos doutrinários para a aceção da liberdade de escolha foram fornecidos pela Teoria da “Public Choice”, fundamentada na releitura das idéias de Frederich von Hayek, mescladas com diversas doutrinas econômicas oriundas da denominada Escola de Chicago, a partir do final dos anos 70 e da década de 80 do último século.

Segundo as construções de Hayek (1985, p. 71), não existe nenhuma possibilidade de se reconhecer direitos econômicos, sociais e culturais, em qualquer país do mundo, mas apenas “garantir a inviolabilidade das esferas [dos direitos] individuais”. Isso porque, na concepção hayekiana, “a inconcebível idéia de justiça social, que recebemos por atavismo”, é incompatível com uma sociedade de homens livres: uma comunidade na qual “todos pretendam obrigar o governo a satisfazer suas necessidades e interesses, destrói a si mesma”. A explicação para isso é que a aceitação de que grupos descontentes “movidos pela inveja e ressentimento contra aqueles que foram aquinhoados no exercício de atividade do mercado” pode obrigar que lhes sejam concedidos direitos “até o ponto em que a sociedade se torne ingovernável”. Por isso, diz Hayek (1990, pp. 92 e 93), quando os governos pretenderem, através do intervencionismo ou planificação, “redistribuir os bens de acordo com algum sistema de valores éticos ou políticos, se inicia um caminho de servidão”.

Buchanan e Tullock (apud Perez Luño, 2003) baseados nesse conjunto conceitual e nas construções de Milton Friedman, formularam a

revalorização política do indivíduo, na forma de um retorno ao liberalismo primitivo, o *novo liberalismo* ou *neoliberalismo*, mediante a aplicação de instrumentos e métodos de análise econômicos à crítica da organização política, tomada de decisões e execução burocrática do “Welfare State”. Sustentam eles que a democracia deve ser entendida apenas como um outro mercado: em sua busca pessoal, os indivíduos racionais agem procurando maximizar seu bem-estar; essa busca caracteriza tanto o homem econômico quanto o político. Ou seja, para Hayek e Friedman o cidadão seria o consumidor. Na opinião desses autores, a organização política de uma sociedade “democrática” deve maximizar o bem-estar social, entendido em função das preferências dos indivíduos que a compõem. Por isso, afirmam, existe uma continuidade necessária entre a organização política (sistema estatal) – dirigida a satisfazer às necessidades coletivas através de opções coletivas – e a organização econômica (sistema de mercado) - que tende a atender às necessidades dos indivíduos mediante opções ou escolhas individuais.¹¹ Para que ambos os sistemas funcionem corretamente, é necessário que os instrumentos que facilitam os intercâmbios no mercado operem no marco de direitos individuais bem definidos, o que exige que o poder público deva calcular – antes de adotar qualquer medida tendente a otimizar o bem-estar social – sua incidência nos direitos individuais. Visto que o Estado, segundo essa doutrina, deve ter um papel de *transmissor* de desejos individuais, a função estatal se adultera se não se respeita integralmente o marco legal de garantia dos direitos individuais. Esses direitos garantem que as pessoas sejam *livres para escolher*, desde que respeitem apenas as restrições

¹¹ Note-se que os referidos autores confundem democracia com direitos individuais, os quais, numa democracia autêntica, estão sempre dependentes do bem-estar social.

impostas por sua renda e riqueza individuais. Tais limitações são estabelecidas, segundo essas teses, pelo mercado, que dá ao indivíduo um poder de compra “economicamente justo”: uma pessoa que trabalha e poupa seu dinheiro é um consumidor livre para escolher, tem o poder de compra que fez por merecer, enquanto, em contrapartida, uma pessoa que abandonou a escola e tem baixa qualificação profissional, tem pouca liberdade de consumo, porque seu trabalho oferece pouco valor ao empregador, e, portanto, teria uma maior restrição à sua liberdade de escolha. Pode haver fatores como heranças, sorte, ou circunstâncias anteriores ao nascimento do indivíduo (nascer rico), mas, em última análise, cada um de nós é responsável pelo próprio destino (PURDY, 1998).

Esses postulados assumem uma forma própria quando se passa das escolhas individuais para a economia como um todo. Nesse nível, todas as transações feitas num mercado livre devem favorecer o interesse de ambos os participantes; caso contrário a parte perdedora não fecharia negócio. Um mercado perfeitamente livre tornaria disponível qualquer transação possível, e, portanto, é benéfico aos interesses de todos, no maior nível possível, em um estado em que os teóricos chamam de *eficiente*. Qualquer interferência sobre o mercado bloquearia ou redirecionaria escolhas que as pessoas teriam feito numa economia desregulada, e, portanto, reduziria a eficiência e o bem-estar global.

Desta forma, a teoria de Buchanan e Tullock propiciou um novo instrumental para a análise da democracia, a partir de seu conceito básico da *escolha individual* ou *liberdade de escolha*, que estabelece que as pessoas agem racionalmente em busca daquilo que desejam, de forma autônoma, sem

coação, livremente - exceto a limitação ditada por sua renda. Supostamente, essa busca pessoal caracteriza tanto o homem econômico como o homem político; todavia, se a competição para a economia é vista como uma virtude, para a política é tida como egoísmo. Para Buchanan e Tullock, o “Welfare State”, como expressão da atividade política, desempenhou mal suas atividades, o que se traduziu na ineficácia das prestações, na falta de produtividade dos serviços públicos, e, em suma, conduziu os sistemas intervencionistas à inflação e ao déficit crônico.

Para evitar que isso ocorra, BUCHANAN e TULLOCK (apud Perez Luño, 2003), embasados em Kenneth Arrow, defendem a tese do *Estado mínimo* insistindo que as intervenções estatais e a burocratização da vida social conduzem a efeitos mais perniciosos do que as anomalias do mercado que pretendem corrigir. De concreto apontam o desperdício de recursos e a distorção no jogo dos agentes econômicos, como defeitos mais freqüentes produzidos pela ingerência da Administração num âmbito que deveria ficar à livre disposição da iniciativa privada. Como alternativa propõem que o Estado recupere as tradicionais funções políticas que possuía no liberalismo primitivo e renuncie às suas tarefas intervencionistas encaminhadas a proporcionar bens e serviços, em favor do mercado. Assim, aconselham Buchanan e Tullock: torna-se imprescindível privatizar os serviços e prestações de bens de interesse social; restringir o papel do Estado à garantia do marco legal dos direitos e liberdades civis; reduzir a burocracia, aplicando à sua atuação a análise econômica do custo e benefício; cobrir o custo dos serviços públicos, fazendo-o reverter mais diretamente sobre seus usuários. Estas medidas, assim

entendem os autores, permitirão a um número máximo de pessoas a realização livre e responsável de suas liberdades de escolhas.

Por outro lado, a questão do caráter antinômico dos valores de liberdade e de igualdade é resolvida pelo pensamento neoliberal em detrimento do primeiro, como conseqüência da denominada *interpretação restritiva da liberdade*, ou *concepção negativa da liberdade*: seu alcance é compaginado com o princípio da não-ingerência do poder público na esfera privada. A liberdade negativa (“liberty from”) é concebida como ausência de impedimento externo, inexistência de opressão e como garantia de não-intromissão do poder estatal nas atividades privadas; a liberdade positiva (“liberty to”) traduz a possibilidade de exercer ativamente determinadas faculdades ou poderes, participar no processo político e social ou desfrutar certas prestações. Nesse sentido, BERLIN e ROBBINS (apud Perez Luño, 2003) apontam a prevalência da liberdade negativa como necessária para a manutenção e garantia da existência de uma sociedade livre: assim, por exemplo, o avanço de um direito igualitário à educação pressupõe o comprometimento da liberdade de ensino e da *livre escolha* da escola por parte do interessado; o reconhecimento em termos sociais do direito à assistência médica pela rede pública reduz ou suprime dos enfermos a sua *liberdade de escolher* seu médico e limita o livre exercício da medicina; o reconhecimento do direito à previdência social, ao descanso, às férias ou à negociação coletiva – os direitos trabalhistas e previdenciários, em síntese – representam uma quebra no princípio da *livre autonomia* das partes na contratação laboral.

Essas construções doutrinárias foram levadas a cabo pelos estrategistas da globalização hegemônica em todo o planeta, conectando o

paradigma do *consenso democrático* com o da *liberdade de escolha*, tida como uma exigência inafastável da nova sociedade informacional, espalhando pelo mundo a idolatria ao mercado e, conseqüentemente, uma ideologia consumista, ao mesmo tempo em que foram ridicularizando os empenhos políticos idealistas, procurando apagar as utopias e marginalizar as discussões sobre temas socialmente relevantes, como bem público, igualdade, fraternidade, felicidade social, que não teriam qualquer sentido no mundo globalizado. A idéia da liberdade de escolha passou a ser o referencial obrigatório das pessoas em dimensão tal que, por meio dessa liberdade, o indivíduo, hoje, volta-se exclusivamente para a sua própria auto-realização e seu poder de auto-ordenar e auto-sistematizar seu modo de viver. Trata-se, agora, de acordo com Gernsheim e Beck (2002, p. 22), do indivíduo “poder viver a própria vida”: não se fala mais em termos de *um* espaço, mas sim, *meu próprio espaço*; o dinheiro significa o *dinheiro próprio*. A questão do *outro* é indiferente. O *viver a própria vida* não se compatibiliza com noções como a da igualdade ou interesse pelo semelhante. Ao contrário: o *outro* é um *competidor* potencial, pois no mundo contemporâneo, a pessoa tem de se fazer *por si mesma*, alcançar *seus* objetivos, eliminando, para tanto, os obstáculos que possam surgir, inclusive afastando a eventual concorrência de outro indivíduo. Nem mesmo o auxílio alheio é desejado: a pessoa – a partir da concepção do pensamento único - agora não necessita de ajuda alheia, pois na sociedade contemporânea ela tem a seu alcance uma ampla e variada gama de informações que pode adquirir – por si mesmo, e segundo sua própria escolha – na Internet, nos livros de auto-ajuda, ou nas publicações “faça você mesmo”. Em suma, a liberdade da escolha individual é soberana, não pode ser

condicionada por outra pessoa, nem mesmo pela ingerência do poder público na esfera privada.

As conseqüências inferidas deste quadro ideológico difundido pelo pensamento único traduzem-se no individualismo exacerbado no qual reinam a competitividade extremada e a intensa ambição pessoal: a pessoa luta apenas por seus interesses, sem qualquer consideração com seus semelhantes ou causas coletivas; a felicidade é entendida como a auto-realização pessoal; desaparece a *dimensão ética*, pois o *outro* é encarado como *competidor*, um adversário, e não como igualmente portador da dignidade humana. O egocentrismo, a auto-suficiência, o egoísmo, a competitividade e a desmedida individualidade substituem valores como o afeto, o companheirismo, a fraternidade. Como o indivíduo não mais vê a riqueza do grupo social, da comunidade, o enfoque político tem sua perspectiva transmutada de uma visão macro (social), para um enfoque micro (individual), e o coletivo passa a consistir um campo de desinteresse, o que conduz ao *desencanto com a política*. O pluralismo não significa mais alteridade, mas sim um grande número de bens de consumo para o individualista exacerbado exercer sua “liberdade”, uma vez que nesta despolitização, como nota Ortiz (2000, p. 137) a “democracia torna-se sinônimo de acesso a um grande número de produtos”, e a liberdade traduz-se tão-somente na “possibilidade de escolha entre múltiplos itens.” E o cidadão passa a ser o consumidor. Assim, as relações sociais enfrentam marcante mudança: há uma fragmentação uma massificação, uma individualização, uma subjetividade.

Aqui vale lembrar, ainda que rapidamente, o tipo de subjetividade que sustenta esse indivíduo. Segundo DELEUZE (1992), a subjetividade

individual resulta de determinantes sociais, econômicos e tecnológicos. A subjetividade é, portanto, social, o que dificulta a todos resistir a esses modos de pensar.

Quinto paradigma

O quinto paradigma igualmente correlaciona-se com os demais: é o da *transformação do direito* ou *transformação jurídica*. Aqui os processos de desconstitucionalização, deslegalização, flexibilização, além da já aludida desregulação, são imperativos que surgem como corolário dos paradigmas anteriores. A regulação indireta, o desmonte dos direitos trabalhistas, a adoção de “justiças consensuais”, a regressão dos direitos humanos de segunda e terceira gerações, a adoção de padrões legais anglo-saxônicos à vista da rapidez e pragmatismo que apresentam, formatam a base jurídica da globalização. O judiciário igualmente tem de “adaptar-se” à realidade provinda da globalização: necessita ser ágil e veloz para atender os novos paradigmas. Contudo, os mandamentos da globalização hegemônica – paradoxalmente –, para Faria (2002, p. 259), fazem surgir uma tendência peculiar, a “transformação paradigmática do direito penal”, com a ampliação da intervenção repressiva estatal no campo penal, mediante a criação de novos tipos delituosos, criminalização de diversas atividades e comportamentos da vida social, a relativização dos princípios da legalidade e tipicidade, enquanto que às autoridades policiais é ampliada sua discricionariedade, e aos promotores e juízes, *contrariu sensu*, são atribuídos papéis antes reservados à investigação policial. Ocorre a redução de garantias processuais com a

supressão do caráter ilícito de meios de condenação obtidos em determinadas circunstâncias e a inversão do ônus da prova, passando-se a se considerar culpado o cidadão que não conseguir provar sua inocência.

Para que este cenário viesse a ocorrer no âmbito do direito penal, aconteceu uma contribuição destacada de dois movimentos ideológicos, o “Law and Order Movement” e o “Law and Economics Movement”, que espraiam sua influência e seus mandamentos em escala mundial, especialmente por entre os países periféricos. Uma aproximação desses “Movimentos” mostra que as diferenças existentes entre um e outro aparentemente não são muito precisas, pois em determinados aspectos se identificam, suas características os tornam inter-relacionados, e seus métodos de atuação são quase idênticos. O mesmo não se pode dizer quanto a seus objetivos, que diferem fundamentalmente.

A partir de uma perspectiva histórica, o Movimento da Lei e Ordem, de acordo com ARAUJO JÚNIOR (1991), surge no cenário internacional no final da década de 1960, já o Movimento Lei e Economia, para KUTTNER (2000) passa a ter repercussão internacional no atual decênio. A origem de ambos, enquanto formulações teóricas, não é precisa: há quem identifique o “Law and Order” já nos anos 1920 na sociedade norte-americana, enquanto o “Law and Economics” teria sido engendrado a partir do início da era Reagan-Thatcher, no início dos anos 1980. Não obstante essa divergência sobre a precisão do nascimento de ambos, aqui importa consignar que, no Brasil, o Movimento Lei e Ordem passa a ser utilizado durante o regime ditatorial burocrático-militar (1964-1985) e seu alcance pode ser medido até o início dos anos 1990; o Lei e Economia passa a ter maior penetração a partir dessa época. Todavia há de salientar que devido a sua interconexão direta, os efeitos

do “Law and Order” ainda persistem, e por vezes, seus fundamentos vêm a ser tomados pelo “Law and Economics”, em interação que hoje se constata no sistema jurídico-penal brasileiro, a exemplo do que ocorre em termos mundiais.

Já a linha que delimita os dois Movimentos mostra-se mais palpável e pode ser traduzida pelos objetivos que cada um apresenta por meta. Em um primeiro momento, vistos do prisma *objetivo tático*, esse divisor ainda é sutil, pois ambos impunham (e impõem) leis que simbolicamente garantissem a “segurança” do cidadão de forma a que a comunidade viesse a depositar confiança no sistema jurídico-político então vigente. Esses movimentos têm seu marco fronteiro mais delineado a partir de seus *objetivos estratégicos*: o “Law and Order”, vigorando na situação tensional da bipolaridade política internacional, visava à repressão de seus opositores políticos em todos os níveis, desde o mero exercício crítico da liberdade de expressão em si considerada, até as manifestações coletivas pacíficas, como greves, passeatas e outras atividades assemelhadas, bem como as atuações políticas liberais - como atividade de oposição parlamentar - , até culminar nas ações políticas mais extremadas, como as revolucionárias urbana e rural. O *objetivo final* do Movimento Lei e Ordem, assim, era a manutenção do *status quo* - na amplitude que esse conceito encerra - desde a continuidade política do regime imperante à preservação dos “bons costumes”, dos valores tradicionais em geral e os relativos a instituições como família, e, particularmente, ao caráter sacramental da propriedade. Em síntese, o direito penal era utilizado para reprimir o pluralismo ideológico pelo “Law and Order Movement”. Já o *objetivo estratégico final* do Movimento Lei e Economia é distinto. Situando-se a partir de um momento histórico diferenciado, em que a tensão da bipolaridade internacional

desapareceu com o fim do denominado socialismo real, está localizado no período em que ocorre a globalização hegemônica, e segundo um amplo entendimento, só existe um Poder, o mercado. Este não trabalha com valores outros, mas opera a partir de sua própria lógica e defende uma nova liberdade: não a liberdade individual do liberalismo humanista do Iluminismo, mas a liberdade advinda com a globalização: a liberdade irrestrita do mercado ubíquo.

O “Law and Economics Movement” é o novo porta-voz dessa ideologia no mundo globalizado. Apregoa a necessidade de uma “desburocratização jurídica” dos países ainda não-alinhados aos padrões próprios da lógica do Mercado, em nome da rapidez e agilidade que a realidade da globalização hegemônica impõe: é imperioso, segundo o “Law and Economics”, que ocorram os já referidos processos de desconstitucionalização, deslegalização, desformalização e desregulamentação, bem como a adoção de modelos flexíveis, como os da “Common Law”. Para FRANCO (1996), ao direito penal, contudo, cabe um papel ainda mais atuante: verifica-se a *ampliação da intervenção repressiva estatal*, pois o direito penal deixou de ser um direito de intervenção mínima para tornar-se um *direito de máxima intervenção*

A tendência a um movimento de flexibilização nas demais áreas do direito e a exacerbação do papel do direito penal conduz a um paradoxo: se a globalização hegemônica propugna a minimização da intervenção do Estado na solução dos conflitos, o que leva esse mesmo Estado a intervir com maior rigor nas dissensões pertencentes ao campo penal? Para equacionar essa contradição aparente, tem-se de considerar, na idéia de ZAFFARONI (1997), que na globalização contemporânea acontece uma transformação qualitativa

com o homem tido como “hipossuficiente”: no período do capitalismo industrial, era considerado *explorado*; na globalização, torna-se *excluído*.

Antes, mesmo que espoliado, ainda ostentava sua condição de cidadão, fazia parte do sistema; agora, o sistema não mais o reconhece; é um “não-cidadão”. Habermas (1995, pp. 99 e 100) aponta que cada vez mais, “grupos marginalizados se vêem gradualmente apartados do restante da sociedade. Aqueles que já não são mais capazes de mudar sua condição social são abandonados à sua própria sorte”.

O *objetivo estratégico final* do Movimento Lei e Economia fica translúcido visto a partir desse cenário: ao direito penal cabe - dentro da nova lógica que deve reger as relações econômicas, políticas, sociais e culturais -, servir como repressor dos *excluídos*: condenados à marginalidade econômico-social, e, por consequência, “a condições hobbesianas de vida, eles não aparecem mais como portadores de direitos públicos subjetivos”. Nem por isso são dispensados das obrigações e deveres da legislação, pois “com suas normas penais o Estado os mantém vinculados ao sistema jurídico basicamente em suas feições marginais, ou seja, como transgressores de toda a natureza” (Faria, 1997, p. 50).

Se em face dos postulados do “Law and Economics Movement” o sistema penal é chamado a intervir como instrumento de controle social, ao Estado é relegado um papel de descumprimento de suas próprias funções institucionais, tais como prestar uma política social de trabalho/emprego, de educação, de saúde, de moradia etc., ou seja: a demanda da segurança engendrada pelo Lei e Economia relativiza a demanda pela igualdade e solidariedade e, assim, escamoteia a exclusão social no Estado mínimo. Em

suma, o declínio das políticas públicas de caráter social ocorre ao mesmo tempo em que se desenvolve o alargamento da intervenção penal: enquanto se pleiteia *menos Estado* na ordem econômica e social, exige-se *mais Estado* para, de acordo com Rodrigues (2001, p. 149), “mascarar e conter as conseqüências deletérias onde se verifica a deterioração da proteção social. O Estado individualista deve ser também um Estado punitivo”.

Tal formulação refere-se obviamente ao Estado Restrito. Paralelamente, no entanto, cresce o fenômeno que João Bernardo (1998, p. 48) pontua:

As privatizações são o reconhecimento jurídico formal de um processo iniciado há muito, e que consiste na passagem de instituições do âmbito do Estado Restrito para o do Estado Amplo. Hoje, a concentração do capital, e conseqüentemente a participação nas novas tecnologias, só pode ocorrer em nível transnacional e não se opera mais nos velhos quadro nacionais, típicos do Estado Restrito. Por isso, a única maneira de garantir o acesso às tecnologias mais modernas por parte das empresas ditas públicas é transferi-las do âmbito – que já era só meramente nominal – do Estado Restrito para o âmbito do Estado Amplo. As privatizações resumem-se a isso. Mas as implicações políticas deste processo são muito importantes, embora num sentido bem diferente do que em geral é apresentado. No neoliberalismo, o Estado Amplo passou a assumir funções policiais incomparavelmente superiores àquelas que haviam antes caracterizado o Estado Restrito, mesmo nas suas modalidades totalitárias. A tecnologia eletrônica permite, pela primeira vez na história, fundir as operações de vigilância com os gestos de trabalho e com os percursos do lazer. No centro desta teia colossal estão as maiores empresas do Estado Amplo.

CAPÍTULO 3

A TELEVISÃO E A DRAMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Como dito no primeiro capítulo, o papel do direito penal na globalização contemporânea fica destinado a uma ação essencial para o novo poder mundial, uma vez que o direito penal passa a fazer parte de uma ampla concepção estratégica da globalização, que possui como um dos nortes principais a infusão do medo na sociedade para que se atinja uma intensificação do apelo por segurança por parte dessa mesma sociedade, numa ação que se denomina de *dramatização da violência*. Para atingir esse objetivo estratégico, os delineadores do plano político da nova realidade de poder atual valem-se dos meios de comunicação de massa (MCM) (especialmente a televisão), que são, assim, utilizados como instrumentos do sistema hegemônico.

Dessa forma, para facilitar a análise que se pretende neste capítulo, o mesmo será construído sobre um eixo constituído de três temas, a saber: *mídia*, em seu sentido mais amplo; *televisão*; *dramatização da violência*.

3.1) MÍDIA, MCM E INFORMAÇÃO

Faz-se necessário, neste momento, proceder a algumas pontuações a respeito do significado do termo mídia e qual a sua importância e quais efeitos ela traz para os indivíduos, para posteriormente se avançar nas questões pertinentes de discussão acerca da televisão e da dramatização da violência.

De acordo com CANELA (2004), o termo *mídia* se configura em um anglicismo, vindo do inglês *media*, palavra latina plural de *médium*, que significa meio. Dessa forma, deve-se compreender o termo *mídia* como os meios que fazem a ligação dos extremos entre os emissores de uma mensagem e os receptores dela.

Para MARCONDES FILHO (1994), a importância da *mídia* é tão grande que o fato garantidor da existência das coisas é a sua veiculação pelos meios de comunicação. A marca da nossa época é que as coisas não valem pelo que elas são, “elas só valem se forem comunicadas, divulgadas pelo sistema de comunicação, se mediadas por esse processo” (p. 64).

Corroborando essa ideia, Champagne (2003, p. 63) coloca que “os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na *mídia*, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas.” E mais:

A informação posta em imagens produz um efeito de drama que é próprio para suscitar muito diretamente emoções coletivas. Enfim, as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais sem dúvida que o discurso, elas parecem designar uma realidade indiscutível. (p. 64)

Assim, qualquer ocorrência que hoje não se faça manifesta na *mídia* não existiu, não aconteceu, está fora da memória histórica que está sendo registrada e guardada pelos diferentes equipamentos sociais. Ou seja, não está sendo relegada somente ao esquecimento, mas - o que é pior - passa a não existir.

Os meios midiáticos, hoje, como detecta Chomsky (2002, p. 306), são “instituições ideológicas efetivas e poderosas, que levam a cabo uma função propagandística de apoio ao sistema mediante sua dependência das

forças do mercado.” Como sistema de propaganda eles têm se tornado cada vez mais eficientes nas décadas recentes. Com o desenvolvimento das redes planetárias de televisão e da maior concentração dos meios de comunicação de massa, acontece cada vez mais uma ampliação do alcance e da sofisticação do tratamento das notícias.

De acordo com PELUSO (2002, p.179) a época moderna possui como um dos marcos característicos, a informação global, conduzida, em sua maioria, pelos monopólios das empresas de comunicação, materializando, assim, as profecias de G. W. Orwell (1984) e Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) de um mundo de falso progresso no qual se impõe o controle do pensamento.

Uma propriedade que caracteriza a globalização, e que, conseqüentemente, se faz presente também no que se refere aos meios de comunicação, é a união de poderosas empresas, que já possuem uma grande força, seja econômica, política, social ou qualquer outra, para se fortalecerem ainda mais, garantindo, dessa forma, um monopólio sobre determinada(s) área(s) de atuação. Obviamente, as empresas de comunicação não deixariam de seguir esse padrão. Sobre isso, escreve Bucci (2004, p. 320):

(...) em relação à questão da concentração - tanto em termos de propriedade quanto da produção do conteúdo - as perspectivas do cenário internacional são cada dia menos tranquilizadoras, resultado da acelerada convergência entre as empresas responsáveis pela produção das novas tecnologias da informação e os grandes conglomerados geradores de programação.

O fenômeno da concentração dos órgãos de mídia acontece em todos os campos da comunicação, unindo grupos de vários terrenos da mídia,

como televisão, cinema, gravadoras de discos, companhias de acesso à Internet e diversas mídias impressas. Um exemplo é o conglomerado *Time-Warner-CNN-EMI-AOL*, resultante de uma megafusão que o tornou o grupo líder de comunicação no planeta. A concentração desses meios de mídia confere ao conglomerado a possibilidade de atingir, de acordo com Ramonet (2002), mais de um bilhão de telespectadores (*Time-Warner-CNN*); 15 milhões de assinantes de TV a cabo apenas nos Estados Unidos (*Time-Warner Cable*); 120 milhões de assinantes de revistas e periódicos da *Time*, como *People*, *Fortune*, *Life*, *Sports Illustrated*, além da própria *Time*. Necessitam também ser computados: a venda de mais de um bilhão de livros por meio do *Book-of-the-Month-Club*, da *Warner Books* e *Time-Life*; 30 milhões de assinantes da AOL para acesso Internet; 5.700 filmes e 135.000 desenhos animados de propriedade da *Warner Bros*; finalmente, uma cifra não revelada de discos vendidos em todo o mundo – mas que se estima ser por volta de várias centenas de milhões de unidades anuais – através da *EMI* e do *Warner Music Group*. No Brasil, tem-se um exemplo dessa concentração de mídias nas Organizações Globo, que abrange a Rede Globo de Televisão, Sistemas Net de TV a cabo e Sky, de TV por assinatura; Rádio Globo; Jornal O Globo; Editora Globo, que publica, além de livros, diversos periódicos, como o semanário *Época*; Gravadora Som Livre; portal de Internet “*globo.com*”, com mais de 200 “web sites” associados, incluindo revistas de esportes e de entretenimentos, além dos dedicados a programas de televisão, atores e músicos da Organização.

Já a sofisticação do tratamento das notícias deve ser compreendida, de acordo com CHOMSKY e HERMAN (2002) a partir da constatação de que

os noticiários e toda a cobertura midiática em geral, não são oferecidos ao público de forma isenta e imparcial, como preconizam os próprios MCM: os fatos noticiados recebem um tratamento, que consiste em uma interpretação que os MCM dão do mundo, e reflete os interesses e as preocupações do mercado e das instituições governamentais e privadas por ele dominadas.

Ratificando tal visão, CANELA (2004) coloca que, evidentemente, a passagem pelos meios de comunicação de massa não é imaculada. Podem existir mudanças de cores, alterações de palavras, diferenças de sons, podem, enfim, existir filtros, o que termina por provocar uma modificação de conteúdo entre o primeiro momento, o da emissão, e o segundo momento, o da recepção.

Sobre o mesmo tema, diz Hoineff (1991, p. 23):

O mundo existe na medida em que passe pela televisão. Uma emoção existe se é definida pela televisão. E na televisão as emoções e o mundo são filtrados por critérios muitas vezes **estranhadores**. (grifos nossos)

Indo mais além, SODRÉ (1992) considera que o sistema de informação (meios de comunicação e teletecnologias informacionais) impõe-se hodiernamente como o lugar central de *produção do real* do Ocidente moderno. A informação, portanto, é um modo de organizar – atualmente, de forma administrativa ou gerencial – o espaço social contemporâneo.

Fazendo coro a essa idéia, pontua Coimbra (2001, pp. 29 e 30):

Partimos do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido **de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo** e que os meios de comunicação, portanto, falam pelos e

para os indivíduos. Esse equipamento não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir. (...) Através da ininterrupta construção de modelos de unidade, de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade, os meios de comunicação de massa produzem subjetividades que nos indicam como nos relacionar, como, enfim, ser e viver dentro de um permanente processo de modelização. (grifos nossos)

Fica claro, portanto, que o tratamento dado à programação apresenta-se, sim, como um moderador de intensidade do que deve ou não ser noticiado, segundo os critérios do alto escalão dirigente dos MCM, o que leva, de acordo com Chomsky e Herman (2002, p. 303) “ao domínio dos meios de comunicação por parte das elites e à marginalização de eventual dissidência”.

Assim, muitos jornalistas que trabalham em órgãos midiáticos atuam com absoluta integridade e boa vontade, uma vez que desconhecem tais “filtros” e acreditam que as orientações que recebem são fruto de “novos valores profissionais, e são capazes de se convencer que escolhem e interpretam as notícias de uma maneira ‘objetiva’, ‘imparcial’, baseados em valores éticos de sua profissão” (Chomsky e Herman, 2002, p. 303). Mesmo porque existe o hermetismo doutrinário do sistema de poder, que, de um lado permite apenas uma microvisão (assunto por assunto, notícia por notícia) do tema tratado e, de outro, impede uma macrovisão das atuações dos meios de comunicação, que possibilitaria verificar a pauta de manipulação e distorção em que os mesmos operam.

Além disso, há que se destacar aqui um outro papel da mídia: a de vender bens, imagens, *status*, de forma indiscriminada, o que gera uma sensação, na grande maioria da população, de impotência, já que há uma

impossibilidade de acesso, principalmente por parte das camadas populares, aos bens e aos valores largamente propagandeados através da mídia e da cultura de massas, o que, de acordo com VELHO (1996), acirra a tensão e o ódio sociais, e a inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações termina por fortalecer o mundo do crime.

Em equivalência de opinião, tem-se Matos (2000, pp. 73 e 74):

Uma das mais graves acusações contra a publicidade multinacional nos países de terceiro mundo é a de que exerce uma influência negativa nos consumidores, bem como estimula-os e incita-os a desejarem produtos dos quais não precisam e com os quais a economia dos países subdesenvolvidos como um todo também não se beneficia.

A partir daqui, caberia uma relação da mídia com a questão da *dramatização da violência*. Contudo, para se atender à proposta contida no início do capítulo, e antes de se buscar mais elementos para uma elaboração mais minuciosa acerca da dramatização da violência - que será objeto de análise posterior – faz-se necessária uma compreensão mais apurada sobre o papel e a relevância da televisão, que é a responsável pela alteração, em sua essência, da natureza da comunicação, como bem pontua Sartori (2001, p. 21), “deslocando-a do contexto da palavra (seja impressa ou transmitida pelo rádio) para o contexto da imagem”. Espera-se, assim, respeitar o eixo proposto.

3.2) A PREEMINÊNCIA DA TELEVISÃO

3.2.1) Breves considerações acerca da Televisão

De imediato, veja-se uma concepção fundamental acerca da televisão, de acordo com Sartori (2001, pp. 15 e 16):

A televisão – como diz o próprio nome – consiste em “ver de longe” (*tele*) e, portanto, levar à presença de um público de espectadores coisas pra ver, quer dizer, visualmente transmitidas de qualquer parte, de qualquer lugar e distância. E na televisão o fato de *ver* predomina sobre o falar, no sentido que a voz ao vivo, ou de um locutor, é secundária, pois está em função da *imagem* e comenta a imagem. É por causa disso que o telespectador passa a ser mais um animal *vidente* do que um animal simbólico. Para ele as coisas representadas por meio de imagens passam a contar e pesar mais do que as coisas ditas por palavras.

O mesmo autor considera que a televisão, além de ser entretenimento, distração e diversão, invade nossas vidas, afirmando-se como uma espécie de “demiurgo”. Para além da formação das crianças, a televisão permanece formando/influenciando o comportamento dos adultos mediante a “informação”, constituída em sua grande parte por “esporte, crônica policial, ou referente aos vários dramas e catástrofes que acontecem quase diariamente no mundo” (Sartori, 2001, pp. 15 e 16).

E mais, para Bourdieu (1997, p.23), “a televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”.

Para HOINEFF (1991) é exatamente a *expansão* da televisão que se configura no mais importante fenômeno da sua recente história. A idéia de transformar e distribuir imagens e sons pelo ar – devido à constante evolução tecnológica - é permanentemente revista e captada por uma sociedade para a qual a televisão já se configurou na principal fonte de entretenimento e informação. O produto distribuído atende pelo nome genérico de programação – em princípio, o produto básico que a televisão vende a seus consumidores –, o qual vem acompanhado por subprodutos como manipulação, desinformação e controle.

Assim, para a maioria da população, a televisão se configura no meio de informação preferido, devido à fascinação pela imagem, pois, afinal de contas, de acordo com a máxima popular, “uma imagem vale mais do que mil palavras” e não necessita do esforço de atenção, concentração e raciocínio exigidos, por exemplo, pela leitura. A autoridade, portanto, está na própria visão da imagem. Não importa, como coloca Sartori (2001, pp. 55 e 56), que as imagens possam enganar mais ainda do que as palavras. “O fato é que o olho acredita naquilo que vê; e, portanto, a autoridade cognitiva mais acreditada se torna a realidade vista”. Dessa forma, a televisão estabelece valores e influencia comportamentos. Tal ação representa um grande perigo, visto que existem distorções, infidelidades, manipulações etc. por parte daqueles que compõem uma empresa de televisão (que podem partir dos funcionários ou do seu proprietário). Sobre isso, esclarece Theodor Adorno (2003, p. 80), ainda que se refira a uma situação específica:

(...) compreendo televisão como ideologia simplesmente como o que pode ser verificado sobretudo nas representações televisivas norte-

americanas, cuja influência entre nós é grande, ou seja, a tentativa de inculcar nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de, como se costuma dizer tão bem, procurar-se impor às pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos (...) Além disso, contudo, existe ainda um caráter ideológico-formal da televisão, ou seja, desenvolve-se uma espécie de vício televisivo em que por fim a televisão, como também outros veículos de comunicação de massa, converte-se pela sua simples existência no único conteúdo da consciência, desviando as pessoas por meio da fartura de sua oferta daquilo que deveria se constituir propriamente como seu objeto e sua prioridade.

Dessa forma, a partir do que foi exposto até aqui, deve-se considerar a televisão como um veículo que, em primeiro lugar, é de fácil aceitação, já que há a importância da imagem (é mais imediato ver do que ler); em segundo lugar, deve-se ter claro que tal veículo procura exercer (e em muitos momentos exerce) a função de formador de comportamento e de opinião, já que é mais simples se acreditar no que se vê (ainda mais se houver uma repetição constante), o que se constitui em um risco para os telespectadores, devido às possíveis adulterações de realidades, a fim de atender a interesses os mais diversos; e, por fim, fica claro que esse veículo, devido à “fartura de oferta” a que se refere Adorno, termina por desviar a atenção do público de assuntos realmente relevantes, como economia, política, ciência etc., para ocupá-lo - e saturá-lo - com informações desnecessárias ou propagandas de produtos e serviços (que a grande maioria da população não possui condições de consumir, e que, por isso mesmo, pode gerar um comportamento desviante para a obtenção dessas metas alardeadas pelo capitalismo), que em nada irão acrescentar para a sua conformação enquanto cidadão, no sentido amplo do termo. Muito ao contrário.

3.3) O MEDO E A DRAMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Já foi exposta anteriormente a importância da imagem televisiva para os telespectadores, exercendo, inclusive, sobre eles uma espécie de fascínio, não importando, em alguns momentos, que ela não represente uma realidade, mas sim uma distorção dessa realidade. Exatamente por isso, neste item, procurar-se-á ressaltar a importância e a função da mídia para esse papel, destacando-se em específico a televisão como o meio central na divulgação da dramatização da violência.

Para PELUSO (2002), tal fascínio pelas imagens, em específico pelas imagens ao vivo, produz a ilusão de que os acontecimentos devem possuir uma imagem. Sem imagens, os fatos não possuem relevância. Sem imagens, não há notícia. Assim, o que não for registrado em filme não é importante. Mais sério que isso é o fato de que, na grande maioria das vezes, são exibidas “imagens que não representam nenhum fato jornalístico, noticiável, apenas imagens espetaculares, ricas em visual, atrativas e tecnicamente impecáveis” (p.179). Dessa forma, o que seria informação torna-se um espetáculo.

Sobre o espetáculo, DEBORD (1997) coloca que tal situação se configura em uma *relação social* entre pessoas, mediada pelas imagens, que se tornam algo real, produzindo um comportamento hipnótico na pessoa que o assiste, alienando-a. O que torna o espetáculo ainda mais perverso é que ele se impõe como algo essencial, que procura moldar, cada vez mais, um número maior de indivíduos, constituindo-se na *principal produção* da sociedade atual.

E qual o melhor veículo para tal objetivo do que a mídia, que se configura no conjunto dos meios técnicos por excelência para a difusão do espetáculo? Assim, no que se refere ao sistema avançado de comunicação articulado com as condições reais de vida da população, não se trata de informar no sentido de transmissão de conhecimentos, mas de se gerar uma sociabilidade dissimulada, cuja forma principal, como já dito, é a do espetáculo.

Dessa forma, para Coimbra (2001, p. 36):

(...) além de produzir massivas subjetividades, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz as “identidades”, as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados. Assim, a lógica mediática é a da homogeneização, do espetáculo, obedecendo ao valor da excepcionalidade, do ser extraordinário, da dramaticidade, da encenação voltada também para a produção de emoções. A competência exigida por esta lógica é a teatral: a capacidade de forjar encenações, espetáculos.

Ou seja, fica claro, portanto, que um dos propósitos da mídia, através do espetáculo, é o de homogeneizar comportamentos, pensamentos, sensações, opiniões. Uma das razões que fortalece essa homogeneização é o fato de a mídia trabalhar com binarismos, reduzindo, na grande maioria das vezes, os valores que os indivíduos possam fazer dos elementos que compõem o tecido social a apenas dois: o bom e o mau, o mocinho e o bandido, o empregado e o desempregado, o céu e o inferno, e assim por diante.

Prossegue Coimbra (2001, p. 37):

pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades (...) pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades (...) os meios de comunicação de massa (...) produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões.

Deve-se, a partir desse momento, para a melhor condução deste texto, explorar especificamente a televisão enquanto o meio midiático por excelência para a produção, em larga escala, de realidades desfiguradas e corrompidas. Contudo há que se relativizar, já que a televisão, de acordo com Whitaker (2005, p. 211), apreende, revela e oculta o real, podendo ser acusada (ou absolvida) “de todos os males da contemporaneidade, dependendo, obviamente, do recorte feito pelo pesquisador, do seu ângulo de análise e do próprio tema da investigação escolhido”. Dessa forma, faz-se absolutamente preciso estabelecer que em nenhum momento se considera a televisão *exclusivamente* como um veículo que apenas e tão-somente distorce a realidade, oferecendo uma ilusão aos telespectadores. O pressuposto é o de que, em vários momentos, isso pode acontecer – e acontece. E é partindo desse pressuposto que esta Tese está sendo construída.

Assim, o objetivo de trazer a televisão a essa discussão (muito embora, por vários momentos nesta Tese, ela já tenha sido citada, pontuada, e até mesmo explorada) reside basicamente em dois pontos: 1) o fato de a televisão ser o meio midiático mais acessível da maior parte da população; 2) o fato de que a grande maioria do arsenal de pesquisa desta Tese foi construído a partir da programação televisiva, como poder-se-á demonstrar no capítulo posterior.

Isso posto, e para retomar as questões teóricas acerca da televisão - manipulações, inversões etc. – deve-se, de imediato, buscar norte em um essencial pensador. Assim, pode-se destacar THEODOR ADORNO (2003) que detecta o que ele denomina de “função formativa ou deformativa” levada a cabo pela televisão em relação à consciência das pessoas, a partir do grande número de espectadores bem como de tempo direcionado à apreciação da televisão.

Continua Adorno (2003, p. 77):

(...) suspeito muito do uso que se faz em grande escala da televisão, na medida em que creio que em grande parte das formas em que se apresenta, ela seguramente contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos espectadores.(...).

Para ilustrar como a televisão dirige de maneira equivocada a “consciência dos telespectadores”, serão apresentados dois exemplos colhidos em WHITAKER (2005).

Em 2003, a Campanha da Fraternidade teve como tema “Vida, dignidade e esperança: a fraternidade e as pessoas idosas”. Houve a inserção de tal discussão em uma determinada novela (de horário nobre e, portanto sujeita às maiores audiências). Tal discussão se fez presente em um núcleo familiar formado por um casal, seus dois filhos e os pais do marido. Como todos residiam no mesmo apartamento, o que obrigava a irmã a dividir o quarto com o irmão, havia um constante destrato, revestido de atos maldosos, até, dessa filha/neta para com o casal de velinhos, já que ela considerava que a presença deles no apartamento é que a impedia de ter um quarto só para ela.

Contudo, Whitaker (2005, p. 224) coloca que “situar o sofrimento da velhice apenas dentro da família nos deixa no plano da Ideologia”. Dessa forma, tem-se um exemplo de como a televisão mostra, escondendo. A televisão – via sua telenovela de maior audiência – atendeu a uma reivindicação (denunciar a situação dos idosos), contudo não foi além, não houve a discussão da responsabilidade da sociedade e do Estado em relação à condição dos idosos no Brasil.

Uma outra denúncia levada a termo pela mesma novela era a violência contra a mulher. Para tanto, o autor se utilizou de um personagem que passa a novela quase toda espancando sua mulher até morrer em um acidente. Ou seja, a novela expôs um problema que ainda atinge a sociedade contemporânea, sugerindo o combate contra esse tipo de situação. Contudo, essa mesma ação de espancar é utilizada pelo pai que corrige o comportamento da filha má, ao final da novela, que surte efeito, já que após uma surra (desejada e esperada com veemência pelos telespectadores) a filha muda seu comportamento em relação aos seus avós. Ou seja, passa-se a novela inteira combatendo a violência contra a mulher e ao final coloca-se, como um dos pontos de clímax da novela o espancamento da moça, mostrado como uma atitude exemplar, utilizando-se, assim, a violência como um chamariz de audiência.

Este último exemplo, de certa forma, reforça o argumento principal desta Tese, ou seja, o fato de a mídia televisiva ter como um dos seus componentes mais importantes a substância violência.

PELUSO (2002) considera que a televisão cria o que ele denomina de “hiperemoção do espectador”, já que a emoção que o indivíduo sente ao ser

assediado pela imagem é real, o que, em consequência, faz com que ele acredite que a informação também pode ser real. Está criada aí uma confusão entre emoção e razão, já que a emoção pode não permitir uma análise racional. E mais: o telespectador fica à mercê do que está assistindo, pois o seu campo de visão está direcionado, ou melhor, reduzido, pelos meios: o tipo de reportagem, a cena, a edição etc., o que o impede de enxergar além, analisando criticamente uma determinada situação.

Além disso, há um outro ponto extremamente relevante destacado por Peluso (2002, p. 182):

Ressalte-se, ainda, que, como informar é um negócio, a concorrência entre os meios gera o efeito patológico da “informação circular”, homogeneizando a informação jornalística, pois para saber o que se vai noticiar é preciso saber o que os outros estão noticiando, para não ficar atrás. Assim, um mesmo assunto passa a ser veiculado por quase todos os meios, que não querem perder seus clientes.

Com isso, um fato se torna real a partir de sua exposição e confirmação por parte de outros meios, principalmente de outras emissoras de televisão (informação circular). Dessa forma, uma determinada realidade é construída, destruída ou reconstruída a partir do norte dos meios de comunicação. E uma vez que há essas manipulações (seja por motivos que envolvam mercado, política, ideologias ou qualquer outro) e que a maioria dos indivíduos tem contato com essa realidade a partir desses meios, especialmente pela programação de teor violento, conseqüentemente, esse panorama costurado por falsidades, distorções, representações, pode gerar nos telespectadores (receptores) ilusões, aversões, ansiedades infundadas,

medos e fobias. E é a partir desse conjunto de efeitos nocivos que esses telespectadores (receptores) terminam por construir seu dia-a-dia.

Assim, uma vez que as verdades são massivamente produzidas em nosso cotidiano por uma série de equipamentos sociais, e, dentre eles, hoje, destacam-se os meios de comunicação de massa, estes, para Coimbra (2001, p. 45) “podem criar novas verdades, ignorar e mesmo negar algumas que já estão aí, adaptá-las, modificá-las e mesmo virá-las pelo avesso”.

Sobre isso, acrescenta Franco (2000, p. 110):

Se, de um lado, [o conjunto dos meios tecnológicos] permite que o cidadão passe a dispor de um volume de informações nunca dantes colocado à sua disposição e seja dotado ainda de uma incrível capacidade de comunicação; de outro, pode levá-lo a ser contaminado por tais informações ou ser oprimido pela tirania comunicacional, máxime quando a informação e a comunicação são postas a serviço de colossais empresas transnacionais que obedecem à lógica, aos interesses, à dinâmica e aos objetivos do mercado. A informação insistentemente repetida pelos meios comunicacionais (...) anestesia, e, em seguida, manipula a consciência das pessoas a tal ponto que estas passam a acolher os mandamentos do mercado como verdades incontestáveis, dando reforço, deste modo, ao pensamento único.

Como visto, portanto, dentre esses meios, a televisão exerce um papel de piloto em matéria informativa, e obriga todos os outros órgãos midiáticos a segui-la ou a situar-se em relação à ela. Esse fenômeno da preponderância da TV sobre os demais MCM tem sua elucidação marcada pelo fato de que na televisão, graças aos avanços tecnológicos propiciados pela globalização hegemônica, foi se impondo um conceito radicalmente distinto de informação: informar, para Ramonet (2002, pp. 86 e 87) é “mostrar a *história*

em marcha, ou, mais concretamente, fazer-nos assistir o acontecimento *ao vivo*".

O fato de a televisão ocupar a mais alta hierarquia entre os meios midiáticos é estudado, entre outros, por RAMONET (2002) que destaca que em matéria de informação, na atualidade, existe uma crença que é suficiente que "a imagem do acontecimento (ou sua descrição) basta para dar-lhe toda sua significação" (pp. 86 e 87). Em síntese, a visão que o telespectador tem de um acontecimento mostrado pela televisão é o bastante para que este se sinta satisfeito. O objetivo primário do cidadão, a sua satisfação, é atingido, pois a questão de compreender o verdadeiro alcance e significado do acontecimento, hoje, é secundária para o telespectador. Seu objetivo prioritário agora é poder ver o fato, "olhar como este se produz debaixo de seus olhos". Como adverte Ramonet, toda essa compreensão, todavia, é muito preocupante, uma vez que ela estabelece, pouco a pouco, a enganosa ilusão de que *ver é compreender*, indo em sentido contrário de todo o conhecimento construído desde o Iluminismo, quando os racionalistas já procuravam combater essa idéia ilusória.

De uma outra perspectiva, essa idéia faz gerar uma aceção de que tudo o que possa vir a ser objeto de informação midiática necessariamente tem de se mostrar com uma parte visível, mostrável, televisável. Tal entendimento acarreta, ainda para RAMONET (2002), em uma "emblemática redutora" cada vez mais freqüente, sobre acontecimentos de caráter complexo. No que diz respeito diretamente à dramatização da violência, continua o autor, "tal conceito de informação conduz a uma afligida *fascinação* pelas imagens *ao vivo* de acontecimentos violentos e sangrentos" (p. 90).

Todavia, justamente por utilizar-se desse tipo de transmissão é que, na atualidade, a população compreende que o veículo de comunicação mais confiável é a televisão. Sua onipresença e liderança entre as pessoas, independentemente dos motivos que as fundamentam, obrigam os demais meios de comunicação a segui-la: o fato noticiado com destaque e mostrado pela televisão, hoje, será acompanhado e ampliado pelo jornal impresso de amanhã e, com certeza, irá se configurar em tema da revista semanal. Este fenômeno torna-se ainda mais acentuado se se observar os outros canais de televisão: se o canal líder de audiência divulgar amplamente uma determinada notícia e com ela vier a se confirmar seus altos índices de audiência, as outras emissoras irão repercutir esse fato, o que, em sua somatória, vai gerando um círculo vicioso (a tal informação circular) que amplia cada vez mais o fato inicialmente abordado – que passa a ser socialmente uma *unanimidade social*, pois foi *visto* na televisão, e, assim, dotado da concretude do real.

Postas essas considerações acerca da mídia e da televisão em específico, deve-se avançar na discussão proposta no início deste capítulo, que é a compreensão, a partir dessa base teórica explorada até aqui, da *dramatização da violência*.

Contudo, antes de se avançar por esse tema, faz-se premente a discussão de uma questão preliminar, que virá em auxílio teórico essencial para a compreensão do que se objetiva posteriormente: Por que o conteúdo violento produz uma atração em relação ao público, principalmente televisivo?

Para começar a se entender tal questão, faz-se necessário recorrer a Peluso (2002, p. 180):

Na atualidade, a curiosidade pela narração do crime e seu castigo continua presente na sociedade, entretanto, emergiu com uma força enorme no seio dos meios de comunicação de massa, inclusive porque nos encontramos ante uma crise de credibilidade da política, que se transfere para os meios de comunicação, pois, quanto mais decresce o interesse pelas notícias políticas, mais a imprensa procura outras categorias informativas para traduzir o interesse da sociedade – geralmente notícias violentas –, o que, por outro lado, amplia a fronteira entre informação séria e informação trivial, que adquire um maior grau de aceitabilidade. Essa trivialização das notícias causa uma nova cultura de violência, na qual esta aparece como um fato normal, corriqueiro, que faz parte do cotidiano, na verdade, um objeto de consumo, gerando uma insensibilização à violência real e alterando as representações em torno da segurança e, ainda, surgindo uma funcionalização dos atos violentos, que passam a ser tidos como meios legítimos para alcançar determinados fins.

DIAS (1996) considera que o fato de a violência se configurar em um desvio de determinadas condições ditas e havidas como normais, assegura-lhe um espaço efetivo nos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, que necessita de fatos que representem uma ruptura dos padrões sociais, de fatos excepcionais. Ou, como coloca BOURDIEU (1997), há um interesse pelo extraordinário, por aquilo que representa uma ruptura com o ordinário, com o que não é comum, como por exemplo, incêndios, inundações, assassinatos, variedades.

Além disso, ainda de acordo com Bourdieu (1997, p. 22),

(...) as notícias de variedades, que sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista; o sangue e o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender, e o reino do índice de audiência devia alçar à primeira página, à abertura dos jornais televisivos, esses ingredientes.

Para Dias (1996, p. 57):

(...) a imprensa sensacionalista canaliza boa parte das atenções quando o assunto é violência. A exposição chocante de fatos, acontecimentos e idéias, visando a emocionar para além dos graus normais da tensão psicológica, caracteriza a contribuição mais evidente desse jornalismo para tornar a violência real e banalizada.

A essas afirmações soma-se a de BOURDIEU (1997), que considera que os jornalistas possuem *óculos especiais* a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de maneira peculiar as coisas que vêem. Como já dito anteriormente, os MCM selecionam e constroem uma dada realidade, sendo que na seleção sobre o que será mostrado ou não, se busca o sensacional, o espetacular. “A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico” (Bourdieu, 1997, p.25).

Assim, fica claro, a partir do exposto até aqui, que os empresários da comunicação, os funcionários e mesmo o formato dos meios podem dificultar ou impedir que determinadas mensagens produzidas pelos emissores cheguem aos receptores ou, por outro lado, podem permitir que essas mensagens atinjam o seu alvo, mesmo que de forma truncada ou distorcida.

Exatamente a partir desta pauta é que foi construída a **dramatização de violência**, inicialmente efetivada a partir da constatação da “fascinação do crime”: o crime e o criminoso exercem um fascínio sobre a sociedade, o que pode ser comprovado pelo fato, na concepção de Hassemer e Muñoz Conde (1992, p. 181), da “história da literatura estar plena de crime e castigo, criminalidade e direito penal”. Por essa razão, os meios de comunicação de massa passaram a conceder uma grande importância a “assassinatos, roubos,

seqüestros, e outros delitos violentos.” Os órgãos midiáticos fizeram os fatos criminosos passarem por sua lógica produtiva, e os manufaturaram com uma linguagem, tempo e espaço determinados, condicionando o relato informativo que posteriormente viria a ser consumido pela opinião pública – a partir de uma perspectiva que, como frisam Cohen e Young, “é orientada em função dos interesses da ideologia do poder hegemônico” (1991, p. 73).

Dessa forma, os MCM foram intensificando de tal maneira sua cobertura de fatos criminosos, até o ponto em que a criminalidade passou a ser sinônimo de violência. Assim, a *violência dramatizada* encontra-se intimamente associada à criminalidade no seio da sociedade, pois “os meios de comunicação de massa tiveram sucesso na missão de vincular uma idéia a outra” (Franco, 2000, p. 109). Além disso, o autor considera que hodiernamente a violência e a criminalidade estão correlacionadas de forma tão intensa, que se tem a impressão de que os conceitos estão superpostos, balizando uma mesma área de significado. Essa concepção equivocada deriva em grande medida da responsabilidade de um órgão midiático em particular – a televisão – na desfiguração e criação de uma realidade deturpada, como já dito em momento anterior. Os meios televisivos, para Hassemer e Muñoz Conde (1992, p. 181), “exageram a situação real, não só pela divulgação exacerbada de fatos violentos – sejam crimes ou não –, mas estendendo-se também à idéia de indignação face aos mesmos e sua aparente impunidade”.

A dramatização da violência, efetivamente, tem seu alcance ampliado frente à constatação que nunca como hoje houve a oportunidade de se dispor de poderosos meios de comunicação de massa que possuíssem abrangência planetária e tecnologia capazes de permitir transmissões em

tempo real de qualquer parte do globo. Na atualidade, os MCM possuem tamanho espaço de penetração e influência que chegam a ser considerados não mais como a representação do “quarto poder” (em uma referência que era contraposta aos três poderes tradicionais definidos por Montesquieu), mas se transmudaram no “segundo poder”, superado apenas “pelo primeiro de todos os poderes, que é o poder econômico” (Ramonet, 2002, p. 36).

Neste contexto, nas duas últimas décadas proliferou, de forma desmedida, a cobertura de fatos delituosos nos noticiários televisivos e nas mídias radiofônica e impressa, numa cobertura intensificada que paulatinamente foi suplantando a cobertura de eventos internacionais e, em determinadas épocas, até mesmo as notícias sobre as atividades política e econômica do país. A informação cada vez mais deixou de ser uma fonte de conhecimento sobre os fatos e acontecimentos relevantes para o exercício da cidadania, para se transmudar em notícias centradas em fatos criminosos.

A imprensa brasileira – em sentido amplo – não possuía, tradicionalmente, esta função. Até meados dos anos 1980, a televisão não contemplava qualquer cobertura criminal, o mesmo acontecendo com as rádios e revistas. Os jornais raramente abordavam o noticiário policial, e quando o faziam, publicavam tais matérias timidamente, de maneira quase escondida no fim do noticiário geral. Apenas casos que envolviam pessoas célebres da sociedade ou os de grande repercussão na comunidade eram apresentados com relativo destaque. O afastamento da grande mídia das questões criminais era tamanho que dois jornais de circulação nacional especializaram-se na cobertura de fatos delituosos: o “Última Hora” em São Paulo e o “Luta Democrática” no Rio de Janeiro. Cabe lembrar um outro jornal que possuía

igual temática: o “Notícias Populares”, que encerrou suas atividades em 2001. Apesar de tais órgãos midiáticos possuírem uma relativa penetração nas camadas sociais de mais baixa renda – por serem significativamente menos custosos que os demais jornais –, eram ironizados pela maioria da população, que os denominava de “jornal de sangue”; daí a expressão popular jocosa, porém depreciativa, cunhada na época: “um jornal que se espremer, sai sangue”.

Do menosprezo e desqualificação que possuíam na sociedade, os noticiários sobre fatos criminosos e noticiário policial converteram-se em campeões de audiência desde o lançamento do primeiro noticiário especializado nesses temas no Brasil, o “Aqui e Agora”, do SBT, que estreou em maio de 1991. Os subprodutos desse programa noticioso policial, de cariz sensacionalista, multiplicaram-se de tal modo, que, hoje, todas as redes nacionais de televisão possuem um noticiário desse tipo, para não mencionar as emissoras de cobertura regional ou local.

Não somente em programações específicas os canais de televisão passaram a divulgar os preceitos da ação política da dramatização da violência: condizentes com a pauta de seleção de notícias, a televisão incorporou os fatos delituosos em seus noticiários e demais programações. E mais: ampliou esse tipo de cobertura para atingir igualmente acontecimentos violentos, não criminosos. A mídia impressa e radiofônica igualmente trilhou esta senda, num movimento que abrange hoje todo o complexo midiático.

3.3.1) Violência = Criminalidade: um consenso fabricado

A partir dessa ampla conjunção de todos os meios midiáticos, estava iniciada a “fabricação do consenso”, no dizer de CHOMSKY (1992), objetivando infundir na população uma noção equivocada sobre o conceito de violência, fazendo-a confundir esta própria noção com a acepção de criminalidade¹². Os meios de comunicação de massa, ao concretizarem a dramatização de violência em todos os níveis, põem em prática a ação ideológica propugnada pelo pensamento único da globalização hegemônica.

Houve – e continua a haver – uma *divulgação massiva* pelos MCM de crimes violentos, mostrando todas as suas particularidades e abjeções. Os MCM passaram a exibir rostos das vítimas feridas ou mesmo já mortas, em procedimento nunca antes realizado, em observância à ética jornalística e em razão de respeito ao sentimento da família e pessoas próximas do ente falecido, e também como deferência à memória da pessoa morta.

De acordo com Franco (2000, p. 111):

Na sociedade globalizada na qual a televisão tem um poder de fogo tão grande, a percepção da violência prescinde da experiência pessoal: os informativos televisivos são capazes de permitir a contemplação da violência sem que por ela ninguém seja afetado, direta e fisicamente. Quem não se lembra da Guerra do Golfo Pérsico, acompanhada, momento a momento, pelas poderosas redes de televisão? Quem não se recorda da espantosa limpeza étnica, efetuada com requintes de perversidade na Bósnia-Herzegovina em Kôsovo e transmitida pela televisão com imagens de gritante crueldade? Quem não assistiu estupefato aos massacres de Burundi, em Ruanda, no antigo Zaire e, há bem pouco tempo, no Timor Leste? Essas cenas chocantes, transmitidas pela televisão

¹² Por isso mesmo, dentro do capítulo 1, dedicou-se o item 1.1 a esse tema, procurando, desde o primeiro momento desta Tese, desfazer possíveis dúvidas quanto aos dois conceitos.

com realismo e crueza, acrescidas de violências outras, de caráter coletivo, mas não de menor impacto, de filmes que difundem atos de violência gratuita, de programas de televisão que transmitem espetáculos de extrema violência; de jogos de vídeo nos quais se mata um adversário com o simples pulsar de um botão, passaram a constituir as imagens mais freqüentemente expostas nos meios visíveis de comunicação social. (...) A comunicação realizada com tal intensidade banaliza a violência e insensibiliza o espectador para o sofrimento alheio.

A repetição – à exaustão – tornou-se, assim, uma constante, pois um mesmo fato criminoso passa a ser levado ao ar várias vezes em programas de noticiário policial, e novamente vem a ser televisionado em outros noticiosos que se seguem na emissora, seja ela qual for.

Dessa forma, Barata (2000, p. 256) pontua que:

Em los últimos años la violencia se ha convertido en un producto de consumo que invade los medios de comunicación de masas. Estamos ante una vuelta del suceso criminal y la visibilidad del mal se ha incorporado a la agenda mediática. Frente a una sociedad obsesionada por el control y la seguridad, los medios hacen visible el espacio del miedo a la vez que explotan y juegan con los límites de su representación.

Não apenas mortes violentas tornaram-se objeto dos meios de comunicação de massa, mas toda e qualquer ocorrência policial que aconteça antes ou durante a programação. Aqui novamente o processo de seleção de notícias se faz presente, quando os MCM escolhem as imagens mais dantescas para serem exibidas a uma legião de telespectadores.

Outro processo que ocorre nos meios midiáticos é a *criação de estereótipos*, provocando um etiquetamento das pessoas acusadas de cometer crimes: são eles – seja lá quem for – “bandidos bárbaros”, “assassinos cruéis e

desalmados”, que matam “apenas pais de família” e outras falsas generalizações preconceituosas e enganosas. Tais pessoas geralmente são oriundas das mais desafortunadas camadas sociais, e, na maioria das vezes, desassistidas por sua família ou amigos, e muito menos, por advogados, e assim, nada podem fazer contra tais procedimentos, mesmo que sejam eles totalmente tergiversadores ou totalmente falsos. Muitas vezes vê-se acontecer o *trial by media* em vários canais de televisão, sem que nenhuma providência seja tomada por parte das autoridades competentes para tanto.

Sobre essa idéia, acrescenta Coimbra (2001, p. 58):

(...) hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão sendo produzidos “novos inimigos internos do regime”: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os “mantenedores da ordem” consideram “suspeitos” e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses “enfermos” – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas “identidades” cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas.

Além disso, um dado extremamente relevante é o de que tal postura termina por se refletir diretamente na área jurídica.

Sérgio Adorno (1994, p. 140) situa essa condição com muita propriedade. Para ele:

(...) A criação judiciária contém igualmente um peso não desprezível de incontáveis preconceitos que grassam sobre a população

suspeita de ser perigosa e violenta. Algumas dessas teorias parecem mesclar-se com a interpretação racional dos códigos. Conversas informais com promotores públicos e magistrados permitem identificar três dessas teorias: a dos três pés, a do MIB e a nordestinidade. Pela primeira, réus são preferencialmente recrutados entre pobres, pretos (*sic*) e prostitutas. Pela segunda, o que leva a pessoa a delinquir são a miséria, a ignorância e a bebida. Pela terceira, os réus e vítimas são infelizes migrantes nordestinos que não conseguem se adaptar aos padrões civilizatórios da metrópole. O quanto essas teorias contaminam a condução dos processos é difícil aquilatar. Certo ou não, elas configuram um campo de convicções, crenças e certezas no qual a realidade social pode ser classificada e codificada. (p.140)

Nota-se, portanto, a presença de uma subjetividade na tramitação do julgamento penal. Para o autor, o réu acaba sendo julgado não pelo crime que praticou, mas por toda a violência que grassa na sociedade, como se ele fosse um bode expiatório, a encarnação de todo o mal. Ou seja, há um impedimento de uma igualdade jurídica provocado, como dito, por uma subjetividade, permeada pela influência, dos MCM, principalmente da televisão.¹³

O mesmo pode ser referido com relação aos direitos humanos: essas conquistas fundamentais da humanidade são hoje rotuladas pelos MCM como direitos exclusivos, que são destinados somente aos “homens de bem”, uma vez que o bordão “bandido não tem direitos humanos” é sempre utilizado, acompanhado de outro lugar-comum: “o bandido fala de direitos humanos, mas e os direitos humanos da vítima? Ela não tem direitos humanos?” Deste modo, a conclusão que os MCM incutem na sua audiência é a perda da condição de cidadão do “elemento” que tenha praticado um crime. Em última análise, ele deve ser despido de sua condição humana e “não ser tratado como gente”,

¹³ Apenas a título ilustrativo, essa questão da intervenção da subjetividade no direito é magistralmente desenvolvida na obra *O Estrangeiro*, de Albert Camus.

como vociferam determinados apresentadores midiáticos. A repercussão destas concepções distorcidas é tamanha, que até mesmo em editoriais de jornais de prestígio nacional encontram-se refletidas essas acepções: o Jornal do Brasil afastou do âmbito dos direitos humanos alguns acusados de tráfico de drogas que, segundo seu editorial, comportavam-se “como animais selvagens, e não merecem qualquer comisseração” (Batista, 2002, p. 249).

Além disso, as informações e os programas de ficção que abordam crimes e atos de violência estigmatizam os autores de delitos em geral, assim como denigrem indiscriminadamente determinados comportamentos delituosos ou violentos, de acordo com Barata (2000, p. 264) “simplificando terrivelmente a realidade”. Isso porque os MCM utilizam um pensamento binário, calcado no maniqueísmo, inculcando nos telespectadores a noção de que os “bandidos” e os “sem-vergonha” que são mostrados nas programações midiáticas pertencem a uma “espécie diferente”, enquanto que eles, os telespectadores e suas famílias, pertencem a uma espécie de “reserva moral”, que é incorporada por integrantes de determinados segmentos da sociedade aprioristicamente “*não aptos*” a delinqüir, em razão de sua educação, poder econômico, formação moral, caráter e outros valores estabelecidos por este próprio grupo social. Esta concepção leva, em contrapartida, ao inevitável reconhecimento da existência de outro grupo, mais numeroso, de diferente modo de vida, senão oposto ao dos pertencentes à *reserva*. As atitudes e as personalidades deste grande contingente humano, ao destoarem dos denominados “comportamentos adequados” estabelecidos pelos próprios integrantes da *reserva social*, estão fadadas a serem etiquetadas como *contrários às normas de controle social*. Essa concepção

irracional pode conduzir à marginalização *a priori* dos membros não relacionados na *reserva*, marginalização esta que de modo inevitável leva à “dedução” que o membro do grupo segregado porta uma disposição “inata”, natural, para o crime: o indivíduo apartado, assim, possui uma personalidade que pode levar sua vida futura a conseqüências previsíveis. Este ponto de vista irracional vem a se situar perigosamente próximo da ideologia do nacional-socialismo alemão e concepções autoritárias afins, o “que fez cair esta tendência no descrédito científico”, como registra Zugaldía Espinar (1993, p. 44).

Se se levar em conta que a violência dramatizada perpassa praticamente toda a programação das emissoras televisivas nacionais, tal volume de informações violentas – em sentido amplo – gera nas pessoas o *medo da criminalidade*, que hoje, de acordo com Barata (2000, p. 263), “é um dos grandes temas da sociedade atual” em razão da pauta de manipulação da dramatização de violência – que intencionalmente confunde os conceitos de criminalidade e violência. De outro lado, os estereótipos criados pela mídia atribuem aos autores de fatos delitivos um poder de “alarme social”, como notam Cohen e Young (1991, p. 103), o que vai ter como conseqüência a “criação de pânicos morais”. Assim, a dramatização de violência acarreta o aumento do medo da audiência *vir a ser vítima* de um delito.

De outro ângulo, constata-se que a programação televisiva direcionada pela dramatização da violência, todavia, é significativamente falaciosa, uma vez que são apresentadas situações e eventos que nada têm a ver com a realidade social, visto que, para Barata (2000, p. 265), “centram sua

atenção nos delitos violentos, apesar das estatísticas criminais demonstrarem que estes constituem apenas uma pequena parte da realidade criminal”.

Para Barata (2000), esse fenômeno ocorre por todo o mundo, como na Inglaterra, onde, como reconhecem Nick Ross e Sue Cook, cada programa televisivo “*Crimewatch*” apresenta mensalmente mais crimes violentos do que a maioria dos policiais já viu em toda sua carreira. Na Espanha, o jornalista Pedro Costa, que em 1993 realizou o programa “*Al Filo de la Ley*”, de características semelhantes ao “*Crimewatch*”, declarou que muitos desses programas estão manipulados pela polícia, que os assessoram ou até mesmo os apresentam de forma indireta.

Assim, para Franco (2000, p. 113):

(...) a televisão implantou na sociedade o sentimento de total intranqüilidade: o medo contagia a todos de forma tal que a segurança do cidadão ocupa a centralidade de suas preocupações. O medo e a insegurança tornaram-se, por via de consequência, o tema central do fim do século vinte. (...) os meios de informação constroem, por vezes, ondas artificiais de criminalidade que não têm nenhum embasamento na realidade, visto que não se fundamentam em estatísticas comprovadoras do incremento delituoso. Nos Estados Unidos, uma dessas ondas de criminalidade dizia respeito ao homicídio de anciãos de Nova York; no Brasil, a onda artificial esteve relacionada à extorsão mediante seqüestro. As mães de família, moradoras de favelas, ficaram de tal maneira impressionadas com o martelar dos meios de comunicação, e, em particular, da televisão, que chegaram a temer, seriamente, pela vida e segurança de seus filhos... Mas nem nos Estados Unidos, nem no Brasil, os dados da realidade detectaram qualquer aumento da taxa de crescimento desses delitos.

Essas afirmações podem ser facilmente constatadas ao notar que as programações orientadas pela dramatização da violência, apesar de

utilizarem do conceito “violência” para se referirem a fatos delituosos e também a outros acontecimentos violentos, porém, não considerados como crime, propositadamente não fazem tal distinção, o que gera o temor generalizado da *criminalidade*, uma vez que o telespectador não consegue distinguir os fatos violentos não criminosos daqueles outros que consistem delitos devido à pauta de manipulação utilizada pelos MCM. Um exemplo disso é o emprego da exposição televisiva de acontecimentos violentos quando há poucos ou nenhum crime a ser divulgado em determinado dia. Nessas ocasiões, os programadores dos MCM utilizam quaisquer acontecimentos de caráter violento para a transmissão televisiva, preferencialmente os mais sinistros e atemorizantes, sejam mortes em acidentes de trânsito, sejam óbitos decorrentes de outras tragédias como afogamentos, incêndios, desabamentos, enchentes, e outras causas assemelhadas.

Para Sérgio Adorno (1994, pp. 136 e 137)

As notícias disseminam-se com rapidez incontrolável e com cores muito fortes: textos e imagens, fotos e vídeos, depoimentos e closes revelam a crueza dos acontecimentos – corpos mutilados, nus, desfigurados; vidas devassadas sem qualquer pudor ou respeito pela privacidade, armas sofisticadas em profusão; histórias de premeditação, de infortúnios, de deslizos morais.

O suicídio, igualmente, é apresentado sempre que possível nos meios midiáticos: o programa “Cidade Alerta”, da Rede Record, exibiu em 2003, uma reportagem sobre policial militar que tirou sua própria vida disparando contra a cabeça defronte a um prédio público na cidade de São Paulo. O programa filmou toda a tragédia, inclusive os momentos que a antecederam, as queixas do infeliz e suas diversas falas de suas motivações

para cometer o suicídio. A única cena cortada, “eticamente”, pela emissora foi a da penetração do projétil na cabeça do suicida, pois até o momento que este efetuou o disparo foi ao ar.

A título de ilustração, veja-se o recorte de uma reportagem retirada d’O Estado de S. Paulo, por ocasião desse evento.

O programa Cidade Alerta, da Record, voltou a vencer o Brasil Urgente, da Band, ontem, por 6,7 a 5,8 pontos de média, segundo a aferição instantânea do Ibope na Grande São Paulo. Na quinta, o Cidade venceu o Brasil por 8 a 6. Os dois programas deram continuidade ao caso do PM Reinaldo Antônio Domingues, que se suicidou, quinta-feira, diante das câmeras, em frente do Palácio dos Bandeirantes – as imagens dele apontando uma arma para a cabeça foram ao ar pela Record, sob a tarja “exclusivo”. A Band não exibiu as cenas. Para provar que a Record não tinha exclusividade no episódio, a Band enviou cópia das imagens aos jornais impressos ontem, informando que não exibiu o caso em respeito ao telespectador. A Record defendeu-se num comunicado no qual afirma que não desrespeitou limites éticos, pois não mostrou o PM apertando o gatilho. As imagens revoltaram telespectadores. A organizadora de eventos Sônia Bogos disse que se desesperou quando viu as cenas. Ao ligar para a emissora pedindo que as imagens fossem tiradas do ar, foi informada de que “nada podia ser feito”. “Meus sobrinhos, de 4 e 6 anos, estavam na frente da televisão e a mãe deles não conseguiu evitar que eles assistissem”, disse. “Começaram a repetir: olha, mamãe, também vou me matar”. Rosa Crescente, diretora da organização não-governamental Midiativa, criada para discutir a qualidade da programação destinada ao público infantil e jovem, também acredita que o poder público tem de estar mais atento ao que as emissoras transmitem entre o fim de tarde e o chamado horário nobre, quando a maioria das crianças ainda está acordada. A professora titular da Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (USP), Maria Thereza Fraga Rocco, especialista em linguagem de TV, não acredita que as imagens sejam capazes de influenciar casos de suicídio, mas também condenou a transmissão. “É um absurdo que a concorrência tenha chegado ao ponto de Record e Bandeirantes disputarem quem

coloca mais sangue no ar” (CARRANCA, A. e PADIGLIONE, C. 2003).

Embora o trecho seja longo, considerou-se pertinente de transcrição, principalmente no que se refere à reação das duas crianças ao assistirem tal cena.

Por outro lado, há uma questão extremamente relevante de nota. A dramatização da violência, de forma peculiar, não divulga a *nova criminalidade* advinda com a globalização hegemônica. Os crimes transnacionais são praticamente ignorados, e nas raras oportunidades em que são enfocados, aparecem como um mero acontecimento isolado, sem qualquer relevância no contexto mundial, mas que apresentam uma certa importância no âmbito restrito no qual é divulgado. Divulgação esta que ocorre de forma estanque, sem qualquer consideração mais aprofundada. Trata-se, para os MCM, de uma situação isolada e nada mais. Assim, fatos que são de extrema relevância para a compreensão – e crítica – do Estado Amplo terminam por ficar em segundo plano ou nem mesmo se configuram em objeto de discussão.

O tratamento que os órgãos midiáticos dispensam à nova criminalidade globalizada nestas raras aparições – por força da ação política da dramatização da violência – impede que o público venha a conhecer fatos relevantes bem como o real perigo que essa nova forma de criminalidade apresenta para a sociedade brasileira e mundial. O tráfico de drogas, por exemplo, é sempre visto como um problema nacional, para o qual o processo de estigmatização dos MCM apresenta prontamente os culpados: favelados ou população da periferia, desocupados, pessoas de má índole que tentam perverter a juventude sadia, e outros aforismos preconceituosos e excludentes.

O processo estigmatizador dos órgãos midiáticos sempre procura encontrar uma pessoa que venha a emblematizar a figura do traficante – por eles idealizada. É o caso de Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. Hoje, sua figura representa “o maior traficante brasileiro”, o “inimigo público número um”, sobre o qual todos comentam e fazem críticas, e para quem o governo do Estado de São Paulo, e posteriormente o Federal, criaram um Regime Disciplinar Diferenciado de execução de sua pena, o que, na opinião de muitos juristas, fere a Constituição – neste sentido se efetiva a posição do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Instituto de Ciências Penais de Minas Gerais, Instituto Carioca de Criminologia, Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal, Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Instituto de Hermenêutica Jurídica.

Mas a dramatização da violência silencia quanto ao fato de o tráfico de drogas ser uma das múltiplas ramificações do crime organizado transfronteiriço, que se originou do declínio dos Estados-Nação promovido pelo processo da globalização hegemônica e o desenvolvimento do crime organizado internacional da sociedade industrial, e que hoje movimentam uma quantia equivalente ao oitavo PIB do planeta, segundo o Banco Mundial (Silva, 1998, p. 8). Tanto assim que essa nova criminalidade organizada, hoje, é considerada, de acordo com Ziegler (2003, p.45), como o “capitalismo agravado ou intensificado” (“verschärfter Kapitalismus”).

ARBEX JR. e TOGNOLLI (1996) iluminam ainda mais essa questão. Os autores esclarecem que determinados grupos mafiosos – como a Yakuza, as antigas máfias italianas e americanas, as novas máfias russas, entre outras – que sempre atuaram limitados às suas próprias regiões

começaram, a partir do neoliberalismo, a expandir suas influências às mais variadas regiões do planeta. Assim, a estrutura do crime organizado passou a ter um caráter global, ao passo que os mecanismos de policiamento preservam um caráter local.

Ainda para Arbex Jr. e Tognolli (1996, p. 33):

A proliferação e o crescimento das máfias foram estimulados pela era neoliberal, cuja marca principal é a desregulamentação das transações econômicas e financeiras, combinada com a facilidade de deslocamento de imensos capitais via sistemas de computador. Operando a partir de “paraísos financeiros”, onde ninguém indaga a origem do dinheiro, as máfias injetam seus recursos no mercado de capitais, criando e sustentando corporações internacionais e respeitáveis organizações de fachada “limpa”. O “dinheiro sujo” é, assim, transformado em capital especulativo, ansiosamente esperado e, em geral, muito bem recebido, em especial pelos países “emergentes”, como Rússia, Brasil, México e Argentina. O resultado óbvio disso é que passa a haver uma interpenetração crescente entre o dinheiro das máfias e o mercado financeiro institucional. Podemos afirmar, com tranqüilidade, que se todas as máfias fossem subitamente destruídas, isso causaria uma catástrofe no mercado de valores mundial.

O silêncio dos estrategistas da globalização hegemônica sobre a nova criminalidade encontra sua explicação na constatação, aqui já referida, de que o direito penal não consegue dar respostas a esses novos tipos de crimes – agora transnacionalizados, descentralizados – e seus agentes, que operam em uma estrutura organizacional transfronteiriça elástica e fluida, que integra diversos grupos criminosos como o “business” internacional legal e semi-legal.

3.3.2) A ideologia e o discurso do medo

A ação política da dramatização da violência, preconizando a identidade entre violência e criminalidade, tem sido tão suficientemente eficaz que hoje grassa pela sociedade uma sensação aguçada de insegurança.

No entanto, o que ocorre em termos efetivos, hoje, é o incremento sem precedentes da difusão midiática de um aumento de comportamentos violentos. Cada vez mais os indivíduos recebem, introjetam e reproduzem a idéia de que a sociedade apresenta, em progressão geométrica, um aumento da criminalidade. O excessivo caráter violento da sociedade é disseminado na sua forma vulgar, o que conduz à crença de uma necessidade cada vez maior de segurança. Assim, a família abandona a casa, seu quintal e jardim, “encolhe” seus objetos e muda-se para o apartamento ou condomínios fechados. Ou seja, “há uma contração do espaço, visando a uma defesa contra um inimigo desconhecido (Dantas, 1997, p. 32). Como observa Zaluar (1999, p. 23), surge um “clima de medo irracional e paranóia”.

Um conceito que explica de forma clara a situação acima exposta é o da cultura do medo¹⁴. Para PASTANA (2003) a sociedade brasileira moderna vive mergulhada em uma “cultura” do medo, demarcada por uma percepção de insegurança relacionada à violência criminal. A sensação coletiva subjetiva dos perigos (propagados) é superior à dos perigos reais. Para a autora, essa é mais “uma manifestação cultural desse medo generalizado, ou seja, busca-se a proteção no rigor punitivo estatal” (p. 46).

¹⁴ A partir daqui, passa-se a usar a expressão cultura entre aspas, uma vez que os autores citados usam essa expressão, que na verdade, deveria ser ideologia do medo, respeitando-se o conceito antropológico de cultura, segundo Geertz, não é adequado a essas formulações. A esse respeito ver Whitaker, 2005.

Acerca dessa questão, Michaud (2001, p.33) reforça que “sobre o pano de fundo de uma segurança crescente – e invasora –, os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume real”.

BOURDIEU (1997), por sua vez, situa de forma cabal o efeito desta “cultura” do medo: Para ele os valores e comportamentos difundidos a partir do medo socialmente cultivado são formas simbólicas de dominação tão ou mais violentas quanto a própria violência de que se tem medo.

Michaud (2001, p. 49) reconhece que um dos principais elementos – senão o principal – para a divulgação desta ideologia do medo, é a mídia, mais especificamente a televisão:

o fato da violência se apresentar como uma crise em relação ao estado normal cria, por princípio, uma afinidade entre ela e a mídia. (...) A mídia precisa de acontecimentos e vive do sensacional. A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atroztes sobre as violências comuns, banais e instaladas.

A própria questão da reprodução da notícia transmitida por uma emissora de televisão por suas concorrentes, em um processo mimético na busca pela audiência, contempla, prioritariamente, a dramatização da violência. Dessa forma, há um aumento cada vez maior da reprodução da violência na televisão, visando, na maioria das vezes, um aumento do público telespectador

Assim, a mídia, e especificamente a televisão, ao voltar suas lentes à violência e à criminalidade e reproduzi-las com intensidade cada vez mais acentuada, visando mais audiência, termina por pintar a sociedade com cores

violentas, as quais ela não tem, ou não as tem com tal intensidade. Pelo fato de os programas que lidam com a violência e criminalidade serem, como já dito, produtos muito consumidos, tendem a amplificar o alarme da sociedade em relação a um pânico, a uma situação que não condiz com a realidade efetiva.

Como bem salienta Pastana (2003, p. 50), devido ao poder que a mídia exerce sobre a sociedade, “ela acaba fazendo com que esta realmente acredite que está em constante perigo, que há inimigos à solta, prontos para atacar, sob qual forma for”.

Arbex Jr. (2001, p. 103) explicita essa condição:

a mídia cria diariamente a sua própria narrativa e a apresenta aos telespectadores – ou aos leitores – como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos. Os telespectadores, embalados pelo estado hipnótico diante da tela de televisão, acreditam que aquilo que vêem é o mundo em estado “natural”, é o próprio mundo.

ALTHEIDE (2002) considera que os meios de comunicação de massa modernos modelam nossas imagens mentais sobre o mundo, e podem fazê-lo de qualquer maneira, inclusive incutindo o medo por entre os cidadãos. Altheide emprega um método que chama de “rastreamento do discurso” para mapear como o uso da palavra “medo” mudou desde 1980, como os tópicos associados com medo no discurso da mídia também mudaram neste mesmo período. A conclusão a que o pesquisador chega é que o uso da palavra “medo” nos noticiários midiáticos e pelos organismos de controle social, produziu um “discurso do medo”, ou seja, “a consciência e a expectativa de que o perigo e o risco está à espreita em toda a parte”.

ALTHEIDE (2002), através do estudo de casos, ilustra que um dos impactos sociais do “discurso do medo” é “a manipulação da empatia pública: ‘agora somos mais vítimas’ que em qualquer tempo de nossa história”. Outro resultado mais problemático é o papel que a população tem dado à repressão criminal e suas penas: “nós estamos cada vez mais propensos a pedir ao Estado e ao direito penal para que nos proteja do que temos medo” (p. 27).

A conjugação dos conceitos da “cultura do medo” e o do “discurso do medo” aponta para pontos em comum, que projetam no campo empírico suas formulações teóricas, de uma maneira evidente. São tamanhas as conseqüências possíveis de detectar, que a referência a uma delas, no Brasil, ilustra suficientemente a problemática social gerada pela dramatização da violência na mídia: a busca de meios que afaste o perigo que ronda os cidadãos – segundo a “cultura” e o “discurso” do medo – fez acontecer o fenômeno da “guetização”, a procura de lugares fechados, não acessíveis, onde as pessoas possam se isolar das ameaças que os cercam. Tais “guetos” se aprimoram rapidamente, oferecendo maior sofisticação, que são encontrados nos serviços de segurança privados, como equipamentos eletrônicos de vigilância e sistemas de alarmes, vigias e guardas particulares, cães adestrados para defesa, carros blindados etc.

De acordo com BARATA (2000), devido a esse propagado clima de insegurança, existe um medo difuso, um medo que sustenta o mercado da área de segurança. O medo se converteu em uma matéria-prima extremamente lucrativa e em países como, por exemplo, Canadá e Estados Unidos, o gasto com a segurança privada apresenta um valor duas vezes maior do que com a segurança pública. Para FARIA (1999), essa busca por maior garantia frente à

violência e criminalidade, que os MCM proclamam, fez gerar uma receita tão alta no setor de segurança privada no Brasil que hoje a totalidade da arrecadação desses serviços de segurança se iguala ao Produto Interno Bruto de um país como o Uruguai.

Tendo em vista que no discurso midiático sobre a violência criminal ocorre, em muitas ocasiões, uma *fusão entre realidade e ficção*, como nota BARATA, (2000) tal fenômeno acaba construindo uma nova percepção sobre o objeto tratado, ou seja, a própria criminalidade. Ainda que não se possa estabelecer uma relação absoluta entre os meios midiáticos e a sensação de insegurança, boa parte das investigações científicas sobre o tema assinala relações sólidas sobre as tais “ondas informativas” dos MCM e o medo do delito, que adquirem uma notável importância em determinados setores sociais entre as quais se detecta a chamada “síndrome de punibilidade”, ou a “cultura do medo”, ou “o discurso do medo”.

Dessa forma, para finalizar este capítulo, é importante retomar a questão da criação judiciária, pontuada no item 3.3.1. Fica claro, portanto, que a busca por um controle estatal penal mais rigoroso traduz não apenas uma mera aceitação por grande parte da população, mas significa também a busca, pelos estrategistas do novo momento de poder mundial, de uma legitimação da intervenção penal mais rigorosa. Legitimação que busca ser alcançada, contudo, viciada e induzida, concedida por uma população assaltada pelo pânico difundido e criado pela ação da dramatização da violência mediante os MCM, principalmente a televisão.

CAPÍTULO 4

PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

NA TELEVISÃO: DO MACRO AO MICRO

4.1) NOTAS SOBRE ALGUNS ESTUDOS PERTINENTES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE TELEVISÃO E VIOLÊNCIA

4.1.1) Meta-análise realizada pela UNESCO

O crescente fenômeno da violência apresentado na televisão e o tempo de exposição em relação ao mesmo por parte dos espectadores têm sido acompanhados por análises científicas identificadoras do comportamento agressivo. As pesquisas evidenciam que a violência na televisão contribui para o comportamento agressivo infantil, e que esse efeito pode chegar à idade adulta. Há uma relação de causa e efeito entre a violência exibida pela televisão e a futura prática de atos violentos pelos espectadores.

Nos Estados Unidos, país com o maior número de aparelhos por habitante, o Gabinete de Saúde Pública concluiu, no ano de 1972, que: “A violência na televisão realmente tem efeitos adversos em certos membros de nossa sociedade” (Anderson e Bushman, 2002, p. 2377).

Desde então, outras organizações médicas, incluindo a Academia Americana de Psiquiatria, a Academia Americana de Pediatria, a Academia Americana de Psiquiatria da Infância e Adolescência, a Associação Médica Americana, emitiram declarações referentes à questão da violência na televisão. Todos os estudos sugerem a existência de relações entre a

exposição de crianças à TV e as influências indesejáveis da violência na televisão, como, por exemplo, a agressão, o medo, a ansiedade, a frustração, a inquietação, os conceitos deturpados da violência na sociedade e as concepções errôneas sobre a violência real.

Diante da magnitude e da própria consistência dos resultados científicos, a UNESCO se ocupou de uma metanálise (método estatístico utilizado na revisão sistemática para integrar os resultados dos estudos incluídos) e apresentou o mais amplo estudo global já realizado a respeito da influência exercida sobre as crianças pela violência disseminada nos meios de comunicação de massa. A amostra do estudo foi formada por um núcleo original de 23 países em todo o mundo, nos quais, em função do tamanho de cada um, foram pesquisadas entre 150 e 600 crianças de 12 anos (meninos e meninas) que freqüentavam escola. Os países foram selecionados para representar diferentes regiões e estruturas de desenvolvimento social, culturas, locais de crises internacionais, guerras e altas criminalidades, assim como variadas conjunturas econômicas e sociais. Após terminar a coleta de dados, cerca de 5.000 crianças tinham participado do projeto. Os seguintes países foram selecionados para o estudo: Angola, Argentina, Armênia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Croácia, Egito, Fidji, Alemanha, Índia, Japão, Maurício, Países Baixos, Peru, Filipinas, Qatar, África do Sul, Espanha, Tajaquistão, Togo, Trinidad e Tobago e Ucrânia.

Cinco questões principais foram tratadas: 1 – Que papel a mídia, em particular a TV, desempenha na vida das crianças em nível global; 2 – Por que as crianças ficam fascinadas pela violência na mídia; 3 – Qual é a relação entre violência na mídia e o comportamento agressivo entre as crianças; 4 – As

diferenças culturais e de sexo no impacto da mídia sobre a agressão; 5 – Como ambientes violentos (guerra/crime), por um lado, e o grau de desenvolvimento tecnológico, por outro, influenciam a forma de lidar com o conteúdo agressivo da mídia (CARLSSON e FEILITZEN, 2000).

Os resultados apontados no relatório "Cadernos Unesco Brasil", de 1998, demonstraram que 93% das crianças incluídas no estudo tinham acesso a um aparelho de TV e que essas crianças passam "50% mais tempo ligadas a esse meio de comunicação do que a qualquer outra atividade não escolar, incluindo elaboração de deveres de casa, convívio com a família ou amigos, ou leitura"; as crianças também ficam "fascinadas pelos heróis agressivos disseminados pela mídia" e utilizam esses heróis como escapismo e compensação por seus problemas (UNESCO, 1998, p.42).

As visões de mundo das crianças são influenciadas pelas experiências reais e experiências com a mídia. As crianças vivem em um ambiente no qual tanto as experiências da vida real quanto o que é disseminado pela mídia sustentam a idéia de que a violência é natural (fusão entre a representação da violência com a realidade). O impacto da violência na mídia pode ser basicamente explicado pelo fato de ser o comportamento agressivo recompensado. Conforme informa o relatório da Unesco, a fascinação pela violência está quase sempre relacionada a personalidades fortes, que têm o controle da situação, que são recompensadas no final por sua agressividade e podem lidar com quase todos os tipos de problema. A preferência por violência na mídia e a necessidade de a criança estar envolvida em situações de agressão confirmam as características de recompensa, na qual a agressão passa a ser um meio eficaz de solucionar conflitos.

Mesmo diante das muitas diferenças individuais, os padrões básicos das implicações da violência na mídia são semelhantes no mundo todo. A conclusão apresentada pelo relatório da UNESCO é a de que a violência na mídia é universal e essencialmente apresentada num contexto recompensador.

As análises também revelaram que, mesmo entre as diferenças culturais, os modelos básicos das implicações da violência na mídia são semelhantes em todas as partes do mundo; que o alcance e a onipresença da violência e da criminalidade nos meios de comunicação de massa contribuíram para o desenvolvimento de uma “cultura” agressiva global, e que, através da automação e da digitalização, qualquer conteúdo da mídia (noticiários, entretenimentos e anúncios) pode ser visto na maioria das regiões do planeta.

O estudo também mostrou que há uma interação entre a violência nos meios de comunicação de massa e a vida real e que essa interação confirma-se de maneira mais marcante em relação a processos de longo prazo. Não é difícil entender por que existe esse condicionamento para a violência a longo prazo, pois tudo o que o ser humano vivencia, consciente ou inconscientemente, é gravado em sua memória consciente ou subconsciente. Portanto, todas as cenas de violência, de desrespeito ao ser humano e à natureza ficam gravadas.

4.1.2) Resultados do primeiro estudo longitudinal sobre a violência exibida nas programações e sua relação com o comportamento agressivo

O espaço dedicado pela televisão aos crimes, aos criminosos e às cenas de violência, contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas sobre a violência e a criminalidade. Um estudo realizado por Huesmann, em 1986, descobriu que a exposição à violência na televisão aos 8 anos de idade ajudava a prever comportamento criminoso em uma amostra de adultos (CARLSSON e FEILITZEN, 2000).

Para demonstrar a existência da relação entre a exposição da criança à violência exibida nas programações e o comportamento agressivo, Jeffrey G. Johnson, Patrícia Cohen, Elizabeth M. Smailes, Stephanie Kasen e Judith S. Brook publicaram na revista *Science*, em março de 2002, os resultados de uma pesquisa longitudinal iniciada em 1975. Os pesquisadores passaram a acompanhar um grupo de 707 famílias, com filhos entre um e dez anos. A idade média era 5,8 em 1975; 13,8 em 1983; 16,2 em 1985-86; e 30,0 em 2000. Durante este intervalo de tempo, todos os participantes eram entrevistados para saber quanto tempo passavam assistindo à televisão. Também foram avaliados a renda familiar, a escolaridade dos pais, o abandono na infância, a negligência paterna, os níveis de violência na própria comunidade e a presença de transtornos psiquiátricos nas crianças.

A prática dos atos agressivos foi avaliada por questionários aplicados aos jovens e às suas mães, separadamente. Os dados fornecidos pelos participantes foram cruzados com registros criminais da polícia federal dos

Estados Unidos e do Estado de Nova York. Foram consideradas as prisões e as multas aplicadas às condutas criminosas.

Os resultados demonstraram uma correlação significativa entre o tempo de exposição e a probabilidade de praticar atos violentos contra terceiros. Enquanto 5,7% dos adolescentes que viam até uma hora de TV por dia cometiam atos de violência, a proporção subia para 18,4% com um tempo televisivo que variava de uma até três horas e alcançava a marca de 25,3% com três ou mais horas de TV diárias. Ficou demonstrada, assim, uma conexão entre o tempo de exposição televisiva e o crescimento da criminalidade.

Os autores da pesquisa verificaram que independentemente dos fatores de risco, com ou sem histórico de comportamento agressivo, o número de horas que um adolescente de 14 anos fica exposto à televisão está relacionado com o risco de posteriores atos agressivos entre os jovens. No subgrupo masculino, assistir televisão por volta dos 14 anos foi relacionado com posteriores assaltos ou brigas, resultando lesões e atos agressivos contra outras pessoas. Embora a prevalência de subseqüentes atos agressivos aumente em relação à exposição à televisão na média dos 14 anos entre ambos os sexos dos pesquisados, a relação não atingiu relevância estatística para o subgrupo feminino. A relação entre o assistir TV na idade de 14 anos e qualquer ato agressivo contra outra pessoa foi muito mais relevante no subgrupo masculino do que no feminino.

Conclusões semelhantes foram estabelecidas, analisando um jovem, com idade média de 22 anos e o assistir televisão foi associado com subseqüentes assaltos e brigas, resultando lesões corporais. No subgrupo feminino, o assistir TV na média dos 22 anos foi associado com subseqüentes

assaltos, brigas, resultando em lesões corporais, roubo, emboscadas para ferir alguém e uso de armas para cometer crimes. A relação entre o assistir televisão na idade média de 22 anos e qualquer ato agressivo contra outra pessoa teve maior relevância no subgrupo feminino em comparação com o masculino.

Outro dado verificado foi o de que os jovens na idade média de 16 anos que cometeram assaltos ou participaram de brigas que resultaram em lesões gastaram mais tempo assistindo televisão aos 22 anos do que o restante do grupo.

Os presentes resultados sugerem que a extrema exposição de jovens à televisão está relacionada com um aumento na probabilidade de cometerem atos agressivos contra outras pessoas. As descobertas são condizentes com a hipótese de que a extensiva exposição à televisão ajuda a explicar a relação entre a probabilidade dos riscos posteriores e o comportamento agressivo.

O estudo é o primeiro a afirmar que a exposição à violência pela televisão não afeta apenas às crianças. Demonstra que esta exposição também exerce efeito na idade adulta e que, quanto maior é o número de horas diárias assistidas, mais freqüentes são as práticas de crimes violentos.

Para Johnson (2002, p. 2471),

É preciso reduzir para 1 hora diária o tempo gasto por adolescentes diante da TV. Do contrário, o risco de que jovens entre 16 e 22 anos desenvolvam comportamento violento ou mesmo criminoso pode triplicar... Hoje, 60% da programação nos EUA mostram cenas violentas. Isso está presente não só em programas de entretenimento e filmes, mas também nos comerciais.

A análise apresentada pelo Departamento de Psicologia da Universidade de Iowa, por meio de ANDERSON e BUSHMAN (2002), reafirma a importância do trabalho desenvolvido por Johnson e sua equipe. Diante da evidência de que a exposição excessiva de jovens à televisão está relacionada com posteriores atos agressivos, ficou demonstrado que a experiência é importante por pelo menos três razões: por ser o primeiro estudo longitudinal relacionado à exposição de jovens à televisão com as agressões, contradizendo o senso comum de que a violência na mídia afeta apenas as crianças; pelo seu grupo pesquisado (707 famílias) e mais o tempo da pesquisa (17 anos), o que permitiu um acompanhamento significativo entre a exposição à televisão e os comportamentos agressivos contra as outras pessoas (como assalto e roubo); e pelo controle estatístico/eliminação dos fatores de risco que afetam o comportamento agressivo.

Em síntese, o trabalho de JOHNSON (2002) e sua equipe trouxe os seguintes resultados:

- quanto maior o número de horas diárias assistidas, mais freqüente é a prática de crimes violentos por esses telespectadores;
- adolescentes e jovens adultos expostos à televisão por mais de três horas por dia contam com a probabilidade de praticar atos violentos cinco vezes mais do que aqueles que assistem menos de uma hora;
- o efeito danoso da violência na televisão atinge todas as faixas etárias e mais particularmente as crianças e os adolescentes;
- todos os dados pesquisados apontam para uma conexão causal entre violência na mídia e o comportamento agressivo das pessoas.

4.1.3) Breves considerações acerca de um estudo brasileiro

No Brasil, a abordagem mais abrangente sobre a criança e a mídia foi apresentada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, que instituiu em setembro de 1997, o Comitê de Estudos da Violência. Através da “Comissão Violência na Mídia”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁵, foi apresentado um trabalho constituído pela tradução do “Guia Médico sobre Violência na Mídia”, documento da Associação Médica Americana e a pesquisa coordenada pelo Ministério da Justiça, sobre os “Valores Sociais e Meios de Comunicação de Massa”. O estudo foi publicado com o tema “A televisão e a violência, o impacto sobre a criança e o adolescente” e apresentou os efeitos gerais adversos, relacionados à exposição excessiva à televisão.

- *Imitação de comportamento* – uma vez que a principal forma de aprendizado das crianças mais jovens é a observação e a imitação, não é surpreendente que as pesquisas demonstrem que as crianças imitam o comportamento que vêem na televisão, já a partir dos 14 meses de idade. Embora as crianças imitem os comportamentos sociais positivos que observam na mídia, também imitam os comportamentos violentos, agressivos. Para as crianças menores essa imitação inclui quadrinhos e desenhos, que elas não distinguem da violência real.
- *Heróis violentos* – as crianças competirão e imitarão os modelos que são apresentados. Os modelos dos quais elas gostam e que são considerados atraentes são ainda mais influentes. Esse é o motivo pelo qual os heróis violentos são mais prejudiciais às crianças do que os vilões violentos.

¹⁵ Para tanto ver: http://www.ufrgs.br/psiq/vio_apre.html

- *Violência recompensada* – a violência, que é glamourizada ou mostrada como eficaz, ensina às crianças que esta é premiada em nossa sociedade. Isso aumenta a imitação desse comportamento na vida real.
- *Violência justificada* – a violência tende a ser mais imitada se ela contiver implícita a mensagem: *Está correto recorrer à violência, contanto que você acredite estar no seu direito*. Qual criança não acredita estar com razão em uma situação de conflito?
- *Dessensibilização* – a exposição repetida a qualquer estímulo provocador de emoções sem as subseqüentes conseqüências leva à dessensibilização. Não apenas ocorre um decréscimo na reação à violência, mas também há uma falta de solidariedade para com as vítimas dos ataques. Vários estudos demonstraram esse efeito também em adultos.
- *Aumento do medo* – com pesada ênfase da mídia sobre a violência e a criminalidade, o mundo parece um lugar atemorizante para o espectador jovem impressionável. Este é um problema especialmente para as crianças menores, que podem ter capacidade limitada para compreender que aquilo que elas estão observando não é real. As crianças amedrontadas podem estar mais sujeitas a se tornarem vítimas ou agressores.
- *Maior apetite pela violência* – o processo de dessensibilização descrito anteriormente aumenta a tolerância do espectador para mais violência. Quanto mais alguns espectadores assistem, mais eles querem. As pesquisas mostraram que as seqüências dos filmes de ação quase sempre contêm mais violência do que o original.
- *Violência realista* – as crianças são emocionalmente mais reativas aos programas que retratam a violência realista do que àqueles de ficção. O

crescimento recente da popularidade deste tipo de programa de televisão é uma fonte de preocupação. Os retratos nítidos ou sensacionalistas da violência nos noticiários podem produzir essa reação tanto quanto os programas de crimes fictícios. As crianças mais jovens podem ser incapazes de fazer essa distinção entre fantasia e a realidade.

- *Cultura do desrespeito* – o comportamento violento em si mesmo é o ato máximo do desrespeito. Para cada jovem que pega uma arma e atira em alguém, há muitos milhares de outros que não o fazem. Mas eles estão desrespeitando uns aos outros, empurrando, puxando, batendo e chutando com frequência crescente. Isso torna as linhas que separam aqueles comportamentos mais fáceis de serem cruzadas.

4.2) A PESQUISA NUMA SITUAÇÃO ESPECÍFICA

Ao proceder à avaliação de pesquisas já publicadas sobre a violência na televisão, tornou-se perceptível a desigualdade das distribuições entre elas. Assim, a proposta e a centralização de um novo projeto de pesquisa justificaram-se diante da necessidade de uma análise mais detalhada sobre a forma como a violência ganha a televisão brasileira, como a televisão brasileira a exhibe, o porquê dela ser exibida dessa forma e quais os seus possíveis efeitos para o público telespectador. A escolha da televisão como fonte fundamental de dados para a pesquisa que será demonstrada no próximo item, pensa-se, está mais do que justificada ao longo dos capítulos anteriores desta Tese.

Apenas a título introdutório, cabem algumas pontuações acerca da pesquisa, que, como dito, será o objeto fundamental do item seguinte, e por isso mesmo, será apresentada de forma detalhada naquele espaço. A pesquisa conta com três momentos distintos: a) gravação, no período de 1.º de abril a 27 de maio de 2003, de 256 (duzentos e cinqüenta e seis) horas de programação de 4 (quatro) redes de televisão aberta do Brasil; b) aplicação, no mês de junho de 2003, de um questionário em um universo específico a fim de se captar a quantidade de aparelhos eletrônicos por família e o tipo de comportamento de crianças de 9 (nove) a 11 (onze) anos no que se refere, entre outras coisas, ao tempo gasto assistindo à televisão; c) gravação, durante o mês de agosto de 2003, de programas específicos – nas mesmas 4 (quatro) redes de televisão aberta do Brasil – que pudessem apresentar algum tipo de conteúdo violento.

Embora a cronologia mostre que a aplicação dos questionários se deu após a coleta das 256 horas de programação televisiva, ou seja, se apresenta como o segundo momento da pesquisa, toma-se aqui a liberdade de se analisar, em primeiro lugar, os dados referentes aos questionários para, posteriormente, proceder ao exame minucioso dos dois conjuntos de dados referentes à programação televisiva. E a razão para tal norte não apresenta outro motivo senão o fato de que o conteúdo dos questionários representa um conjunto de dados que se faz imprescindível para a análise do que virá posteriormente acerca da relação, já citada, entre violência e televisão. Dessa forma, portanto, busca-se justificar essa pequena inversão na demonstração e análise dos dados.

4.2.1) Amostragem de dados em um universo específico: crianças nas escolas de Poços de Caldas

Dentro de uma amostragem de pesquisa quantitativa e de caráter exploratório, foi realizada, em junho de 2003, na cidade de Poços de Caldas – MG, uma das etapas da pesquisa desta Tese: a aplicação de um questionário junto a 386 crianças, de ambos os sexos, na faixa etária de 9 a 11 anos (de terceira a quinta séries), estudantes de escolas públicas e particulares.

Em relação a essa etapa há que se destacar cinco pontos:

a) houve a elaboração de um questionário com itens padronizados para se obter a quantificação acerca: do *número de aparelhos eletrônicos* (videocassete; televisão; computador; som/rádio; *videogame*) que a família de cada aluno dispunha em sua residência; da *prática de outras atividades realizadas fora do período escolar por essa criança* (“fazer os deveres de casa”; “ler”; “brincar/conversar com os amigos”; “ouvir músicas”; “jogar *videogame*”; “utilizar computador”; “brincar na rua”; “prestar ajuda à família”); do *tempo de exposição da criança em frente à TV* (“assistir TV de manhã”; “assistir TV à noite”). Importante ressaltar que no tocante aos itens acerca da exposição da criança em frente à TV e da prática de outras atividades realizadas fora do período escolar, para efeito de pesquisa, buscou-se, ali, o tempo que as crianças gastavam em tais ações. Para tanto, padronizou-se a quantidade do tempo em horas totais: 0 (zero), 1 (uma), 2 (duas), 3 (três) e 4 (quatro);

b) a aplicação dos questionários foi realizada nas próprias escolas, na presença dos pesquisadores¹⁶, evitando-se, assim, a influência de terceiros nas respostas das crianças;

c) na tentativa de se buscar um maior número possível de relações entre os elementos constitutivos das crianças, julgou-se coerente realizar esse levantamento em escolas públicas e particulares (como já dito) e, mais do que isso, proceder a uma diferenciação entre as escolas, mediante o poder aquisitivo dos alunos. Assim, para efeito de análise, a classificação determinada foi a seguinte: Escola “A” (particular, de maior poder aquisitivo); Escola “B” (particular, de menor poder aquisitivo); Escola “C” (pública, de maior poder aquisitivo); Escola “D” (pública, de menor poder aquisitivo)¹⁷;

d) o número de alunos dividido por escolas foi o seguinte: Escola “A”, 105 (cento e cinco) alunos; Escola “B”, 84 (oitenta e quatro) alunos; Escola “C”, 104 (cento e quatro) alunos; Escola “D”, 93 (noventa e três) alunos;

e) a escolha da faixa etária entre 9 e 11 anos se explica pelo fato das crianças, nessa idade, ainda estarem em processo de formação do seu caráter e de suas funções cognitivas e por serem mais vulneráveis e impressionáveis.

4.2.1.1) Quantidade de Aparelhos Eletrônicos por Família

Nos quadros abaixo, segue a quantidade de aparelhos eletrônicos, separados por tipos, que a família de cada entrevistado possui.

¹⁶ Apenas para recordar o que foi colocado na Introdução, o meu envolvimento com este tema se deu em virtude da coordenação de um grupo de estudos sobre a violência, na PUC – M.G., Poços de Caldas. Dessa forma, pude contar com a ajuda dos alunos-pesquisadores componentes do grupo o que foi de fundamental êxito para esta etapa da pesquisa.

¹⁷ Importante ressaltar que a escolha das escolas foi feita levando-se em consideração as características urbanas dos bairros em que estavam localizadas, uma vez que tais características revelam o nível sócio-econômico das famílias.

Quadro 1												
Tipo de Aparelho Eletrônico (em quantidade)												
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Videocassete	1,5	1,4	1,3	1,7	1,1	1,4	1,5	1,2	1,2	1,6	1,2	1,1
Televisão	3,1	3,1	3,1	3,7	3,0	3,6	2,6	2,4	2,5	3,3	2,6	2,8
Computador	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	0,9	0,8	1,0	1,3	1,1
Som/Rádio	2,3	1,9	2,3	2,3	2,0	2,7	2,4	1,9	2,0	2,6	2,6	2,5
Videogame	1,1	1,3	1,1	2,1	0,9	2,0	1,1	2,0	1,1	1,8	0,8	1,4

Quadro 2												
Tipo de Aparelho Eletrônico (em quantidade)												
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Videocassete	0,7	0,9	0,8	0,6	1,1	0,9	0,5	0,4	0,8	0,7	0,7	0,8
Televisão	1,7	2,1	1,9	2,6	2,4	2,5	1,5	1,7	2,1	1,4	1,9	1,7
Computador	0,5	0,6	0,7	0,6	0,7	0,5	0,3	0,1	0,4	0,0	0,1	0,1
Som/Rádio	1,6	2,4	1,5	1,6	1,7	2,0	1,3	1,2	1,8	1,2	1,8	1,5
Videogame	0,7	1,6	0,9	1,5	1,0	1,6	0,5	1,1	1,0	1,2	1,0	1,0

Pelos dados, fica nítido o predomínio quantitativo da televisão como aparelho eletrônico entre as famílias. Tanto assim que podem se contabilizar apenas duas exceções: na Escola “C”, onde alunos, estudantes da 3.^a série, indicaram o total de 2,4 “som/rádio” para 2,1 “televisões”; e na Escola “B”, onde

se registra número idêntico entre “televisão” e “som/rádio”, com um total de 2,6 para cada, de acordo com as alunas da 5.^a série.

Se se tomar os extremos – a Escola “A” e a Escola “D” – pode-se notar algumas discrepâncias, como, por exemplo, no que se refere ao item “computador”: enquanto os alunos da Escola “A” apresentam, em média, 1 computador por família (variação de 1,0 a 1,1), os alunos da Escola “D” apresentam valores que variam de 0,0 a 0,4. A mesma discrepância pode ser notada quando se trata do item “videogame”, tendo a Escola “A” apresentado como valor mais alto 2,1, enquanto a Escola “D” possui como o menor valor 0,5.

Contudo, essas discrepâncias se encurtam quando se trata do item “televisão”. Enquanto os alunos da Escola “A”, *em sua totalidade*, apresentam 3,2 aparelhos por família, a *totalidade* das respostas dos alunos da Escola “D” aponta para um valor de 1,7, com um pico de 2,1, no caso de alunos da 4.^a série. Ou seja, enquanto os dados das famílias de maior poder aquisitivo apontam a existência de 3 televisões por residência, as famílias de menor poder aquisitivo apresentam quase 2 aparelhos por residência, o que representa um valor significativo.

Assim também se apresenta a média das Escolas “B” e “C”, com 2,7 e 2,2, respectivamente, indicando a primazia da televisão no que se refere à sua quantidade, se comparada com os demais aparelhos eletrônicos.

A título de ilustração, seguem abaixo, em ordem crescente, a média de *todos* os itens referentes às *quatro* escolas:

Quadro 3	
Média Apurada entre as Escolas "A", "B", "C" e "D"	
Computador	0,8
Videocassete	1,0
<i>Videogame</i>	1,2
Som/Rádio	2,2
Televisão	2,4

Assim, de acordo com os dados, a televisão é o aparelho eletrônico (2,4 aparelhos por residência) mais disseminado por entre as diferentes camadas sociais, o que conduz à conclusão de que ela ocupa um papel preeminente na vida das crianças como fonte de informação e entretenimento. Nem mesmo a somatória de aparelhos de som e rádios ultrapassa o número de aparelhos de TV.

4.2.1.2) As crianças fora do período escolar – dados sobre seu tempo livre

Os dados que seguem se referem ao tempo gasto pelas crianças fora do período escolar. Para tanto se elegeram determinadas atividades (já pontuadas anteriormente) que pudessem demonstrar as ações das crianças quando estão fora da escola, a fim de se tentar buscar um eixo comportamental delas.

Quadro 4												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	FAZER OS DEVERES DE CASA											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	-	-	-	-	10	-	-	12	-	5	-
1h	91	88	85	75	75	50	90	93	71	100	55	78
2h	9	6	15	25	17	40	10	7	17	-	35	11
3h	-	6	-	-	8	-	-	-	-	-	5	11
4h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 5												
Tempo Gasto com outras atividades fora do período escolar (em %)												
Atividade	FAZER OS DEVERES DE CASA											
Escola	C						D					
Série	3. ^a Série		4. ^a Série		5. ^a Série		3. ^a Série		4. ^a Série		5. ^a Série	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	-	5	-	-	5	-	-	-	10	5	-
1h	50	94	30	50	94	30	92	92	76	72	89	94
2h	50	6	60	50	6	60	8	8	24	18	6	6
3h	-	-	5	-	-	5	-	-	-	-	-	-
4h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

No que se refere a esse item, nota-se um padrão no qual a grande maioria das crianças utiliza o tempo de 1h para os deveres escolares feitos em casa. A única exceção é a Escola “C”. Ali, podem-se notar dois casos em

específico: a) uma divisão de 50% para a utilização de 1h e 50% para a utilização de 2h (alunas da 3.^a série e alunos da 4.^a série); b) em 60% dos casos, para alunas da 4.^a série e alunos da 5.^a série, o tempo gasto com os deveres de casa de é de 2h. Nas demais escolas, “A”, “B” e “D”, o padrão é de 1h, sendo apresentados valores que variam de 71% a 100%. Ou seja, independentemente do poder aquisitivo, as crianças dedicam, em 75% dos casos (valor médio), 1h para a realização dos deveres escolares.

E atenção ainda para o grupo de menor poder aquisitivo: enquanto nas outras escolas cresce um pouco a frequência de 2h de estudos na 4.^a e na 5.^a série, aqui a diferenciação é sem significado.

Quadro 6												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	LER											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	-	37	26	15	30	20	-	6	-	35	77
1h	65	47	37	37	37	40	50	75	53	58	55	12
2h	22	47	19	31	25	20	10	12	35	42	10	11
3h	9	6	7	6	17	10	-	7	6	-	-	-
4h	4	-	-	-	8	-	20	6	-	-	-	-

Quadro 7												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	LER											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	15	17	10	25	37	58	10	57	47	64	46	34
1h	57	59	75	58	53	42	41	38	38	18	36	48
2h	21	18	15	17	5	-	16	-	-	18	18	18
3h	7	-	-	-	-	-	25	15	15	-	-	-
4h	-	6	-	-	5	-	8	-	-	-	-	-

Nesse caso, os dados que, de imediato, saltam aos olhos são as porcentagens da Escola “D”. Ao se deter sobre os valores, fica claro que a grande maioria das crianças que compõem esse universo dispõe de um tempo mínimo ou nulo para a leitura. Veja-se, por exemplo, no que se refere aos alunos, da 4.^a série: em 64% dos casos, a disponibilidade para a leitura é de 0h. Valor tão estarrecedor quanto se refere aos alunos da 3.^a série, com 57% dos casos na mesma situação do que a anterior. Para não se analisar apenas o sexo masculino, tomem-se dois casos do sexo feminino. Alunas da 4.^a e 5.^a séries apresentam para o valor de 0h de dedicação à leitura, valores muito próximos, com 47% e 46%, respectivamente.

Se se analisar as demais escolas, serão encontrados valores similares para o tempo de 0h em apenas dois casos: alunos da 5.^a série, da Escola “C”, com 58%; e alunos da 5.^a série, da Escola “B”, com 77%.

Em termos gerais, ao se tomar as quatro escolas, a média obtida foi a seguinte: 0h – 26%; 1h – 45%; 2h – 18%; 3h – 4%; 4h – 7%. Ou seja, no tocante à leitura, em ordem decrescente, tem-se como valor mais alto, o tempo de 1h, com 45%. Em seguida, o valor que surge é o de 0h, com 26%. E, apenas em terceiro lugar, com um valor bem abaixo dos anteriores, surge o total de 2h, com 18%. As demais porcentagens diluem-se nos valores de 3h e 4h com 4% e 7%, respectivamente.

Quadro 8												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	BRINCAR/CONVERSAR COM OS AMIGOS											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	5	11	26	18	-	-	-	6	-	10	-
1h	26	53	48	62	58	60	40	44	53	33	10	56
2h	35	12	30	12	16	40	20	37	18	33	45	11
3h	26	18	7	-	8	-	30	13	18	17	30	11
4h	13	12	4	-	-	-	10	6	5	17	5	22

Quadro 9												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	BRINCAR/CONVERSAR COM OS AMIGOS											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	8	5	15	8	11	8	10	57	47	64	46	34
1h	28	12	45	50	26	17	41	38	38	18	36	48
2h	14	12	35	25	26	25	16	-	-	18	18	18
3h	14	18	5	17	16	33	25	15	15	-	-	-
4h	36	53	-	-	21	17	8	-	-	-	-	-

No item “brincar/conversar com os amigos”, surgem algumas variações interessantes, embora também possa se detectar um padrão. De imediato, o que chama a atenção são os valores referentes à Escola “C”, especificamente dos alunos da 3.^a série. Do total, 36% das alunas e 53% dos alunos disponibilizam 4h para brincar/conversar com os amigos. Outros valores relevantes são os referentes ao tempo de 3h gasto com esse item. Na Escola “A” tem-se, para esse total de horas, 26% das alunas da 3.^a série. Na Escola “B”, encontram-se 30% das alunas da 3.^a série e idêntica porcentagem para as alunas da 5.^a série. E mesmo na Escola “C” há uma porcentagem ainda alta para as mesmas 3h: 33% referentes aos alunos da 5.^a série.

A exceção novamente se dá em relação aos alunos da Escola “D”. Ali, os valores mais altos atribuídos ao mínimo tempo para esse tipo de sociabilidade referem-se às alunas da 3.^a série e aos alunos da 5.^a série, com 41% e 48%, respectivamente. Os demais valores apontam para uma falta de

sociabilidade infantil, que, espera-se, seja desvendada em itens posteriores. Para efeito ilustrativo, tem-se na Escola “D”, para 0h disponibilizada para o item “brincar/conversar com os amigos”, valores que variam de 46% a 64%. Ou seja, percebe-se que quanto menor o poder aquisitivo, mais baixos os índices de sociabilidade.

Ainda que esse dado seja relevante, ao se tomar as quatro escolas, vê-se um padrão, com a grande maioria das crianças tendo como tempo disponível para esse contato com outras crianças o valor de 1h, com uma média de 31% entre todos os alunos.

Quadro 10												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	OUVIR MÚSICAS											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	56	24	22	26	17	-	20	25	18	17	25	22
1h	17	58	52	62	58	60	30	63	41	58	50	33
2h	17	6	22	12	17	40	30	6	35	25	20	33
3h	5	6	4	-	-	-	20	-	6	-	5	12
4h	5	6	-	-	8	-	-	6	-	-	-	-

Quadro 11												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	OUVIR MÚSICAS											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	11	25	33	16	25	22	38	8	18	10	10
1h	43	53	65	59	47	33	42	24	36	18	36	42
2h	14	18	10	8	11	25	16	38	48	-	12	30
3h	36	-	-	-	26	17	10	-	8	36	18	12
4h	7	18	-	-	-	-	10	-	-	28	24	6

Quanto ao item “ouvir músicas”, se se tomar as Escolas “A”, “B” e “C”, encontra-se um padrão de 1h como tempo gasto para a referida atividade, com raríssimas exceções, como, por exemplo, no caso da Escola “A”, onde 56% das alunas da 3.^a série indicaram 0h como o total do tempo gasto para ouvir músicas. Nesse item, novamente o diferencial se mostra na Escola “D”, onde há uma variação do tempo disponibilizado para esta atividade entre os sexos e as séries. Enquanto 38% dos alunos da 3.^a série indicaram um total de 0h, 48% das alunas e 36% dos alunos da 4.^a série apresentaram como tempo disponibilizado para ouvir músicas 2h e 3h, respectivamente. Contudo, ao se quantificar as quatro Escolas, a média mais alta diz respeito ao tempo de 1h, com 46% dos casos. O valor seguinte mais alto foi o de 2h, com 21% dos casos.

Os dados a seguir sugerem talvez alguma explicação para esse resultado inesperado (dentro, evidentemente, de certa subjetividade do pesquisador em relação a ouvir música.)

Quadro 12												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	JOGAR VIDEOGAME											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	58	17	56	18	59	20	30	13	24	25	65	11
1h	17	24	30	44	33	10	30	37	53	17	15	44
2h	17	29	7	19	-	50	10	13	23	33	10	23
3h	4	18	7	19	-	20	10	25	-	8	5	-
4h	4	12	-	-	8	-	20	12	-	17	5	22

Quadro 13												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	JOGAR VIDEOGAME											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	65	23	65	8	47	8	76	25	62	19	52	22
1h	-	18	20	42	37	17	16	7	15	9	24	36
2h	-	6	15	17	11	17	-	15	23	27	12	6
3h	14	12	-	25	5	17	-	30	-	27	6	12
4h	21	41	-	8	-	41	8	23	-	18	6	24

No que se refere ao item “jogar *videogame*”, os resultados mostram-se os mais díspares possíveis. Tal disparidade se revela, em primeiro lugar, quanto ao gênero, havendo uma clara preferência dos meninos em relação às meninas quanto a esse item. Apenas na Escola “B” surge um único caso em que há uma porcentagem elevada para o tempo de 1h, gasto pelas alunas, da 4.^a série, com um total de 53% dos casos. Mas considere-se que 58% dos meninos se concentram nas faixas acima de tempo (2, 3 e 4 horas). Nos demais, segue-se um padrão: o tempo gasto pelos meninos para tal atividade é sempre maior do que o das meninas, inclusive na Escola “D”, onde surgem valores altos, como por exemplo 30% dos alunos da 3.^a série gastam 3h diárias para se dedicar a tal atividade.

Quadro 14													
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)													
Atividade	UTILIZAR COMPUTADOR												
Escola	A						B						
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a		
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
0h	13	23	37	44	33	40	30	19	35	17	10	44	
1h	22	35	33	19	50	40	30	44	41	25	40	44	
2h	30	18	30	25	17	10	10	25	18	33	20	12	
3h	26	12	-	6	-	-	10	6	6	8	20	-	
4h	9	12	-	6	-	-	20	6	-	17	10	-	

Quadro 15												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	UTILIZAR COMPUTADOR											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	58	58	65	42	53	50	76	61	63	100	94	74
1h	14	18	30	41	11	17	16	15	23	-	6	18
2h	14	6	5	17	5	8	8	-	7	-	-	8
3h	7	12	-	-	26	25	-	7	-	-	-	-
4h	7	6	-	-	5	-	-	7	7	-	-	-

De acordo com os valores mostrados para esse item, fica claro que, embora tenha havido, de uns poucos anos para cá, uma popularização do computador entre a sociedade brasileira, devido a uma pequena queda de preço, tal popularização ainda não se mostra efetiva. Os dados falam por si. Senão veja-se: há uma clara divisão entre as Escolas “A” e “B” (de maior poder aquisitivo) e as Escolas “C” e “D” (de menor poder aquisitivo) no que se refere ao item “utilizar computador”. Enquanto a Escola “A” apresenta, por exemplo, 50% de alunas da 5.^a série gastando 1h do seu tempo livre com computador e 40% dos alunos da mesma 5.^a série, gastando o mesmo total de horas nessa atividade, e a Escola “B” apresenta como média 37% do total de alunos e alunas gastando ao menos 1h na mesma atividade, ao se analisar as Escolas “C” e “D” fica nítida ou a falta desse tipo de aparelho nas residências ou a falta de tempo para se utilizá-lo. Não há uma única exceção quanto a esse item. As porcentagens mais elevadas referem-se ao tempo de 0h para a utilização de

computador nas duas Escolas, com 54% para a Escola “C”, e 78% para a Escola “D”, nesse caso com um valor que chama a atenção: para os alunos da 4.^a série, o valor da porcentagem referente ao tempo de 0h para a utilização do computador é de 100%.

Observa-se ainda que o uso do computador cresce em freqüência a partir da 4.^a série (exceção à Escola “D” na qual quase inexistente). Esse padrão sugere que as crianças menores não têm acesso fácil ao computador, o que talvez seja positivo.

Por outro lado, as freqüências de uso do *videogame* e do computador (nas escolas de maior poder aquisitivo) e o trabalho infantil (que é óbvio em relação às camadas exploradas) talvez expliquem aquele dado inesperado das baixas freqüências de ouvir música, observado anteriormente.

Quadro 16												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	BRINCAR NA RUA											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	52	47	59	37	42	50	70	19	47	50	40	77
1h	22	41	26	19	25	40	20	37	41	17	30	-
2h	9	6	7	19	25	10	-	13	-	25	10	12
3h	17	6	4	-	-	-	-	19	6	-	15	11
4h	-	-	4	25	8	-	10	12	6	8	5	-

Quadro 17												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	BRINCAR NA RUA											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	44	12	50	17	47	50	42	33	40	19	22	10
1h	7	29	25	16	38	25	50	23	30	9	36	36
2h	14	12	20	25	5	-	8	30	23	45	18	18
3h	14	12	5	17	5	8	-	7	7	18	12	24
4h	21	35	-	25	5	17	-	7	-	9	12	12

Quanto ao item “brincar na rua”, os dados também chamam a atenção. De imediato fica patente que entre os alunos da Escola “A”, as maiores porcentagens referem-se ao total de tempo de 0h disponibilizado para se brincar na rua. A média, altíssima, é de quase 48%. Padrão que encontra coró na Escola “B”, na qual há valores altíssimos, como por exemplo, 70% das alunas da 3.^a série e 70% dos alunos da 5.^a série disponibilizam 0h do seu tempo livre para brincar na rua. A única exceção ali é dos alunos da 3.^a série com 37% dos casos para o tempo gasto de 1h.

Na Escola “C”, o que se denota é que há uma variação dessas brincadeiras de rua para meninos e meninas. Essa variação fica nítida nas 3.^a e 4.^a séries. Na primeira, tem-se 44% das meninas disponibilizando 0h do tempo livre para brincar na rua, enquanto 35% dos meninos gastam 4h realizando a mesma atividade. Padrão repetido na 4.^a série, com 50% das meninas com 0h e 25% dos meninos com 4h. Exceção feita à 5.^a série, onde há uma

similaridade de valores, com 47% das meninas e 50% dos meninos gastando 0h para tal atividade.

O valor mais alto referente a essa sociabilidade infantil encontra-se na Escola “D”, com 45% dos alunos da 4.^a série disponibilizando 2h para brincadeiras na rua. Outro valor relevante ali é o de 50% para alunas da 3.^a série.

Contudo, quando se tomam as quatro Escolas, a média mais alta referente ao tempo disponibilizado para brincar na rua é de 45%, referente a 0h. As demais médias, em ordem decrescente, são as seguintes: 1h – 24%; 2h – 14%; 4h – 9%; 3h – 8%. Tem-se, assim, a indicação de uma baixíssima sociabilidade; surpreendentemente, isso ocorre também nas camadas mais “populares”, em relação à qual se esperaria o contrário. Embora existam valores altos, como os já citados acima, há, sim, na escola de menor poder aquisitivo, uma sociabilidade baixa, o que fica demonstrado pelos números. Esse dado talvez ilustre o medo das ruas, provocado pela dramatização da violência. Ao invés de brincarem nas ruas ou na casa dos vizinhos, as crianças assistem à televisão (e se amedrontam), conforme será mostrado posteriormente.

Quadro 18													
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)													
Atividade	PRESTAR AJUDA À FAMÍLIA												
Escola	A						B						
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a		
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
0h	4	11	36	45	25	40	20	13	-	8	15	88	
1h	48	59	37	31	50	60	40	50	59	50	55	-	
2h	35	12	19	12	-	-	20	6	24	17	25	-	
3h	13	12	4	12	17	-	10	19	12	17	5	12	
4h	-	6	4	-	8	-	10	12	5	8	-	-	

Quadro 19													
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)													
Atividade	PRESTAR AJUDA À FAMÍLIA												
Escola	C						D						
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a		
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
0h	-	41	5	8	16	58	-	9	9	28	10	10	
1h	21	35	55	67	26	42	8	46	61	27	30	42	
2h	36	12	30	17	37	-	42	38	-	45	24	30	
3h	21	6	10	8	16	-	42	7	23	-	18	12	
4h	22	6	-	-	5	-	8	-	7	-	18	6	

Quanto a esse item, o seu significado se refere à ajuda à família, seja em casa, nas tarefas domésticas, ou mesmo ajudando os pais no trabalho.

Nesse caso, quando se toma as Escolas “A” e “B”, as porcentagens mais altas variam no tempo de 0h a 1h. A média dessas duas escolas quanto ao tempo de 0h é de 25% e quanto ao tempo de 1h é de quase 45%.

Já quando se tomam as Escolas “C” e “D”, o quadro se altera. Embora as porcentagens mais altas refiram-se ao tempo de 1h, há valores significativos também no tempo de 2h. Por exemplo: 36% das alunas da 3.^a série disponibilizam 2h para ajudar a família, enquanto que 37% das alunas da 5.^a série agem de forma idêntica. Quanto à Escola “D”, há significativos valores de 61%, 46%, 42% e 36% para o tempo de 1h, bem como valores de 42% e 45% para o tempo de 2h, e até mesmo um valor de 42% para o tempo de 3h, referente às alunas da 3.^a série.

Assim, fica claro que as famílias de menor renda necessitam da ajuda dos filhos, o que, muitas vezes, explica as porcentagens menores que foram detectadas em itens anteriores.

Outro dado significativo é que para o tempo de 2 e 3 horas, as porcentagens de meninas que prestam ajuda à família é sempre maior do que a dos meninos, especialmente nas Escolas “C” e “D”.

Feito esse primeiro mapeamento referente ao tempo disponibilizado pelos alunos e alunas – em uma situação específica – para a prática de outras atividades realizadas fora do período escolar, deve-se, agora, partir para o segundo mapeamento, que apresenta interesse específico para esta Tese. Trata-se do tempo gasto pelas crianças – dentro das atividades realizadas fora do período escolar – assistindo televisão.

Quadro 20												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	ASSISTIR TV DE MANHÃ											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	-	11	15	19	42	20	-	6	11	-	10	-
1h	35	35	18	12	8	30	60	38	36	16	10	11
2h	48	24	41	31	42	10	30	37	29	50	20	11
3h	17	24	15	25	-	10	-	12	18	25	40	45
4h	-	6	11	13	8	30	10	7	6	9	20	33

Quadro 21												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	ASSISTIR TV DE MANHÃ											
Escola	C						D					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	15	-	20	17	11	8	10	2	-	-	2	8
1h	36	53	40	42	31	33	33	23	16	27	23	17
2h	7	18	25	33	16	25	33	53	38	9	11	17
3h	21	6	5	8	16	34	8	15	23	18	35	23
4h	21	23	10	-	26	-	16	7	23	46	29	35

Os dados apresentados no quadro acima apontam para a seguinte constatação: a de que os valores mais baixos referem-se às porcentagens acerca do tempo de 0h gasto para à atividade “assistir TV de manhã”. Ou seja, em sua imensa maioria, as crianças disponibilizam de 1h a 4h diárias de seu tempo fora do período escolar para assistirem televisão. E em alguns casos, há

porcentagens significativas, como por exemplo: 30% dos alunos da 5.^a série da Escola “A” disponibilizam 4h do seu tempo livre assistindo televisão; 50% dos alunos da 4.^a série da Escola “B” disponibilizam 2h para a mesma atividade; 26% das alunas da 5.^a série da Escola “C” gastam 4h assistindo televisão pela manhã; 46% dos alunos da 4.^a série da Escola “D” gastam 4h diárias em frente à televisão.

Veja-se agora quais as porcentagens para o item “assistir TV à noite”.

Quadro 22												
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)												
Atividade	ASSISTIR TV À NOITE											
Escola	A						B					
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0h	11	6	4	6	-	-	-	31	6	8	5	-
1h	35	24	30	32	25	40	50	25	35	8	5	11
2h	24	12	18	32	25	10	40	25	12	42	15	11
3h	24	18	18	18	25	10	-	6	29	25	35	45
4h	6	40	30	18	25	40	10	13	18	17	40	33

Quadro 23													
Tempo Gasto com outras Atividades Fora do Período Escolar (em %)													
Atividade	ASSISTIR TV À NOITE												
Escola	C						D						
Série	3. ^a		4. ^a		5. ^a		3. ^a		4. ^a		5. ^a		
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
0h	-	6	5	-	21	-	8	10	-	10	14	-	
1h	7	6	20	33	26	17	16	30	7	9	11	7	
2h	21	12	50	33	11	8	25	7	30	18	-	35	
3h	29	47	20	17	12	34	25	15	25	54	17	23	
4h	43	29	5	17	-	41	25	38	38	9	58	35	

Aqui, o padrão se mantém, se comparado com os dados anteriores (“assistir TV de manhã”), ou seja, os valores mais baixos, nesse caso, também se referem às porcentagens acerca do tempo de 0h gasto para a atividade “assistir TV à noite”. Contudo, as porcentagens referentes ao tempo gasto mostram-se ainda maiores, como por exemplo: 30% dos alunos da 3.^a série da Escola “A” gastam, em média, 4h diárias na TV à noite, prática idêntica às alunas da 4.^a série, da mesma Escola; 4h também é o total de tempo gasto para 40% dos alunos da 5.^a série da Escola “B” e para 43% dos alunos da 3.^a série da Escola “C”. A porcentagem mais alta para o tempo de 4h gastos em frente à televisão à noite fica a cargo dos alunos da 5.^a série da Escola “D”, com o magnífico valor de 58% dos casos.

Para que a análise se enriqueça, veja-se, na seqüência, algumas comparações entre as porcentagens das atividades realizadas fora do período escolar, especificamente, “ler”, “brincar/conversar com os amigos”, “brincar na

rua” e o tempo de exposição das crianças em frente à televisão, pela manhã e pela noite.

Por exemplo, no que se refere às alunas da 4.^a série da Escola “A”, enquanto 19% gastam 2h do seu tempo na atividade “ler”, esse mesmo total de tempo é gasto por 41% para “assistir TV pela manhã”, ou seja, há aí uma diferença de 22% entre essas duas atividades; ainda na Escola “A”, 9% dos alunos da 3.^a série disponibilizam 3h diárias para a leitura. Essas mesmas 3h são disponibilizadas por 24% dos alunos da mesma série para “assistir TV à noite”. Na Escola “C”, tem-se valor tão flagrante quanto: enquanto 50% das alunas da 4.^a série gastam 2h, do seu tempo para “assistir TV à noite”, apenas 15% se dedicam à leitura no mesmo total de tempo; um dos dados que mais chama a atenção é o seguinte: na Escola “D”, enquanto 64% dos alunos da 4.^a série gastam 0h. do seu tempo para se dedicar a algum tipo de leitura, 54% desses mesmo alunos assistem até 3h de televisão pela noite, o que ressalta a brutal diferença entre duas atividades extremamente distintas.

Veja-se agora a comparação entre o tempo de exposição das crianças à televisão e a sociabilidade das mesmas (“brincar/conversar com os amigos” e “brincar na rua”).

De imediato, tome-se a Escola “D”. No tocante aos alunos, da 4.^a série, enquanto 64% dos mesmos apontaram o tempo de 0h para “brincar/conversar com os amigos”, 46% informaram disponibilizar 4h do seu tempo diário para assistir televisão de manhã, enquanto 54% informaram disponibilizar 3h, para a mesma atividade, porém à noite. Porcentagem tão alta quanto é encontrada ainda na Escola “D”, com 58% das alunas da 5.^a série informando gastar 4h diárias do seu tempo livre assistindo televisão à noite,

enquanto aproveitam 0h em 46% dos casos para “brincar/conversar com os amigos”. Ou seja, não brincam.

Situação semelhante é encontrada na escola com poder aquisitivo oposto desta, a Escola “A”. Ali, por exemplo, é detectado o valor de 40% dos alunos da 3.^a série para a atividade “assistir TV à noite”, enquanto 53% afirmam gastar 1h para brincar e conversar com os amigos. Para confirmar tal fato, veja-se, no quadro abaixo, o tempo de 2h dedicado pelos alunos das 3.^a e 4.^a série da Escola “A” para as atividades “assistir TV de manhã” e “brincar na rua”.

Quadro 24								
Quadro comparativo entre o tempo de 2h gasto nas atividades “assistir TV de manhã” e “brincar na rua” para os alunos e alunas das 3. ^a e 4. ^a séries da Escola “A” (em %).								
ASSISTIR TV DE MANHÃ					BRINCAR NA RUA			
Série	3. ^a		4. ^a		3. ^a		4. ^a	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M
2h	48	24	41	31	9	6	7	19

Optou-se por mostrar esses dados no quadro uma vez que a enorme disparidade entre os valores percentuais referentes às duas atividades pede tal destaque. Essas atividades apresentam, na média, 36% para “assistir TV de manhã”, e um pouco mais de 10% para “brincar na rua”, o que ressalta, ainda mais, a preferência pela televisão em detrimento a alguma outra atividade.

Veja-se, a seguir, a média geral das quatro escolas acerca do tempo gasto pelas crianças assistindo televisão.

Quadro 25				
Média entre as Escolas “A”, “B”, “C” e “D” referente ao tempo gasto assistindo televisão – manhã e noite (em %).				
Quantidade	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
0 h	12%	6%	6%	6%
1 h	27%	25%	26%	18%
2 h	27%	27%	24%	23%
3 h	16%	23%	21%	23%
4 h	18%	19%	23%	30%

O quadro acima oferece valores bastante significativos, com as porcentagens bem distribuídas entre o tempo de 0h a 4h gasto pelas crianças assistindo à televisão. Em relação ao tempo de 0h, a Escola “A” apresenta o maior valor, com 12%, havendo uma distribuição eqüitativa de 6% entre as Escolas restantes. Para o tempo de 1h, os alunos da escola “A” apresentam valor de 27%; a menor porcentagem fica com a escola “D”, com 18%; já o tempo de 2h é o que se mostra mais equilibrado entre as quatro Escolas, com uma variação de 23% a 27%. Quanto ao espaço de tempo de 3h, o equilíbrio se mantém, com variação de 16% a 23%. Finalmente, quando se analisa o tempo de 4h gasto para assistir televisão, encontra-se um diferenciador. Enquanto as porcentagens das Escolas “A”, “B” e “C” são de 18%, 19% e 23%, respectivamente, a escola “D” apresenta a expressiva parte proporcional de 30%. Tem-se, portanto, o atraente valor de quase 1/3 das crianças gastando, em média, 4h do seu tempo livre assistindo a programas de televisão ao dia.

Dentro deste perfil, a pesquisa apontou uma correlação inversa entre o maior poder aquisitivo e o tempo de permanência frente ao televisor: quanto menor o poder aquisitivo, maior é o tempo gasto pelas crianças assistindo TV.

Isso pode estar relacionado a dois aspectos: o primeiro é que as famílias com menos dinheiro não podem pagar por atividades alternativas, e o segundo é o próprio ambiente familiar – pais que trabalham fora, durante todo o dia, aconselham às crianças a não brincarem na rua (supostas vizinhanças inseguras). Estas crianças voltam para a casa após o período escolar, trancam as portas e se dedicam à atividade de assistir TV.

Quadro 26					
Média Apurada entre as Escolas “A”, “B”, “C” e “D”					
Total de Tempo das Atividades Gastas após o Período Escolar (em %)					
	0h	1h	2h	3h	4h
Fazer os deveres de casa	4	75	19	2	-
Ler	26	45	18	4	7
Brincar/Conversar com os amigos	9	31	24	19	17
Ouvir Músicas	18	46	21	10	5
Jogar <i>videogame</i>	37	25	17	10	11
Utilizar computador	49	27	12	8	4
Brincar na rua	45	24	14	8	9
Prestar ajuda à família	22	41	19	11	7
Assistir TV – Manhã	12	28	29	16	15
Assistir TV – Noite	4	20	22	25	29

Se se abstrair a categoria 0h e se observar apenas as quatro restantes, notar-se-á uma queda nas porcentagens. Ou seja, há uma relação indireta entre o número de horas e a porcentagem das atividades. A **única** exceção é o item “assistir TV à noite”, que apresentam os valores de 20%, 22%, 25% e 29%, para 1, 2, 3 e 4 horas, respectivamente.

Mostradas e analisadas as atividades (uma a uma) que as crianças - referentes a um universo específico – realizam fora do seu período escolar, ressaltando o tempo gasto assistindo televisão, deve-se, a partir daqui, até

mesmo para concluir este item, oferecer um mapeamento geral, efetuando o destaque e a comparação entre alguns dados.

Tal proposta está contida no quadro acima, onde estão discriminadas a média do tempo de cada atividade referente aos alunos das Escolas “A”, “B”, “C” e “D” executada fora do horário de aula. A título de ilustração, vejam-se algumas porcentagens significativas: 75% gastam, em média, 1h para os deveres de casa; 45% disponibilizam 2h do seu tempo livre para ler; o tempo de 1h gasto para brincar/conversar com os amigos é utilizado por 31% do total, enquanto 45% apresentam 0h diária para brincar na rua;

As crianças relataram sobre o tempo que gastam em diferentes atividades. Nos itens “fazer os deveres de casa”, “brincar/conversar com os amigos”, “ouvir música” e “prestar ajuda à família”, a maioria dos alunos gasta uma hora. Os resultados referentes aos itens “jogar *videogame*” e “utilizar o computador”, por se tratarem de equipamentos de valores mais elevados, mostram que quase a metade dos alunos não dispõe tempo para tais atividades. No item “brincar na rua”, o que chama a atenção foi o fato de que 45% das crianças não realizam mais esta atividade. Tal surpresa se repete no item “ler”, em relação ao qual 45% das crianças realizam 1h de leitura por dia enquanto 26% apontam 0h como o tempo disponibilizado para a leitura.

No tocante à televisão, 29% do total dedicam 2h para assistir televisão pela manhã, enquanto 29% gastam 4h diárias assistindo à programação de televisão da noite. Ou seja, o tempo gasto pela maioria das crianças em frente ao aparelho de TV, no período da manhã, é de 2h e no período da noite, é de 4h, o que significa que o tempo gasto em frente ao televisor para uma criança que assiste em média 3h diárias corresponde a 21

horas por semana. Desta forma, no período de um ano, esta criança em idade escolar passou mais tempo assistindo TV do que na sala de aula, ou até mesmo que em qualquer outra atividade extra-escolar. A televisão domina o dia-a-dia das crianças, pois o ambiente televisivo também passa a reger suas vidas. Fica demonstrado, assim, que assistir TV é a alternativa predominante entre as crianças. A combinação de informações auditivas e visuais torna esse meio de comunicação muito mais atraente do que qualquer outro, tais como os livros, ou mesmo do que as relações sociais estabelecidas – e necessárias – para a socialização das crianças.

4.2.2) Análise do conteúdo violento na programação televisiva brasileira

A segunda etapa do projeto corresponde às gravações, em VHS, averiguadoras das programações exibidas pelas seguintes redes de televisão aberta do Brasil: Rede Globo, SBT, Rede Bandeirantes e Rede Record. Dois levantamentos foram realizados.

Importante ressaltar que para o primeiro levantamento foi utilizada a metodologia da *semana composta*¹⁸, através da qual foi gravada a programação dos **quatro canais em um único dia da semana**, intercalando-os durante as semanas subseqüentes. Esse tipo de metodologia permite uma amostragem (não aleatória porque não é por sorteio) procurando distribuir as observações no tempo, baseando-se em um princípio simples, aritmético.

¹⁸ Faz-se necessário agradecer ao Prof. Dr. Murilo Soares, da UNESP de Bauru, especialista em comunicação, pela explicação da técnica da "semana composta", que se mostrou imprescindível para esta Tese, principalmente no que se refere à coleta de dados referentes à programação televisiva.

Desse modo, tendo como ponto de partida o dia 1.º de abril de 2003, na primeira semana, a gravação ocorreu em uma terça-feira. Na segunda semana, o mesmo procedimento na quarta-feira, e assim sucessivamente. Tal técnica visa controlar a variável *atos sensacionais*, evitando a repetição de temas que se mantêm por vários dias na televisão. Nesse caso, a possibilidade das redes de TV abordarem constante e exaustivamente um mesmo fato por horas e dias a fio (como por exemplo, no caso de um seqüestro de um político ou de uma situação de anomia) é muito grande, o que terminaria por trazer prejuízos na posterior análise qualitativa dos eventos. Assim, procedeu-se à gravação durante **oito semanas, de 1.º de abril a 27 de maio de 2003**, um dia por semana, registrando **8 horas diárias de programação contínua**, das **quatro principais emissoras da televisão aberta** do Brasil, a saber, das **9 às 11 horas**, das **15 às 18 horas** e das **20 às 23 horas**, conforme o modelo abaixo.

Quadro 27 – Modelo Semana Contínua							
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1. ^a Semana		01/04/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00					
2. ^a Semana			09/04/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00				
3. ^a Semana				17/04/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00			
4. ^a Semana					25/04/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00		
5. ^a Semana						03/05/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00	

6. ^a Semana								11/05/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---

7. ^a Semana	19/05/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00							
8. ^a Semana		27/05/2003 09:00-11:00 15:00-18:00 20:00-23:00						

Para o segundo levantamento, as gravações foram direcionadas para as **programações específicas**, nas quais a violência passa a ser explorada de forma sensacionalista. São programações em que as estratégias de narrativas transformam as notícias em espetáculos. A seleção da programação restringiu-se aos programas “Jornal Nacional” e “Linha Direta”, da Rede Globo, “Jornal da Band” e “Brasil Urgente”, da Rede Bandeirantes, “Jornal da Record” e “Cidade Alerta”, da Rede Record, exibidos entre os dias de 11 de agosto de 2003 a 21 de agosto de 2003.¹⁹

Todas as gravações foram definidas entre as quatro redes de abrangência nacional: Globo, SBT, Record e Bandeirantes, já que “89% das emissoras de TV aberta existentes no país concentram-se nessas quatro grandes redes” (Silva, 2000, p.397) Os objetivos foram o de avaliar o grau de violência presente na programação das quatro redes, caracterizar a violência emitida e comparar as redes quanto ao grau de violência, possibilitando a análise da quantidade e do contexto da violência na televisão brasileira.

A análise das fitas foi conduzida através da contagem dos eventos indicadores de fatos violentos em si e fatos criminosos, mesmo porque a mídia

¹⁹ A programação do SBT não apresentava, à época da gravação, uma programação específica nos moldes das outras redes.

em geral faz esta superposição de conflitos, através da dramatização da violência, como visto no capítulo 3 desta Tese.

Para efeito da proposta, estabeleceu-se uma classificação do que se considera fato violento. São eles: morte não natural (homicídios, suicídios, mortes em acidentes de trânsito, morte por fenômenos da natureza e semelhantes); agressão física; agressão verbal; crimes contra o patrimônio particular (roubo e furto) ou público (dano ao patrimônio público); tortura; droga (tráfico e uso de drogas lícitas e ilícitas); denúncias não criminosas (denúncias de acusações de paternidade, pensões alimentícias e outras similares); fome/miséria (aqui não foram contabilizados os eventos relacionados com propagandas governamentais, como o programa “Fome Zero”).

4.2.2.1) Programação contínua

Uma vez explicado o porquê das gravações, seguem, na seqüência, os quadros referentes à quantidade de eventos violentos exibidos por cada emissora em sua **programação contínua**, no período já citado, para posteriormente, processar-se às análises devidas.

Quadro 28
Eventos – Programação Contínua - Rede Globo (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
Globo	09:00 às 11:00	01/04/03	Infantil	3	10	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	01/04/03	Novela/Filme	2	8	5	-	3	-	-	-
	20:00 às 23:00	01/04/03	Notícias/Novela	2	3	4	-	5	2	-	-
Total Parcial				7	21	9	0	8	2	0	0
Globo	09:00 às 11:00	09/04/03	Infantil	1	9	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	09/04/03	Novela/Filme	2	5	8	-	5	3	-	-
	20:00 às 23:00	09/04/03	Notícias/Novela	-	8	7	-	5	1	-	-
Total Parcial				3	21	15	0	10	4	0	0
Globo	09:00 às 11:00	17/04/03	Infantil	2	17	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	17/04/03	Novela/Filme	2	16	16	-	15	-	-	-
	20:00 às 23:00	17/04/03	Notícias/Novela	1	-	2	-	2	4	-	-
Total Parcial				5	33	18	0	17	4	0	0
Globo	09:00 às 11:00	25/04/03	Infantil	3	12	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	25/04/03	Novela/Filme	1	3	5	-	3	5	-	-
	20:00 às 23:00	25/04/03	Notícias/Novela	-	7	2	-	6	1	-	-
Total Parcial				4	22	7	0	9	6	0	0

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/Miséria
Globo	09:00 às 11:00	03/05/03	Infantil	1	3	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	03/05/03	Novela/Filme	2	6	1	-	-	1	-	-
	20:00 às 23:00	03/05/03	Notícias/Novela	1	3	1	-	3	1	-	-
Total Parcial				4	12	2	0	3	2	0	0
Globo	09:00 às 11:00	11/05/03	Esporte/Rural	-	2	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	11/05/03	Talk-show/Esporte	-	-	1	-	-	1	-	-
	20:00 às 23:00	11/05/03	Entreten./Notícias	2	3	1	-	4	-	-	-
Total Parcial				2	5	2	0	4	1	0	0
Globo	09:00 às 11:00	19/05/03	Infantil/Esporte	-	5	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	19/05/03	Novela/Filme	-	5	5	-	2	-	-	-
	20:00 às 23:00	19/05/03	Notícias/Novela	2	3	1	-	1	3	-	-
Total Parcial				2	13	6	0	3	3	0	0
Globo	09:00 às 11:00	27/05/03	Infantil/Comercial	1	4	2	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	27/05/03	Novela/Filme	-	1	1	-	3	-	-	-
	20:00 às 23:00	27/05/03	Noticário/Novela	2	1	3	-	4	2	-	-
Total Parcial				3	6	7	0	7	2	0	0
Total Geral				27	133	66	0	60	22	0	0

Quadro 29
Eventos – Programação Contínua – SBT (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/Miséria
SBT	09:00 às 11:00	01/04/03	Infantil	3	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	01/04/03	Filme/Novela	2	13	7	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	01/04/03	Novela/Variedades	2	7	8	-	5	-	1	-
Total Parcial				7	19	15	0	5	0	1	0
SBT	09:00 às 11:00	09/04/03	Infantil	2	8	3	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	09/04/03	Filme/Novela	15	8	11	-	5	-	-	-
	20:00 às 23:00	09/04/03	Novela/Variedades	4	13	5	-	9	-	-	-
Total Parcial				21	29	19	0	14	0	0	0
SBT	09:00 às 11:00	17/04/03	Infantil	-	2	2	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	17/04/03	Filme/Novela	45	11	12	4	8	5	-	-
	20:00 às 23:00	17/04/03	Novela/Variedades	3	5	5	-	2	-	1	-
Total Parcial				48	18	19	4	10	5	1	0
SBT	09:00 às 11:00	25/04/03	Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	25/04/03	Filme/Novela	31	20	-	-	10	4	-	-
	20:00 às 23:00	25/04/03	Novela/Variedades	2	5	5	-	-	2	2	-
Total Parcial				33	25	5	0	10	6	2	0

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa +	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
SBT	09:00 às 11:00	03/05/03	Infantil Comercial	2	1	3	-	1	-	-	-
	15:00 às 18:00	03/05/03	Filme/Novela	1	5	2	-	1	-	-	-
	20:00 às 23:00	03/05/03	Novela/Variedades	2	1	1	-	3	-	2	-
Total Parcial				5	7	6	0	5	0	2	0
SBT	09:00 às 11:00	11/05/03	Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	11/05/03	Entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	11/05/03	Entretenimento/Filme	5	10	2	-	2	-	-	-
Total Parcial				5	10	2	0	2	0	0	0
SBT	09:00 às 11:00	19/05/03	Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	19/05/03	Filme/Novela	-	-	-	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	19/05/03	Novela/Variedades	-	3	1	-	-	-	-	-
Total Parcial				0	3	1	0	0	0	0	0
SBT	09:00 às 11:00	27/05/03	Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	27/05/03	Filme/Novela	6	10	6	-	3	-	-	-
	20:00 às 23:00	27/05/03	Novela/Variedades	1	2	1	-	2	1	1	-
Total Parcial				7	12	7	0	5	1	1	0
Total Geral				126	123	74	4	51	12	7	0

Quadro 30
Eventos – Programação Contínua – Rede Record (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/Miséria
Record	09:00 às 11:00	01/04/03	Infantil	3	2	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	01/04/03	Mulher/Noticiário	2	2	-	-	2	-	-	-
	20:00 às 23:00	01/04/03	Jornal/Esporte/Notic.	2	-	-	-	2	2	-	2
Total Parcial				7	4	0	0	4	2	0	2
Record	09:00 às 11:00	09/04/03	Infantil	4	3	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	09/04/03	Mulher/Noticiário	2	1	-	-	1	2	-	-
	20:00 às 23:00	09/04/03	Jornal/Esporte/Notic.	3	1	1	-	1	1	-	1
Total Parcial				9	5	1	0	2	3	0	1
Record	09:00 às 11:00	17/04/03	Infantil	2	3	1	-	1	-	-	-
	15:00 às 18:00	17/04/03	Mulher/Noticiário	4	1	-	-	2	1	2	3
	20:00 às 23:00	17/04/03	Jornal/Esporte/Notic.	3	1	-	-	-	-	-	2
Total Parcial				9	5	1	0	3	1	2	5
Record	09:00 às 11:00	25/04/03	Infantil	3	5	1	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	25/04/03	Mulher/Noticiário	5	2	2	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	25/04/03	Jornal/Esporte/Notic.	2	1	-	-	-	1	1	1
Total Parcial				10	8	3	0	0	1	1	1

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/Miséria
Record	09:00 às 11:00	03/05/03	Infantil	-	13	2	-	1	-	-	
	15:00 às 18:00	03/05/03	Mulher/Noticiário	5	6	-	-	4	3	3	1
	20:00 às 23:00	03/05/03	Jornal/Esporte/Notic.	3	7	3	-	3	2	1	1
Total Parcial				8	26	5	0	8	5	4	2
Record	09:00 às 11:00	11/05/03	Infantil/Entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	11/05/03	Entreten./Variedades	-	3	-	-	2	3	1	-
	20:00 às 23:00	11/05/03	Filme/Música	2	1	1	-	-	1	1	-
Total Parcial				2	4	1	0	2	4	2	0
Record	09:00 às 11:00	19/05/03	Infantil	3	1	1	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	19/05/03	Mulher/Noticiário	3	-	-	-	2	1	-	-
	20:00 às 23:00	19/05/03	Jornal/Esporte/Notic.	2	-	2	-	3	2	1	1
Total Parcial				8	1	3	0	5	3	1	1
Record	09:00 às 11:00	27/05/03	Infantil	-	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	27/05/03	Mulher/Noticiário	4	-	-	-	1	1	1	-
	20:00 às 23:00	27/05/03	Jornal/Esporte/Notic.	5	3	-	-	1	1	-	1
Total Parcial				9	3	0	0	2	2	1	1
Total Geral				62	53	14	0	26	21	11	13

Quadro 31
Eventos – Programação Contínua - Rede Bandeirantes (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
Bandeirantes	09:00 às 11:00	01/04/03	Infantil/Variedades	1	2	-	-	-	-	2	-
	15:00 às 18:00	01/04/03	Variedades	2	1	-	1	-	1	-	-
	20:00 às 23:00	01/04/03	Jornal/Filme	2	2	1	-	3	1	-	-
Total Parcial				5	5	1	1	3	2	2	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	09/04/03	Infantil/Variedades	-	2	-	-	2	-	3	-
	15:00 às 18:00	09/04/03	Variedades	2	2	-	-	-	3	-	-
	20:00 às 23:00	09/04/03	Jornal/Filme	1	12	3	-	-	-	-	-
Total Parcial				3	14	3	0	2	0	3	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	17/04/03	Infantil/Variedades	-	-	-	-	1	-	-	-
	15:00 às 18:00	17/04/03	Variedades	1	-	-	-	-	-	2	-
	20:00 às 23:00	17/04/03	Jornal/Filme	4	8	11	-	-	4	-	-
Total Parcial				5	8	11	0	1	4	2	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	25/04/03	Infantil/Variedades	2	3	-	-	-	3	3	-
	15:00 às 18:00	25/04/03	Variedades	1	1	3	-	-	-	1	-
	20:00 às 23:00	25/04/03	Jornal/Filme	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Parcial				3	4	3	0	0	3	4	0

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
Bandeirantes	09:00 às 11:00	03/05/03	Infantil/Variedades	16	13	1	-	1	10	3	-
	15:00 às 18:00	03/05/03	Variedades	3	6	2	-	3	-	1	-
	20:00 às 23:00	03/05/03	Jornal/Filme	1	3	1	-	-	-	-	-
Total Parcial				20	22	4	0	4	10	4	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	11/05/03	Variedades	-	-	-	-	-	-	1	-
	15:00 às 18:00	11/05/03	Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	11/05/03	Esporte / Filme	5	4	12	-	3	-	-	-
Total Parcial				5	4	12	0	3	0	1	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	19/05/03	Infantil/Variedades	-	2	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	19/05/03	Variedades	1	-	-	-	-	-	-	-
	20:00 às 23:00	19/05/03	Jornal/Filme	2	24	10	1	-	3	-	-
Total Parcial				3	26	10	1	0	3	0	0
Bandeirantes	09:00 às 11:00	27/05/03	Infantil	5	-	-	-	-	-	-	-
	15:00 às 18:00	27/05/03	Infantil/Filme	4	3	3	-	4	-	3	-
	20:00 às 23:00	27/05/03	Jornal/Filme	-	2	1	-	3	-	-	-
Total Parcial				9	5	4	0	7	0	3	0
Total Geral				53	88	48	2	20	22	19	0

Pelo fato de o conjunto de dados acima fornecer uma riqueza enorme de análises e significados, utilizar-se-á o espaço seguinte para uma tradução do conteúdo dos quadros referentes à programação contínua das emissoras em questão.

Os caminhos de análise, como se pode observar, são vários, porém, para o início dessa proposta, vejam-se os dados referentes aos horários nos quais se pode encontrar uma programação que possui como público alvo as crianças. No caso da pesquisa, das 9 às 11 horas.

Tomando-se a programação da Rede Globo, são quantificadas, no que se refere ao evento “morte”, 11 (onze) situações nas quais ela aparece. Embora seja um número pequeno, visto que a análise se deu em 8 (oito) momentos distintos, a referência, ou mesmo a ocorrência de tal fato, em um espaço voltado exclusivamente ao público infantil é, sim, relevante. Uma grande parte das animações infantis projetadas e exibidas a partir de aproximadamente dez anos atrás, principalmente as de origem japonesa, possui um forte apelo à violência, explorando ao máximo as lutas corporais entre os personagens. Assim, as crianças, através desses desenhos, terminam por ficar expostas a um alto grau de violência. Para reforçar tal situação, tome-se, por exemplo, a programação da Rede Bandeirantes, do dia 3 de maio de 2003. Ali, no horário das 9 às 11 horas registra-se um total de 16 (dezesesseis) situações relativas ao evento “morte”, ou seja, em um único dia, no período de duas horas, qualquer telespectador sintonizado naquele canal, embora seja uma faixa prioritária para as crianças, teve contato com um elevado número de situações envolvendo alguma referência à morte.

Ainda sobre o mesmo evento, uma situação que chama a atenção pode ser detectada no SBT, no horário das 15 às 18 horas, em que a programação se concentra em filmes e novela. Ali, tomando-se as oito datas da pesquisa, chega-se a um total de 100 (cem) ocorrências relativas ao evento “morte” - sendo que em uma única data foram contabilizadas 45 (quarenta e cinco) situações -, o que representa um valor elevadíssimo, principalmente pelo horário em que estão diluídas tais ocorrências.

Um outro evento que chama a atenção na programação contínua é “agressão física”. Se se analisar a programação dos quatro canais, tomando-se as 8 (oito) horas diárias, contabiliza-se o impactante total de 397 ocorrências para tal evento. Ou seja, se se dividir esse valor pelo tempo total de gravação, que é de 256 horas, tem-se o impressionante valor de uma ocorrência e meia (1,5) do evento “agressão física” para cada hora de programação. Por exemplo, no dia 1.º de abril de 2003, o SBT exibiu 13 (treze) ocorrências de agressão física no período situado entre 15 e 18 horas. Valor idêntico foi encontrado na semana seguinte, no dia 9 de abril, mas no período das 20 às 23 horas. Outros valores, ainda referentes à agressão física, que saltam aos olhos são os referentes ao dia 17 de abril, na Rede Globo, no período entre 9 e 11 horas, com 17 (dezesete) ocorrências, e ao dia 19 de maio, na Rede Bandeirantes, no período das 20 às 23 horas, com 24 (vinte e quatro) ocorrências. Importante lembrar aqui, para efeito de análise, que os dados tratados nesse momento referem-se tão-somente à **programação contínua** das quatro emissoras. Ainda será analisada a sua programação específica, a qual se sabe ser dotada de conteúdo violento, tanto assim que se procedeu à sua gravação. Por isso mesmo, os valores até aqui explicitados ganham peso, visto estarem diluídos

pelo horário contínuo da programação desses quatro canais, o que torna impossível qualquer controle dos pais sobre o que as crianças assistem.

Um outro evento que se mostra com elevado valor é “agressão verbal”. A título de comparação, tome-se a data de 17 de abril de 2003 para os canais Rede Globo, SBT e Rede Bandeirantes. Na Rede Bandeirantes, no período entre 20 e 23 horas, encontra-se um total de 11 (onze) ocorrências para “agressão verbal”. No mesmo dia, contudo em período mais cedo, das 15 às 18 horas, são contabilizados 12 (doze) situações envolvendo o mesmo evento. E no mesmo dia e na mesma hora, a Rede Globo apresentou 16 (dezesesseis) ocorrências de “agressão verbal”. Esse dado é importante porque demonstra que, independentemente do canal, e mesmo em períodos de tempo idênticos, pode-se encontrar, em alguns casos, um padrão para a sucessão de eventos análogos.

Um evento que também registra valor elevado é o “patrimônio”, ou seja, crimes contra o patrimônio particular, por exemplo, roubo, furto etc., ou dano ao patrimônio público. Nesse caso, para as quatro emissoras, o valor total foi o seguinte: Rede Globo, 60; SBT, 51; Rede Record, 26; Rede Bandeirantes, 20; o que totaliza a quantidade de 157 ocorrências diluídas pela programação. Para efeito de análise, nas duas redes em que os valores são mais altos, Rede Globo e SBT, os maiores concentram-se no período da tarde, das 15 às 18 horas (supostamente horário para crianças, babás e avós), faixa em que, nos dois canais, há um predomínio da exibição de filmes. Logo se conclui que independentemente do horário, as emissoras não apresentam o cuidado devido com o conteúdo dos filmes exibidos (e mesmo de novelas, que também se localizam nesse espaço de tempo).

Para encerrar a análise da programação contínua, seguem os valores totais dos eventos por rede de televisão, em ordem decrescente.

Quadro 32					
Total dos eventos da Programação Contínua das 4 emissoras.					
	Rede Globo	SBT	Rede Record	Rede Bandeirantes	Total
Agressão física	133	123	53	88	397
Morte	27	126	62	53	268
Agressão verbal	66	74	14	48	202
Patrimônio	60	51	26	20	157
Droga	22	12	21	22	77
Denúncias não criminosas	0	7	11	19	37
Preconceito	8	9	6	11	34
Fome/ Miséria	0	0	13	0	13
Tortura	0	4	0	2	6

Embora o evento “agressão física” represente, na somatória, o valor mais alto, com 397 ocorrências (principalmente nas redes Globo e Bandeirantes), o evento “morte” apresenta um valor mais alto que aquele em duas emissoras em específico: SBT e Rede Record, com 126 e 62 ocorrências, respectivamente. Um outro valor que, embora quando comparado com os demais, totaliza um valor menor, que também se faz significativo, é o número referente ao evento “droga”, com um total de 77 ocorrências.

Mais uma vez é importante ressaltar que os dados vistos até aqui referem-se à programação contínua, que toma programas infantis, filmes, novelas, variedade, entretenimento, notícias, esportes etc., ou seja, no primeiro levantamento, que abrangeu 256 horas de gravação de emissoras de televisão, não houve qualquer preocupação em dirigir a gravação para um tipo de

programa. Como já dito, estabeleceu-se um período de horas diárias e se processou à captura da programação exibida pelas emissoras naqueles períodos em específico. Ou seja, o que as emissoras exibiram, independentemente do tipo de programa, foi registrado. E ainda assim pôde-se notar valores significativos de algumas ocorrências de situações de violência.

O momento seguinte refere-se ao segundo levantamento de dados televisivos, havendo, aqui, a preocupação em registrar o conteúdo de programações específicas, nas quais há a exploração da violência de forma sensacionalista.

Em relação a essa programação, importante ressaltar que será introduzido o evento “preconceito”, fortemente dotado de violência, ainda que às vezes simbólica (BOURDIEU e PASSERIN, 1975), evento este que foi retirado da análise da programação contínua porque nela se apresentava incipiente. Sabendo-se, porém, que o preconceito se apresenta, muitas vezes, de forma sutil, conforme demonstrado por WHITAKER (2005), não se tem aqui a intenção de afirmar que ele não apareceu na programação contínua. O que se passa é que, dado seu caráter maquiavélico, sutil e simbólico, o preconceito exige instrumental específico para ser captado e mereceria, por si só uma Tese. No entanto, na programação específica, pela natureza dessa programação, conforme poderá se ver, o preconceito aparece de forma aberta, por razões que serão explicadas no momento da análise.

4.2.2.2) Programação específica

Para além da gravação de 256 horas da programação contínua dos quatro canais já explicitados, houve a necessidade de proceder, também, à gravação de **programas específicos** que pudessem expor algum conteúdo de caráter violento, realizando-se, assim, um segundo levantamento, até mesmo para proceder a uma comparação. Tal levantamento teve por alvo programas nos quais a violência é exposta de forma espetacular, tendo como objetivo oferecer à notícia um cariz de *show*, a fim de atrair cada vez mais a audiência, e abrangeu o espaço de tempo entre os dias de 11 de agosto de 2003 e 21 de agosto de 2003.

Dessa forma, como já dito anteriormente, as gravações concentraram-se nas seguintes emissoras e seus respectivos programas: **Rede Globo**, “**Jornal Nacional**” (dos dias 11 a 16 de agosto de 2003) e “**Linha Direta**” (dos dias 14 de agosto e 21 de agosto de 2003); **Rede Record**, “**Jornal da Record**” (dos dias 11 a 16 de agosto de 2003) e “**Cidade Alerta**” (dos dias 11 a 16 de agosto de 2003); **Rede Bandeirantes**, “**Jornal da Band**” (dos dias 12 a 16 e 18 de agosto de 2003) e “**Brasil Urgente**” (11 a 12, 14 a 15 e 18 de agosto de 2003). Importante lembrar que, conforma já exposto, à época em que foram realizadas essas gravações, o SBT não contava com uma programação específica, tanto assim que nem mesmo havia um setor de telejornalismo.

Assim, como no caso da programação contínua, expor-se-á os quadros com os dados para, na seqüência, proceder à análise.

Quadro 33
Eventos – Programação Específica - Rede Globo (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Preconceito	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
GLOBO	20:10 às 21:00	11/08/03	Jornal Nacional	-	5	1	-	5	-	-	1	1
	20:10 às 21:00	12/08/03	Jornal Nacional	4	8	1	-	4	2	-	-	2
	20:10 às 21:00	13/08/03	Jornal Nacional	2	3	-	-	1	1	-	-	-
	20:10 às 21:00	14/08/03	Jornal Nacional	3	3	-	-	-	2	-	-	2
	22:30 às 23:00	14/08/03	Linha Direta	17	9	1	-	2	-	1	1	2
	20:10 às 21:00	15/08/03	Jornal Nacional	3	1	-	-	5	-	-	-	2
	20:10 às 21:00	16/08/03	Jornal Nacional	2	3	-	-	3	2	-	-	2
	22:30 às 23:00	21/08/03	Linha Direta	24	18	6	-	18	-	2	1	1
Total				55	50	9	0	38	7	3	1	9

Quadro 34
Eventos – Programação Específica - Rede Record (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Preconceito	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
RECORD												
	17:40 às 19:35	11/08/03	Cidade Alerta	51	40	34	-	18	25	6	20	5
	19:35 às 20:30	11/08/03	Jornal da Record	10	7	1	-	8	-	5	2	2
	17:40 às 19:35	12/08/03	Cidade Alerta	2	52	18	-	40	30	18	12	2
	19:35 às 20:30	12/08/03	Jornal da Record	5	4	-	-	12	3	-	-	14
	17:40 às 19:35	13/08/03	Cidade Alerta	36	25	45	-	17	15	19	31	8
	19:35 às 20:30	13/08/03	Jornal da Record	5	4	-	-	11	7	1	-	-
	17:40 às 19:35	14/08/03	Cidade Alerta	73	37	17	-	20	19	6	19	-
	19:35 às 20:30	14/08/03	Jornal da Record	12	3	2	1	6	2	1	3	-
	17:40 às 19:35	15/08/03	Cidade Alerta	70	43	11	-	15	12	2	15	1
	19:35 às 20:30	15/08/03	Jornal da Record	8	3	-	-	13	3	1	-	7
	17:40 às 19:35	16/08/03	Cidade Alerta	14	30	10	-	40	16	6	18	-
	19:35 às 20:30	16/08/03	Jornal da Record	4	2	-	-	5	4	-	-	8
Total				290	250	138	1	205	136	65	120	47

Quadro 35
Eventos – Programação Específica - Rede Bandeirantes (em números absolutos)

Emissora	Horário	Dia	Tipo de programa + Comercial	Morte	Agressão física	Agressão verbal	Tortura	Patrimônio	Droga	Preconceito	Denúncias não criminosas	Fome/ Miséria
BAND												
	17:45 às 19:35	11/08/03	Brasil Urgente	31	22	23	-	-	9	7	28	-
	17:45 às 19:35	12/08/03	Brasil Urgente	-	19	6	-	21	4	23	5	-
	19:40 às 20:20	12/08/03	Jornal da Band	4	10	-	-	12	-	8	-	-
	19:40 às 20:20	13/08/03	Jornal da Band	14	5	6	1	12	5	17	8	1
	19:35 às 20:15	14/08/03	Jornal da Band	-	-	-	-	-	5	1	-	-
	17:45 às 19:35	14/08/03	Brasil Urgente	9	8	2	-	17	1	2	-	-
	17:45 às 19:35	15/08/03	Brasil Urgente	90	61	6	-	18	2	1	-	-
	19:35 às 20:15	15/08/03	Jornal da Band	3	-	-	-	2	1	1	-	-
	19:40 às 20:20	16/08/03	Jornal da Band	4	10	1	-	14	-	-	-	-
	17:50 às 19:15	16/08/03	Brasil Urgente	20	60	35	-	47	-	-	29	-
	17:50 às 19:15	18/08/03	Brasil Urgente	81	53	12	-	32	15	-	12	-
	19:40 às 20:20	18/08/03	Jornal da Band	6	9	2	-	15	-	-	-	-
Total				262	257	93	1	190	42	60	82	1

Como se pode notar, o total dos eventos da programação específica se mostra bem maior do que o da programação contínua, que, ainda assim, como se viu, já sinalizava, em alguns momentos, com números preocupantes no tocante aos eventos relativos à violência.

Voltando o foco à programação específica, e em especial à Rede Globo, vê-se, por exemplo, 55 (cinquenta e cinco) ocorrências relativas à morte, sendo que desse total 14 (quatorze) se dão no “Jornal Nacional” e 41 (quarenta e uma) estão relacionadas ao programa “Linha Direta”. Ou seja, se se tomar a média das seis datas registradas do “Jornal Nacional”, há 2,33 situações de “morte” por dia, o que já apresenta um valor considerável. Já o programa “Linha Direta”, exibido em duas datas, apresenta a significativa média de 20,5 referências à ocorrência morte. Dessa forma, muito provavelmente, os 29% das crianças que, na pesquisa nas escolas de Poços de Caldas, disseram gastar 4h por dia do seu tempo livre assistindo televisão, mesmo devido ao horário avançado, têm contato com mais de 20 situações envolvendo o evento “morte” isso em apenas dois dias de programa.

O segundo valor mais alto, ainda nos programas da Rede Globo, refere-se ao evento “agressão física”, com o total de 50 ocorrências, sendo 23 que aparecem no “Jornal Nacional” e 27 no “Linha Direta”, demonstrando aqui um equilíbrio maior do que o evento anterior, porém que conduz à seguinte constatação: devido ao horário do telejornal, mais cedo do que o programa Linha Direta, as crianças que assistem 3h por dia de televisão à noite – e por que não as que vêm 2 horas? – podem ter tido contato com 23 situações envolvendo agressões físicas, o que oferece a média de 3,8 situações diárias

de contato com algum tipo de referência à agressão física, mesmo assistindo apenas ao “Jornal Nacional”.

Um outro dado que chama a atenção relaciona-se ao evento “patrimônio”, com um total de 38 ocorrências, sendo 18 para o “Jornal Nacional” e 20 para o “Linha Direta”, também demonstrando um equilíbrio. Ou seja, quando se trata de notícias acerca de roubo ou furto de carro, casa, de algum dano a patrimônio público, fica claro que há uma exploração dessas ocorrências por parte da televisão, indicando realmente aquela dramatização da violência já citada e explorada em momento anterior. Tanto assim que isso ocorre em um programa semanal (média de 10 ocorrências por programa) quanto em um diário (média de 3 ocorrências por programa).

A título de comparação, veja-se um quadro com os dois tipos de programação, a contínua e a específica, referente à “Rede Globo”.

Quadro 36		
Programação Contínua e Programação Específica - Rede Globo (em números absolutos)		
Eventos	Programação Contínua	Programação Específica (Jornal Nacional + Linha Direta)
Morte	15	137
Agressão física	59	102
Agressão verbal	22	27
Tortura	0	0
Patrimônio	17	100
Droga	7	10
Preconceito	3	27
Denúncias não criminosas	0	7
Fome/miséria	0	18
Total de eventos	93	428

Ao se comparar os dois tipos de programação, tem-se claro que todas as ocorrências apresentam um aumento significativo de valores, chegando mesmo a atingir, em alguns casos da programação específica, 9 vezes mais que a programação contínua, como quanto ao evento “morte”, ou quase 6 vezes mais quanto ao evento “patrimônio”. As únicas ocorrências que apresentam equilíbrio são “agressão verbal”, com 22 (vinte e dois) e 27 (vinte e sete) casos na programação contínua e específica, respectivamente, e “droga”, com 7 (sete) e 10 (dez) casos para situação idêntica.

Tomando-se na seqüência a programação específica da “Rede Record” os valores saltam aos olhos se comparados à programação contínua e mesmo se comparados com a programação específica da “Rede Globo”. Por exemplo, quanto ao evento “morte”, enquanto na programação específica da “Rede Globo” há a somatória de 55 ocorrências, na “Rede Record”, esse valor salta para mais de 5 (cinco) vezes (5,2 para ser exato), totalizando 290 ocorrências em 6 (seis) datas apenas. Esse valor divide-se entre os programas “Jornal da Record” – com 44 ocorrências – e “Cidade Alerta” – com o alarmante valor de 246 ocorrências referentes à “morte”. Ou seja, dos dias 11 de agosto de 2003 a 16 de agosto de 2003, o programa “Cidade Alerta” fez menção em 41 vezes de alguma situação relacionada à “morte”. Importante notar o horário do programa, que abrange um período vespertino e um período noturno, das 17:40 às 19:35, período em que pessoas de qualquer faixa etária têm acesso ao seu conteúdo.

Seguindo a linha da dramatização da violência (assim como na “Rede Globo”), o total de ocorrências referentes ao evento “patrimônio” também se mostra elevado na Rede Record, com 205 situações (5,3 vezes maior do

que o total da “Rede Globo”), sendo que nesse caso o maior valor se encontra no programa “Cidade Alerta”, com 150 ocorrências contra 55 do “Jornal da Record”, que ainda assim se constitui em um valor elevado.

Outros valores altos referem-se aos eventos “agressão física” e “agressão verbal”, com 250 e 138 ocorrências, respectivamente, se se tomar os dois programas específicos analisados. Essa agressão verbal, na maioria das vezes, parte do próprio apresentador, que, incorporando um tipo agressivo, irreverente, propositalmente sem educação e munido de um discurso sensacionalista como se fosse um “justiceiro” da televisão, brada, protesta, clama veementemente por justiça, renegando a qualidade humana dos marginais focados nas reportagens, reduzindo-os a uma condição não humana.

Chamam a atenção aqui dois tipos de eventos que na programação contínua mostraram valores relativamente pequenos, que são “droga” e “denúncias não criminosas”. Se se considerar que naquele tipo de programação, tomadas as quatro emissoras, o total dos eventos relativos à “droga” atingiu o valor de 77 ocorrências e à “denúncias não criminosas” o valor de 37 casos, salta aos olhos que na programação específica, apenas no caso da “Rede Record”, esse valor atinja, no que se refere à “droga”, 136 ocorrências e à “denúncia não criminosas”, 120 ocorrências. Ou seja, um pouco menos que o dobro na primeira e um pouco mais que três vezes na segunda. Um dado relevante é que há uma manutenção de padrão da divisão dos eventos por tipo de programa. Enquanto, do total de 136 ocorrências de “droga”, 117 surgem no programa “Cidade Alerta”, do total de 120 situações referentes a “denúncias não criminosas”, 115 estão presentes no mesmo programa. Isso demonstra – e reforça – que os programas sensacionalistas

realmente se constituem no espaço ideal para a exploração de situações de violência, oferecendo aos telespectadores um mundo interpretado e explorado por essas emissoras, que terminam, como já visto, por atender os interesses e a preocupação do mercado e principalmente das instituições governamentais e privadas.

Assim como em relação à emissora anterior, segue abaixo um quadro comparativo dos valores, separados pelos dois tipos de programação.

Quadro 37 Programação Contínua e Programação Específica - Rede Record (em números absolutos)		
Eventos	Programação Contínua	Programação Específica (Jornal da Record + Cidade Alerta)
Morte	44	290
Agressão física	38	250
Agressão verbal	7	138
Tortura	0	1
Patrimônio	15	205
Droga	17	136
Preconceito	3	65
Denúncias não criminosas	6	120
Fome/miséria	6	47
Total de eventos	136	1252

Se comparada com a “Rede Globo”, na qual a diferença, no que respeita ao total geral dos eventos, entre a programação específica e a contínua é de um pouco mais de 4,5 vezes (428 por 93), a “Rede Record” apresenta o valor de mais de 9 vezes para a diferença entre os tipos de programação. Tem-se, aqui, portanto, um valor elevadíssimo que realmente sinaliza para uma exploração máxima de conteúdo violento, principalmente por parte de programas específicos.

Ao se analisar o conteúdo específico referente à “Rede Bandeirantes”, tem-se uma similaridade com o conteúdo da “Rede Record”.

Assim como na anterior, os eventos referentes à programação específica da “Rede Bandeirantes” que apresentam os valores mais altos são “morte”, “agressão física” e “patrimônio”, com 262, 257 e 190 ocorrências, respectivamente. Faz-se necessário alertar que a maior parte dessas ocorrências está contida no programa “Brasil Urgente”. No caso do evento “morte”, são 231 ocorrências ali contra 31 no “Jornal da Band”. Situação idêntica se dá com o evento “agressão física”, com 223 ocorrências no primeiro e 34 na segunda. E finalmente, quanto ao evento “patrimônio”, tem-se 135 no “Brasil Urgente” contra 55 no “Jornal da Band”.

Importante, também, nesse caso, a comparação entre os dados relativos aos dois tipos de programação.

Quadro 38 Programação Contínua e Programação Específica - Rede Bandeirantes (em números absolutos)		
Eventos	Programação Contínua	Programação Específica (Jornal da Band + Brasil Urgente)
Morte	44	253
Agressão física	82	249
Agressão verbal	14	91
Tortura	2	1
Patrimônio	12	173
Droga	18	41
Preconceito	9	58
Denúncias não criminosas	24	82
Fome/miséria	0	1
Total de eventos	205	949

Na grande maioria dos eventos, o valor da programação específica se faz altamente superior se comparada à programação contínua, como no caso de “morte”, que apresenta um valor 5,7 maior, “agressão verbal”, com valor 6,5 maior, e “patrimônio”, com o valor de 14,4 maior.

A partir da exposição dos dados referentes à programação específica das três emissoras, fica clara a semelhança existente entre a grade de programação e conteúdo principalmente entre as emissoras “Rede Bandeirantes” e “Rede Record”. Demonstra-se, assim, a existência de um padrão no tocante ao formato desses programas ditos sensacionalistas. Tanto em um caso como em outro, há a exploração – exaustiva – de eventos relacionados à violência.

Poder-se-ia considerar que a “Rede Globo” foge desse padrão. Contudo isso se dá apenas e tão-somente em relação ao formato do programa, já que, quando se analisa o conteúdo de um programa em específico da “Rede Globo”, no caso “Linha Direta”, que possui seu eixo voltado para a violência, percebe-se que há, sim, uma proximidade em relação às outras duas emissoras, senão em quantidade, mas em qualidade, em conteúdo, já que ali também há a exploração do conteúdo violento e da dramatização da violência, uma vez que, contrariamente aos demais, nos quais o apresentador busca fazer as vezes do “justiceiro”, nesse caso em específico o próprio programa como um todo se reveste dessa condição e a reproduz aos telespectadores.

Outro dado extremamente relevante é o de que, no que se refere à programação específica, embora os valores dos telejornais (“Jornal Nacional”, “Jornal da Record” e “Jornal da Band”) sugiram um número baixo, na verdade, tal número apresenta essa condição em sua comparação com os demais

programas. Assim, quando o “Jornal Nacional” exibe, em 6 dias de programa, 14 (quatorze) ocorrências do evento “morte” ou 18 (dezoito) ocorrências referentes à “agressão física”, esse valor possui uma representatividade. O mesmo acontece com o “Jornal da Record”, com 44 (quarenta e quatro) ocorrências do evento “morte” ou 55 (cinquenta e cinco) situações referentes à “patrimônio”, também em 6 dias, o que dá uma média, por dia, de 7,3 para o primeiro evento e mais de 9 para o segundo. Assim ocorre, o que demonstra também um padrão, no “Jornal da Band” com 34 (trinta e quatro) ocorrências referentes ao evento “agressão física”.

Dessa forma, faz-se necessário esse alerta, uma vez que, no tocante à programação específica, se se deixar influenciar apenas pelos dados referentes aos programas sensacionalistas, olvidando os telejornais, corre-se o risco de se considerar que os telejornais não exibem conteúdo violento, ou se exibem, o fazem de forma mais branda. Através dos dados expostos até aqui, fica comprovado que tal situação não condiz com a realidade, e que seu teor, na maioria das vezes, pende, sim, para a exibição e a exploração de um conteúdo violento.

4.2.2.3) Algumas considerações pertinentes de nota

Para expor as considerações que se julgam relevantes deste capítulo, segue abaixo o quadro final, com os números totais da programação contínua e específica das quatro emissoras, com destaque aos três eventos de maior ocorrência por emissora.

Quadro 39 Total dos eventos para os 4 canais – Programação Contínua e Programação Específica										
Canal	Rede Globo		SBT		Rede Record		Rede Bandeirantes		Total	
	Programação Contínua	Programação Específica*	Programação Contínua**	Programação Específica***	Programação Contínua	Programação Específica***	Programação Contínua	Programação Específica****		
Morte	27	137	126	62	53	290	53	253		948
Agressão física	133	102	123	53	88	250	88	249		998
Agressão verbal	66	27	74	14	48	138	48	91		458
Tortura	0	0	4	0	2	1	2	1		8
Patrimônio	60	100	51	26	205	205	20	173		635
Droga	22	10	12	21	22	136	22	41		264
Preconceito*****	-	27	-	-	-	65	-	58		368
Denúncias não criminosas	0	7	7	11	19	120	19	82		246
Fome/ Miséria	0	18	0	13	47	47	0	1		79

* Jornal Nacional + Linha Direta
** O SBT não apresenta programação específica
***Cidade Alerta + Jornal da Record
**** Brasil Urgente + Jornal da Band
***** Não houve a quantificação do evento preconceito na programação contínua, o que está devidamente justificado anteriormente.

Somados todos os eventos dos dois tipos de programação das quatro emissoras, tem-se por ordem decrescente: “**agressão física**”, com 998 (novecentos e noventa e oito) ocorrências; “**morte**”, com 948 (novecentos e quarenta e oito) ocorrências; “**patrimônio**”, com 635 (seiscentos e trinta e cinco) ocorrências.

Importante também destacar o evento “**preconceito**”, com 368 (trezentos e sessenta e oito) ocorrências, concentradas na programação específica principalmente das redes Record e Bandeirantes. O que explica um número tão elevado desse evento é a postura dos apresentadores dos tais programas sensacionalistas que, mediante qualificações jocosas, hostis, intolerantes, revestem os marginais – ali explorados enquanto um produto a ser vendido – de uma condição subhumana, desvalida, de exclusão, como se ele não devesse fazer parte da sociedade, já que se trata (na concepção deles) de um ser que não possui as regras sociais introjetadas e que não as reproduz, preferindo contornar tais regras, em busca de uma determinada meta social, e que por isso mesmo não merece a qualificação de um ser social. Para reforçar essa questão, veja-se Mello (1998, pp. 193 e 194):

No que diz respeito à violência, sobretudo à violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se do estereótipo e gera os estigmas. (...) Trata-se de caracterizar toda uma população como perigosa, indigna de confiança. Mas a arma usada é ainda a palavra, acrescida da imagem. Pois os programas televisivos são os mais poderosos. (...) São clara e abertamente preconceituosos, grosseiros, abusando da desvalia das pessoas para invadir suas casas, denegrir os bairros pobres e seus habitantes.

De acordo com os dados, fica claro que dentre as emissoras, de abrangência nacional, selecionadas para este estudo (Rede Globo, SBT, Rede Record e Rede Bandeirantes), quando tomada a programação contínua nos mais diversos gêneros de programação (infantil, filmes, novelas etc.) a violência prevalece em todos os canais. O mesmo ocorre nas programações específicas (noticiários e programas com apelos violentos), onde há um aumento significativo na contagem de eventos, o que confirma a permanência de programações em que o principal atrativo é a abordagem de temas ligados à violência. Assim, torna-se especialmente preocupante a frequência com que os eventos aparecem nas programações das quatro emissoras. A mídia exalta a violência nos telejornais, nos filmes, nas novelas, nos seriados, nos programas infantis, esportivos, *talk shows*, comerciais e coberturas ao vivo, nos quais o apelo violento é constante.

Tomando-se especificamente as crianças (que foi um dos objetos de estudo desta pesquisa) tem-se que, neste contexto, a violência – sempre presente – exerce uma influência sobre elas de forma bastante acentuada. Como receptora das mensagens veiculadas pela televisão, a criança recria o que vê e ouve, segundo suas experiências, num processo de mudança constante e interativa, num processo de aprendizagem de atitudes e troca de conhecimento. A exposição das crianças às programações pode influenciar em seus comportamentos. Além de passarem a encarar a violência como algo banal (dessensibilização à violência), também se tornam mais agressivas, justamente por serem mais vulneráveis e facilmente impressionáveis. De acordo com Popper e Condry (1999, p. 37), as crianças apresentam dificuldade

em “fazer a triagem das informações provenientes de cada um destes diferentes contextos, (...) em distinguir a realidade da ficção”.

Por exemplo, uma criança que assistiu ao “Jornal da Band”, no dia 16 de agosto de 2003, conforme os dados do Quadro 34, ficou exposta a aproximadamente 30 (trinta) cenas de violência. Imagine-se que tal padrão de mantenha pelos outros dias. Em um mês a estatística subiria para 900 (novecentos); em um ano, para 10.800 (dez mil e oitocentos).

Se se utilizar o Quadro 33, no que diz respeito ao programa “Cidade Alerta”, referente ao dia 11 de agosto de 2003, a criança ficará exposta a 199 (cento e noventa e nove) situações envolvendo alguma forma de violência. Em um mês, se se seguir caminho idêntico ao anterior, em um mês seriam 5970 (cinco mil novecentos e setenta), e em um ano, essa criança ficará exposta a aproximadamente 71.650 ocorrências de algum tipo de evento violento.

Retomando o Quadro 34 e o programa “Brasil Urgente”, como a somatória dos eventos corresponde a 6 dias de gravação, essa mesma criança ficaria exposta, em um ano, a 13.860 (treze mil oitocentos e sessenta) situações envolvendo mortes, a 13.380 (treze mil trezentos e oitenta) agressões físicas, a 8.212 (oito mil duzentas e doze) agressões verbais e a 8.100 (oito mil e cem) cenas de furto, roubo e destruições patrimoniais.

As quantificações são inúmeras, e sempre geram uma sensação de incômodo e reflexão.

Para Ramonet (1997), essa situação afeta terrivelmente as crianças que assistem a esses programas. Primeiro, pelo impacto das imagens e, segundo, pela reação da família frente a estas exposições: a ansiedade é muito

forte. “Este efeito de ansiedade se traduz em uma violência psicológica que pode marcar o ânimo da criança, impressioná-la e perturbá-la” (p. 71).

Para além das crianças, há que se considerar também que o cotidiano dos adolescentes e dos adultos está significativamente associado à programação televisiva. Dessa forma, a representação da violência tem encontrado o seu próprio espaço de realização.

Pela análise dos eventos, identifica-se que as emissoras evidenciam uma violência apelativa, fundamentada na exploração das imagens da violência, e a exibição dos fatos concentra-se principalmente nos eventos “morte” e “agressão física”.

A banalização dos programas baseados na exploração das imagens de violência apresenta um mesmo perfil, pois são fabricados através de estratégias narrativas onde cada caso se transforma em um grande espetáculo, seguindo um roteiro em que os personagens são os apresentadores, vítimas, familiares, amigos, agressores e autoridades. Assim, ao telespectador é entregue uma violência não vivida, mas apenas vista, pois a exposição à violência produzida pela TV transforma o fenômeno da violência em algo irreal e a violência passa a fazer parte do cotidiano daqueles que nunca a confrontaram enquanto uma experiência vivida. A violência de que se cuida hoje não é uma violência qualquer, que contrarie, em linhas gerais, o direito ou a justiça, mas de um fenômeno de comunicação, que passa de uma pessoa para outra, e a todos afeta. Trata-se, portanto, do eixo teórico que conduziu o capítulo 3, a *dramatização da violência*.

Desta forma, tanto a visão das crianças como a dos adolescentes e dos adultos fica dominada pelas imagens simuladas da violência. E a situação

se torna mais séria, visto que, de acordo com Marcondes Filho (1994, pp. 67 e 68), o telespectador, “ao assistir o noticiário e tomar conhecimento desses fatos que acontecem e que são praticamente constituídos para serem veiculados pela televisão, constrói a partir daí sua visão do que se passa nos mundo. Seu mundo, portanto, é um conjunto de cenas imaginárias”. Contudo, há que se relativizar, já que ainda de acordo com o Marcondes Filho (1994, p. 69), “há certas situações em que essas imagens não são exatamente forjadas”, como por exemplo o aumento dos combustíveis, a queda de um avião, um desastre natural etc.

Estas imagens transcendem a realidade da própria violência. As imagens são verossímeis e não verdadeiras, pois a coincidência promovida pela televisão entre o real e a imagem, entre a realidade e a ficção, provoca a perda de valores que deveriam ser reforçados, como a vida, a solidariedade, o respeito às diferenças e outros. Há uma concentração em torno da violência, como solução para qualquer situação. Essa exposição visual equivocada transforma-se em representação da violência, onde os fatos só existem quando são veiculados pela televisão. Perde-se a noção exata da dimensão, porque a imagem tem o seu poder criativo independente do tempo e do espaço, tornando-se repetitiva e persistente e demonstrando que a violência está sempre presente. Neste contexto de insegurança, solidifica-se também a “cultura” do medo, na qual os valores individualistas influenciam na rotinização da violência.

A própria televisão se alimenta da “cultura” do medo e da violência. Por ser a indústria cultural um setor econômico, financeiro e tecnológico, é a audiência que determina quem serão os futuros investidores, a fórmula

“medo/violência” torna-se bastante lucrativa. Para Popper e Condry (1999, p. 37):

A violência, o sexo, o sensacionalismo são os meios a que os produtores de televisão recorrem mais facilmente: é uma receita segura, sempre apta a seduzir o público. E, se este acaba por se cansar, basta aumentar a dose.

Exatamente por isso que existe toda uma campanha de medo e de consumo, e que deriva da idéia básica de que “se você mantiver as pessoas aterrorizadas, elas consumirão”.⁸²

Após as análises de conteúdo e identificação dos programas exibidos, também foi constatada uma linguagem uniforme para os acontecimentos protagonizados por pessoas pobres e delinqüentes. Os programas televisivos agrupam os excluídos, tanto por suas condições objetivas de pobreza quanto por seus atributos de delinqüência. Mesmo entre as diversas emissoras, os discursos dão homogeneidade à denominação. Os discursos que dariam lugar à heterogeneidade permanecem no limbo das coisas que não são ditas e apenas denominadas, o que acarreta um silêncio no próprio ato de nomear. Uma boa referência encontra-se quando as imagens apresentam, por exemplo, agricultores caminhando, por uma estrada, e o discurso televisivo nos oferece a denominação “sem-terra”, tornando por definitiva sua passagem de trabalhador rural para a condição de não possuidor de propriedade agrícola, um sem-terra

Para uma mídia televisiva, viciada em imagens de impacto e violência, a fome e a miséria deixam de ser mostradas ou o são, em muito menor quantidade (79 ocorrências no total geral, de acordo com o quadro 38),

⁸² Moore, M., **Tiros em Columbine**, 2002.

sendo o evento de menor valor de exposição de acordo com a pesquisa. Isso ocorre exatamente porque a condição de fome e miséria fere o objetivo principal da televisão que é o de captar a atenção do público e mantê-la, para que os anunciantes vendam os seus produtos.

A tragédia social não é um bom produto para se vender e mesmo quando é trabalhada pela mídia, não recebe um tratamento adequado. Desta forma, percebe-se, por exemplo, que o tráfico de homens, mulheres, crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual ou tráfico de órgãos, o trabalho escravo, o uso de mão-de-obra infantil, a servidão por dívidas, entre outros, não captam a atenção do telespectador e isto provoca um desvio da informação correta. O telespectador aceita estas imagens como uma fatalidade da condição humana porque estes personagens foram eternamente condenados pela mídia àquela condição de vida e nada podem reivindicar.

Pessoas pobres e delinquentes são construídas como objetos do discurso televisivo. Através das narrativas, o telespectador pouco sabe sobre eles como indivíduos porque, segundo a ótica televisiva, os excluídos normalmente se confundem com o acontecimento que os transformam em notícia. Eles não têm história porque fazem parte da história da exclusão social disciplinada e sujeitada às regras da linguagem televisiva. Tipos heterogêneos, como as crianças que vivem na rua, tornam-se rotulados como “inimigos sociais”, mas as suas condições de seres excluídos não são ditas porque a própria linguagem em seu exercício de excluir, opera a discriminação: o “menor de rua” é favelado, não tem família, não precisa de estudo e não tem futuro, pois o sistema que gera estes menores não é sequer discutido pela televisão. A partir deste reconhecimento, é possível criar a resposta de que a mensagem

recebida é natural, faz parte da natureza humana e está compreendida entre os “males da humanidade”. Desse modo, a manipulação da linguagem construída, como prática social excludente, torna-se sustentada pelos que aderem a esta linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, após todo o percurso teórico e metodológico completado até aqui, cumpre reconhecer o caráter ambíguo da comunicação televisiva.

Em determinado momento, nesta Tese, reconheceu-se que o conteúdo da programação televisiva do Brasil não se reduz exclusivamente a aspectos negativos. É preciso, portanto, destacar o seu lado positivo, presente, por exemplo, no conteúdo das TVs educativas, que têm por objetivo fornecer à sociedade informações de interesse público, com base em um aperfeiçoamento educativo, tendo em vista a alteração qualitativa dessa sociedade.

Porém, o objetivo pretendido foi o de mostrar, sim, o lado perverso do conteúdo da TV brasileira, e a predominância desse lado em específico. Para tal proposta, entretanto, procurou-se, para longe de um reducionismo, discutir, da forma mais ampla possível, determinados conceitos, que se constituíram nos pilares desta Tese, como por exemplo, a violência. Espera-se ter ficado nítido que a sua relação com a criminalidade, com a qual, muitas vezes, se imiscui, representa algo reducionista e, em conseqüência, danoso, visto que tal confusão conceitual termina por facilitar a propagação do fenômeno da dramatização da violência.

Dessa forma, a sociedade brasileira, cada vez em grau maior, vive o clima da violência, que termina por ocupar um espaço relevante no dia-a-dia das pessoas. Tal condição se intensifica graças aos meios de comunicação de massa – sobretudo a televisão – que se constituem nos principais propagadores do fenômeno da dramatização da violência. Essa dramatização

mostra-se diluída no conteúdo da programação das emissoras de televisão, que, por vezes, desvirtuam o real significado da violência, terminando por mostrá-la em um nível muito mais intenso do que na verdade ela possui. Sendo a televisão o principal agente transmissor de comunicação, superando em número e em horas de audiência qualquer outro meio, tal proposta acaba tendo êxito, uma vez que o público introjeta e traduz com fidelidade a visão da sociedade cada vez mais violenta.

Como já dito, buscou-se uma amplitude do conceito de violência. Mas tal amplitude não foi puramente conceitual. Houve que se demonstrar a sua relação com outros fenômenos, como por exemplo a exclusão social e a Globalização. Em relação ao primeiro ficou demonstrado que há a possibilidade de relação entre a exclusão social e a violência: um dos efeitos do processo de exclusão é a ocorrência de práticas violentas, já que tal ação provoca o surgimento de um processo de insegurança, angústia e temor.

No que se refere à Globalização, para além de destacar aqui questões acerca do seu surgimento e manutenção, cabe notar que a Globalização pode estar significando também a Globalização da violência, já que o desenvolvimento acentuado no campo tecnológico produziu, entre outras coisas, uma rede planetária de comunicação cada vez mais veloz o que permite, hoje, o acesso de uma grande parcela da humanidade às especificidades dos conteúdos culturais das mais variadas nações, incluído aí o fenômeno da violência. Dessa forma, pode-se considerar também a existência de uma circulação globalizada de expressões violentas.

Outra questão que cumpre chamar a atenção é a relação entre o conteúdo da programação televisiva e o telespectador, particularmente a

criança. Para tanto, foram elencados dados referentes a alguns estudos em específico, os quais demonstram que a exposição à violência da televisão ajuda a conformar um comportamento agressivo. Em um desses estudos ficou comprovada a produção de efeitos nocivos nas crianças expostas a tal conteúdo, como por exemplo a imitação do comportamento violento e a dessensibilização em relação à violência.

Embora a intenção desta Tese não tenha sido a de analisar as conseqüências advindas da exposição à programação da televisão por parte dos telespectadores, os conteúdos dos estudos acima citados são extremamente pertinentes.

Ficou comprovado, a partir da análise de um caso específico sobre as atividades gastas por crianças em seu tempo livre, que a televisão direciona o cotidiano dessas crianças, já que assistir TV se mostra como a alternativa predominante para elas. Tal fato se agrava a partir da análise de um outro conjunto de dados, referentes ao conteúdo violento exibido pela TV brasileira. Como ficou demonstrado, a quantidade de eventos violentos, independentemente do horário ou do canal, se traduz em um valor extremamente elevado, causando, em primeiro lugar, surpresa, e, em segundo, temor.

Dessa forma, a criança encontra-se indefesa diante de tais expressões violentas, exibidas cotidianamente. Assim, há que se ressaltar a necessidade de uma preocupação constante em relação a essa situação, e para além dessa preocupação, deve-se haver o cuidado e a premência da criação de alternativas para se evitar que tal condição se prolongue, papel que cabe, principalmente, às políticas públicas.

ANEXO - O surgimento da Televisão e o seu desenvolvimento no Brasil

De imediato, deve-se deixar claro que a intenção neste item é fornecer alguns dados que ofereçam um norte acerca da implantação da televisão no Brasil, bem como a sua evolução através dos anos. Não há, portanto, qualquer intenção de se elaborar análises em relação a esse fenômeno. As análises acerca da televisão – as que interessam diretamente a esta Tese – serão desenvolvidas nos itens e capítulo posteriores.

Antes de se pontuar, porém, algumas considerações pertinentes de nota acerca do surgimento e do desenvolvimento da televisão no Brasil, faz-se necessário, mesmo que a título meramente informativo, expor alguns aspectos técnicos relevantes relacionados à invenção e ao aperfeiçoamento da televisão.

A história da televisão começa no século XIX, mais especificamente em 1817, quando o químico sueco Jakob Berzelius descobriu o elemento químico selênio “que tinha a propriedade de transformar a energia luminosa em energia elétrica. Essa era a premissa teórica segundo a qual era possível transmitir imagens por meio de corrente elétrica”.¹ Contudo, a tese de que o selênio possuía a propriedade de transformar a energia luminosa em energia elétrica foi comprovada cinquenta e seis anos mais tarde, ou seja, em 1873, pelo cientista inglês Willoughby Smith. Finalmente, em 1884, o alemão Paul Nipkow patenteou uma proposta de transmissão de imagens a distância, e foi chamado de o “fundador da técnica de TV”.²

¹ http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_14ago1989.htm

² OLIVEIRA, R. in <http://historiadatvbrasileira.e1.com.br//ocomeco.htm>

O primeiro modelo do que viria a se constituir uma televisão foi inventado em 1900, pelo francês Constantin Perskyi. Foi naquele mesmo ano, no Congresso Internacional de Eletricidade, realizado em Paris, que, durante a apresentação de sua tese, cujo título era “Televisão”, a palavra televisão foi utilizada pela primeira vez. Perskyi criou o termo, que se compõe da junção das palavras tele – “longe”, em grego – e videre – “ver”, em latim – para descrever um equipamento baseado nas propriedades fotocondutoras do selênio, que transmitiria imagens a distância.³

Há muitos nomes de importância para o desenvolvimento da televisão. Exatamente por isso é uma tarefa inútil atribuir a invenção do aparelho televisor a uma pessoa em específico. Os equipamentos eram construídos considerando-se experiências anteriores de outros pesquisadores.

O primeiro sistema semimecânico de televisão analógica⁴ foi demonstrado em fevereiro de 1924, em Londres, por John Logie Baird com uma imagem do desenho animado *Felix, the Cat* e, posteriormente, em 30 de outubro de 1925, foi realizada a primeira transmissão de imagens em movimento de fisionomias humanas.

Simultaneamente, entre 1923 e 1927, o russo, naturalizado americano, Vladimir Zworkin inventou o iconoscópio, aparelho que criou a primeira imagem totalmente eletrônica, formada por uma centena de linhas e milhares de pontos luminosos.⁵

Em 1930 começaram as transmissões regulares na Inglaterra e também na França, onde o posto emissor era a Torre Eiffel. Porém, os

³http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/5140_3.PDF?NrOcoSis=13137&CdLinPrg=pt

⁴ De acordo com Houaiss, forma de medida ou representação de grandezas na qual um sensor ou indicador acompanha de forma contínua, sem hiatos nem lacunas, a variação da grandeza que está sendo medida ou representada.

⁵ http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_14ago1989.htm

primeiros aparelhos de televisão eram rádios com um dispositivo que consistia num tubo de néon com um disco giratório mecânico que produzia uma imagem vermelha do tamanho de um selo postal.⁶

O primeiro serviço – que era público – de alta definição apareceu na Alemanha em março de 1935, mas estava disponível apenas em 22 salas públicas. Uma das primeiras grandes transmissões foi a das Olimpíadas de 1936, em Berlim. Adotou-se um padrão de média definição: 180 linhas e 25 quadros por segundo.⁷

A BBC foi inaugurada em 1936, na Inglaterra, com imagem composta por 240 linhas, padrão mínimo que os técnicos chamavam de "alta definição", por garantir boa qualidade e nitidez. Em três meses seu sistema oficial já era de 405 linhas.

Em maio do mesmo ano, foi realizada, na Inglaterra, a transmissão da coroação do Rei Jorge VI, o que consolidou o prestígio da televisão naquele país, “registrando-se na ocasião uma audiência calculada em 50.000 telespectadores” (SAMPAIO, 1984, p. 192)

Em 1938 começou a funcionar a televisão na União Soviética, e, um ano depois, nos Estados Unidos, sendo este o país que melhor entendeu e absorveu a nova mídia. A NBC estreou em 1941, com anunciantes e patrocinadores sustentando a programação. A RCA começou, a partir, de 1945, a produzir tubos de televisão, chamados *orticon* (uma válvula muito sensível de raios catódicos, que, adaptada à câmera, equilibrava a luz e dava uma qualidade técnica melhor a imagem), em escala industrial. Importante ressaltar que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi o único país da

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Televis%C3%A3o#Hist.C3.B3ria_da_tecnologia

⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Televis%C3%A3o#Hist.C3.B3ria_da_tecnologia

Europa a manter as transmissões televisivas no ar. Paris voltou com as transmissões em outubro de 1944, Moscou em dezembro de 1945, e a BBC em junho de 1946, com a transmissão do desfile da vitória.⁸

O pós-guerra foi o período em que a televisão experimentou o seu mais rápido desenvolvimento, pois todas as emissoras voltaram a transmitir suas imagens. Começa aí a disputa com os outros veículos de comunicação: o jornal e, principalmente, o rádio, tanto no campo da informação quanto no da publicidade.⁹

Para finalizar essa breve cronologia acerca da criação e desenvolvimento da televisão, vale destacar que a televisão em cores surgiu em 1954, na rede americana NBC. Não por acaso os Estados Unidos representam, de acordo com ALMEIDA (1974), o campo natural para disseminação da televisão. Para ele,

além da face eufórica de desenvolvimento e avanços tecnológicos, um fator extra contribuiu para a sua disseminação entre os americanos: a 2.^a Guerra Mundial que alcançou a Europa muito antes de incomodar os Estado Unidos. (p.19)

Postos, ainda que de forma breve (e essa foi a proposta desde o início), alguns aspectos importantes acerca da criação e da progressão do aparelho televisor, deve-se, mesmo que de forma pontual, expor de que modo a televisão surge, estrutura-se e se desenvolve no Brasil.

Durante o Estado Novo e depois da Segunda Grande Guerra, a indústria começou a influenciar significativamente a economia brasileira. Sob a égide de uma política nacionalista, houve investimentos na indústria pesada e

⁸ OLIVEIRA, R. in <http://historiadatvbrasileira.e1.com.br//ocomeco.htm>

⁹ http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_14ago1989.htm

assim teve início a construção da base necessária para a produção de bens de consumo duráveis. De acordo com Mattos (2003, p. 33), “o surgimento da televisão, no Brasil, em 1950, ocorreu exatamente durante o período de crescimento industrial”.

Dessa forma, assim que a televisão fora implantada nos Estados Unidos e na Europa, naturalmente o Brasil sentiu necessidade de poder disponibilizar daquele tipo de aparelho eletrônico.

De julho a setembro de 1950, as transmissões no Brasil aconteceram em fase experimental, quando no dia 18 de setembro, o jornalista Assis Chateaubriand (com a ajuda de técnicos da norte-americana RCA) inaugurou a Televisão Tupi Difusora, canal 3 (depois TV Tupi de São Paulo), pertencente à rede jornalística dos Diários Associados (que posteriormente se tornou Diários, Emissoras e Televisões Associados), que totalizava, entre emissoras de rádio, jornais e televisão, o impressionante valor de quase oitenta veículos de comunicação.¹⁰

Como aponta o documentário “Além do Cidadão Kane” (*Beyond Citizen Kane*), de Simon Hartog, à época não havia aparelhos de televisão no Brasil e, portanto, houve a necessidade de se importar alguns, que foram colocados no *Jockey Club* e em alguns pontos da cidade. Importante ressaltar que a produção da TV Tupi era direcionada à elite, que era o único setor da sociedade que podia dispor de um aparelho televisor, devido seu alto custo. (Hartog, 1993)

A televisão teve seus primeiros anos marcados pela fase de aprendizagem, tanto técnica quanto artística. Os recursos eram primários, com

¹⁰ http://www.edukbr.com.br/artemanhas/historia_tv_brasil.asp

equipamento mínimo suficiente para manter a estação no ar, sendo que a maior parte dos profissionais trabalhava dentro dos conhecimentos que haviam adquirido no rádio, no cinema ou no teatro. Com poucas horas diárias de permanência no ar, em geral das 18 às 22 (horário nobre), a programação era bastante variada, veiculando dramaturgia, musical, humor, jornalismo, programas infantis, esportes e variedades.¹¹

Um dado extremamente relevante é apontado por Sampaio (1984, p. 209)

Passados seis anos da inauguração da televisão brasileira, verificou-se nesse período uma rápida evolução sob vários sentidos: mais estações, mais telespectadores, mais receptores e maior volume de verbas publicitárias. Calcula-se que em 1956 já havia no Brasil uma audiência de um milhão e meio de telespectadores. Em São Paulo, as três emissoras de TV passaram a faturar mais em publicidade do que as treze estações de rádio juntas.

Não por acaso, com a iniciante força de comunicação da televisão, as agências publicitárias intensificaram as pesquisas de opinião para conhecer os hábitos de consumo do telespectador e qual o melhor horário para veicular seus produtos. Assim, em 1954, foi criado o IBOPE, que fornecia a audiência das emissoras. Acelerava-se o fator que viria a se transformar na força dominante da televisão: a publicidade.¹²

Outro dado relevante de nota ocorrido nos anos 1950 foi a assinatura, em outubro de 1959, pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, da primeira legislação regulamentando a censura de TV no Brasil.

¹¹ <http://www.adorofisica.com.br/trabalhos/fis/equipas/televisao/historiatvbrasil.html>

¹² <http://www.adorofisica.com.br/trabalhos/fis/equipas/televisao/historiatvbrasil.html>

Os anos 1960 trouxeram renovações para o veículo que alteraram profundamente o seu comportamento. As novidades tecnológicas permitiram maior agilidade e maior alcance da informação, iniciando as condições para que a televisão se consolidasse, mundialmente, como o mais importante veículo de comunicação.

A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética acelerou o processo do lançamento do primeiro satélite que serviria para a transmissão de sinais telefônicos e de televisão, captáveis em qualquer parte do mundo. Em 10 de julho de 1962, a NASA lançava o TELSTAR, um satélite construído pela AT&T (uma companhia norte-americana de telecomunicações), de órbita relativamente baixa. Já em 1965, a NASA colocou em órbita o primeiro satélite operacional e comercial para fins de comunicação, o *Early Bird* desenvolvido pela COMSAT. Antes disso, em 1964, formou-se o INTELSAT, composto originalmente por 50 países. A União Soviética recusou-se a participar desse acordo e criou a sua própria rede com o lançamento do Molnyá I, também em 1964. O programa de satélites abriu novos caminhos na comunicação dos países em desenvolvimento. Apenas um aspecto dessa questão preocupava os países da América Latina, que era o da colonização cultural por parte das grandes potências emissoras de imagens. Por esse motivo, decidiu-se manter sob controle as comunicações espaciais via satélite. A atitude do Brasil para tal ação foi criar a EMBRATEL, em 1965, após se integrar ao consórcio INTELSAT.¹³

A década de 1960 trouxe grandes avanços para a comunicação feita através de televisores. Em abril de 1961 a BBC de Londres fazia uma

¹³ http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_14ago1989.htm

transmissão direta da União Soviética para outros países, mostrando o pouso do cosmonauta Iuri Gagarin a bordo da cápsula espacial Vostok 1, e em fevereiro do ano seguinte o mundo também pôde ver o vôo espacial do norte-americano John Glenn. No ano de 1965, o mundo recebeu o primeiro satélite comercial para uso em telecomunicações. Para o Brasil, a primeira transmissão via satélite aconteceu no dia 3 de março de 1969, quando a nave espacial Apolo IX foi lançada para o espaço de Cabo Kennedy, nos Estados Unidos. Três meses depois, em 20 de julho de 1969, mais de um bilhão de pessoas viriam, diretamente e ao vivo, a cena em que o homem pisava pela primeira vez na Lua.¹⁴

A década de 1960, especificamente no Brasil, foi marcada por um golpe de Estado, ocorrido no dia 31 de março de 1964, quando o então presidente João Goulart foi afastado, resultado de uma aliança de líderes civis e oficiais militares.

Para Matos (2000, pp. 43 e 44):

(...) o movimento ocorreu a fim de construir um programa de desenvolvimento nacional através de nova ordem social e econômica. Inicialmente, o regime militar assumiu uma política de descentralização de incentivos a fim de reduzir as desigualdades de condições de vida e desenvolvimento entre regiões e cidades. Essa política também exigiu a construção de um espírito nacional baseado na preservação das crenças, cultura e valores brasileiros. A fim de alcançar esses objetivos, o regime precisou de um meio de disseminação das idéias da nova ordem, ou seja, das aspirações e conceitos de desenvolvimento, paz e integridade do movimento revolucionário. Os meios de comunicação de massa se transformaram no veículo através do qual o regime poderia persuadir, impor e difundir seus posicionamentos, além de ser a

¹⁴ http://www.megadivi.com.br/colunas/lista_coluna.php?codigo=1117&acao=Detalhes

forma de manter o *status quo* após o golpe. A televisão pelo seu potencial de mobilização, foi mais utilizada pelo regime, tendo também se beneficiado de toda a infra-estrutura criada para as telecomunicações.

O Estado passou a investir na propagação da televisão: construiu um moderno sistema de microondas com o dinheiro arrecadado pelo Fundo Nacional de Telecomunicações e gerenciado pela recém-criada EMBRATEL; abriu crédito para a compra de receptores; forneceu infra-estrutura para a sua expansão. A EMBRATEL tinha a função de prestar serviços no setor das comunicações nacionais, implantando, mantendo, explorando e expandindo o sistema nacional.

Assim, a ditadura deu prioridade ao desenvolvimento de um moderno sistema de telecomunicações, criou o Ministério das Telecomunicações, em 1967, que englobava a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a EMBRATEL e a Companhia Telefônica Brasileira. Além disso, viabilizou-se a compra de televisores a crédito. Os objetivos definidos foram integração e segurança nacional. (HARTOG, 1993)

Posto isso, faz-se imprescindível, antes de qualquer avanço acerca da evolução da televisão no Brasil, demonstrar, ainda que de forma concisa, a relação maquiavélica contida na tríade Rede Globo, Governo Militar e Estados Unidos.

Sabe-se que no dia 31 de março de 1964, o então presidente João Goulart foi retirado do poder por um golpe de Estado, articulado por lideranças civis e militares.

De acordo com Matos (2000, pp. 43 e 44):

(...) o movimento ocorreu a fim de construir um programa de desenvolvimento nacional através de nova ordem social e econômica. Inicialmente, o regime militar assumiu uma política de descentralização de incentivos a fim de reduzir as desigualdades de condições de vida e desenvolvimento entre regiões e cidades, essa política também exigiu a construção de um espírito nacional baseado na preservação das crenças, cultura e valores brasileiros. A fim de alcançar esses objetivos, o regime precisou de um meio de disseminação das idéias da nova ordem, ou seja, das aspirações e conceitos de desenvolvimento, paz e integridade do movimento “revolucionário”. Os meios de comunicação de massa se transformaram no veículo através do qual o regime poderia persuadir, impor e difundir seus posicionamentos, além de ser a forma de manter o *status quo* após o golpe. A televisão, pelo seu potencial de mobilização, foi mais utilizada pelo regime, tendo também se beneficiado de toda a infra-estrutura criada para as telecomunicações.

Importante ressaltar que a Escola Superior de Guerra, o cérebro dos militares, estava por trás do Golpe. De acordo com Hartog (1993), ela foi criada a partir do modelo da Escola Nacional Norte-Americana de Guerra, inspirada em sua guerra fria anticomunista. Contudo, a escola brasileira possuía uma significativa diferença da sua equivalente norte-americana: ela continha, além de membros militares, membros civis como empresários, tecnocratas e políticos.

Para BEZZON (2005), quando do golpe de 1964, a TV no Brasil teve uma relevante função, visto que grande parte das emissoras “colocou-se a favor dos militares e contra uma suposta tomada do poder pelos comunistas” (p. 231). Dois exemplos que podem ser citados foram a divulgação das imagens das marchas “com Deus pela liberdade”, na tentativa de manipular a opinião pública logo após o golpe, e a campanha “Dê ouro para o bem do

Brasil”, levada a cabo pela TV Tupi, que pedia para que a população, mediante objetos de valor, ajudasse o país a saldar sua dívida.

Assim, o regime militar, através da criação de condições operacionais para as telecomunicações brasileiras, deu prioridade ao desenvolvimento de um moderno sistema de telecomunicações, o que contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão “a qual também foi usada para promover as idéias do regime autoritário” (Matos, 2000, p.44). Dessa forma, pode-se considerar que, no Brasil, as ações do regime militar, visando à manutenção da ordem e da segurança e a promoção do progresso e da modernização, contribuíram para o desenvolvimento da televisão.

Para Alves (1988, p. 113):

O objetivo comum era interligar todo o país através dos meios de comunicação. A integração nacional tornaria possível a difusão massiva e maciça de mensagens que garantiriam a padronização de opiniões, desejos e valores, colocando-se facilmente no mercado maior quantidade de produtos materiais quanto ideológicos. A EMBRATEL (1965), o Ministério das Comunicações (1967), o *videotape* e os satélites de comunicação tornariam tudo isso possível. A ordem, então, passava a ser uma só – investir na televisão. Mas para tão importante tarefa seria necessário **um agente que se mostrasse à altura.** (grifos nossos)

O agente em questão foi a TV Globo, que nasce em 1965. Dois anos antes da data do golpe, em 1962, ocorre um fato extremamente relevante, no que se refere à televisão, especificamente à Rede Globo. De acordo com Hartog (1993), Roberto Marinho, então proprietário das Organizações Globo, assinou um contrato de assistência para a TV Globo com o grupo norte-americano Time-Life (que investiu 5 milhões de dólares na sua instalação), que possuía

interesses em alguns países da América do Sul, entre eles o Brasil. Na sua concepção, havia, nesses países, um mercado em crescimento que posteriormente poderia lhe ser útil. Assim, a Globo surgiu com financiamentos de um acordo feito entre o grupo Time-Life. Após dois meses desse acordo entre os dois grupos, a Globo foi denunciada, tendo sido instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar suas ligações com o grupo Time-Life. Como bem pontua Alves (1988, p. 114):

Embora a CPI concluísse que os acordos infringiam preceitos constitucionais que proibiam a participação de estrangeiros na orientação intelectual e administrativa de canais de TV, o governo Castelo Branco, fazendo vista grossa, rolou o processo até o período de Costa e Silva, quando se decidiu então que não houvera violação da lei, e o caso foi arquivado.

Dessa forma, assim que o golpe foi efetivado, a Globo já vinha se estruturando como uma emissora de TV. Ou seja, para FANTINATTI (2005), a TV Globo se expande e se estabiliza exatamente durante o período de ditadura militar no país, havendo, assim, uma relação estreita entre sua história e a do período autoritário no Brasil. Além disso, ela consegue obter êxito devido a três fatores: os grandes investimentos do grupo Time-Life; a ajuda do governo militar a quem servia; os métodos de administração modernos e racionais, já que a Time-Life, além do financiamento, enviou-lhe também o seu *know-how*.

Portanto, a TV Globo deu início às suas atividades “sob a proteção dos governos militares e ligada ao capital norte-americano” (Alves, 1988, p. 114), tendo se transformado na mais poderosa rede de televisão brasileira, sempre merecendo a confiança creditada nela por seus aliados.

Todas essas condições permitiram à TV Globo, em pouco tempo, atingir os maiores índices de audiência e de investimentos publicitários, sendo que o padrão de qualidade disseminado por ela também teria papel essencial na obtenção da preferência da grande maioria da população.

Através da importação de “padrões de administração, produção e programação (...) contava ainda com ultramodernas câmeras portáteis e a melhor equipe de artistas, jornalistas, técnicos etc.” (Alves, 1988, p.115), criando, desde o primeiro momento, o que se convencionou denominar de “padrão Globo de qualidade”.

Importante ressaltar que a utilização dos MCM para atender aos interesses do governo militar não se limitou ao momento do golpe, em 1964. Por exemplo, quando da promulgação do AI-5, em 13 de novembro de 1968, as emissoras de TV foram econômicas na cobertura daquela quebra constitucional, postura contrária da imprensa escrita, que reagiu veementemente, sendo, por isso, objeto de intervenção por parte do governo militar.

Para Bezzon (2005, p. 233):

A TV foi o meio de comunicação escolhido para louvar as realizações da ditadura militar do Brasil Potência do general Médici, cuja imagem destinada à história (...) é a do presidente-torcedor, com o radinho de pilha grudado na orelha, acompanhando transmissões esportivas e saudando a seleção tricampeã de futebol na volta do México, e a TV registrou e exibiu tudo para todos os brasileiros que tinham acesso a ela.

Houve, portanto, naquele período, uma conjugação de fatores que trouxe benefícios para todos: TV Globo, governo militar e empresas norte-

americanas. A TV Globo se fortaleceu, tornando-se a maior rede do país; o governo militar se utilizava dos meios de comunicação de massa, particularmente da Rede Globo para expor e/ou ocultar fatos significativos relativos ao contexto, principalmente, político do Brasil à época do regime militar; as empresas norte-americanas, sobretudo as multinacionais de comunicação, graças à autoridade militar existente no Brasil, e à sua política econômica, terminaram por ver aumentado o seu mercado consumidor no país, que cada vez mais absorvia os seus produtos.

Dessa forma, espera-se, ter sido demonstrada, ainda que de forma breve, a citada relação maquiavélica contida na tríade Rede Globo, Governo Militar e Estados Unidos, pontuada no início deste item.

Caminhando na cronologia da televisão no Brasil, tem-se que nos anos 1970 é que se dá o auge das primeiras grandes conquistas técnicas da TV no Brasil, com as transmissões em rede, via satélite, em 1970, e a transmissão em cores, em 1972. A transmissão via satélite encurtou distâncias e reduziu o país e o mundo. O universo de público alcançado pelo veículo cresceu assustadoramente pois se tornou possível a informação de qualquer ponto do planeta ao telespectador. A investida, naquele momento, passou a ser para a classe média.¹⁵

Sob o rigor da censura, a televisão começou assumir forma e conquistar a sua importância. Mesmo vigiada, a televisão, desde 1970, começou a ser observada pelos intelectuais, que apontavam uma grande infraestrutura empresarial para dar potencial ao veículo, através da publicidade, com grandes inovações, técnicas a cor e uma nova linguagem. A televisão,

¹⁵ <http://www.adorofisica.com.br/trabalhos/fis/equipes/televisao/historiatvbrasil.html>.

dessa forma, passa a ser uma grande fonte de renda. Dessa forma, o Ministério das Comunicações baixou decreto que regulamentava três minutos de comerciais para cada quinze minutos de programação, assim como o decreto que regulamentava a propaganda governamental gratuita.¹⁶

Sobre esse período, pontua Matos (2000, p. 34):

No início dos anos setenta, existiam quinze emissoras de televisão operando nas mais importantes cidades do país. Entretanto, só quando os efeitos do consumo de produtos industrializados cresceram e o mercado se consolidou foi que as emissoras de televisão se tornaram economicamente viáveis como empresas comerciais e começaram a competir pelo faturamento publicitário. A fim de receber maior quantidade de anúncios, a televisão começou a direcionar seus programas para grandes audiências, aumentando assim seus lucros. Em resumo, a introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política.

A prolífica história da televisão na década de 1970 trouxe um aumento nos gastos publicitários bem como um aumento de muitos veículos de comunicação. Aproveitando-se de tal circunstância, a Rede Globo consegue que o Jornal Nacional seja o telejornal mais assistido em todo o país. Inicia-se uma hegemonia dos noticiários da Rede Globo, bem como começam a se destacar as telenovelas na grade de programação, tornando-se o segmento *novela-jornal-novela* de grande alcance (padrão existente até os dias atuais), o que levava um grande número de telespectadores para a frente da televisão.¹⁷

Assim, um fenômeno que deve ser pontuado aqui, ainda que de forma breve, é a telenovela. Dois gêneros de programas contribuíram para que

¹⁶ <http://br.geocities.com/ideall2001/frames.htm>

¹⁷ <http://br.geocities.com/ideall2001/frames.htm>

a TV se tornasse um fenômeno de comunicação de massa no país: o programa de auditório (com o surgimento dos comunicadores/apresentadores) e a telenovela.

Surgidas na década de 1960, as telenovelas rapidamente ganham o gosto do público, transformando-se no principal produto da televisão. Para Bezzon (2005), uma vez que o público da televisão cresceu, em consequência houve uma “popularização da telenovela”, o que acarretou em uma audiência maior bem como um aumento das verbas publicitárias. Para a autora, o sucesso proveniente da telenovela produz a iniciativa das primeiras idéias de formação de uma rede de emissoras, com um mesmo produto sendo exibido em diversas cidades. Ou seja, é graças às telenovelas que se pôde vislumbrar uma rede nacional de televisão.

Além disso, um dado de extrema relevância é pontuado por Maria Rita Khell para o documentário “Além do Cidadão Kane” (*Beyond Citizen Kane*). Ela aponta que as telenovelas, especialmente as da Rede Globo, conseguiram, melhor do que qualquer política repressiva, alterar a consciência do brasileiro sobre a sua condição. Para ela, esse foi um projeto que não se esqueceu da periferia, mas a contemplou, maquiando a pobreza e apontando uma perspectiva de ascensão pelo trabalho, pelo investimento. De acordo com a historiadora, é como se o Brasil tivesse tentado viver sob a forma de farsa o que foi o sucesso do *self made man* em uma outra época do capitalismo (HARTOG, 2003).

Importante lembrar aqui que, as telenovelas, principalmente as da Rede Globo, fizeram e fazem sucesso em vários países, e são exportadas até hoje.

Assim, a definitiva consolidação da televisão brasileira como indústria cultural no país, em meados dos anos 1970, fez com que a TV se tornasse o modelo de grande influência na vida social e política, liderado pela Rede Globo de Televisão. Esta fase da TV brasileira é como a fase da absorção dos padrões de administração, de produção de programação pela televisão nacional. As empresas de televisão do eixo Rio-São Paulo reforçaram seu papel de intermediárias entre a indústria cultural multinacional e o mercado brasileiro.

Em complemento a esses dados, Matos (2000, p. 45) atenta para a seguinte questão:

(...) no período compreendido entre Médici e Geisel, de 1964 a 1979, a televisão brasileira foi diretamente influenciada pelo governo, que, além de promover o desenvolvimento técnico, começou a se preocupar também com o conteúdo dos programas. Nesse período, o Ato Inconstitucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, foi intensamente usado para caçar mandatos eletivos, suspender o *habeas-corpus*, decretar intervenções federais sem qualquer salvaguarda constitucional etc. Também uma forte censura foi imposta aos meios de comunicação social, principalmente às emissoras de televisão e de rádio. (...) Assim, pode-se dizer que, no Brasil, a curto e longo termos, as ações do regime militar para manter a ordem e a segurança e promover o progresso e a modernização (...) contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento da televisão.

Os anos 1980 são marcados, logo no seu início, com a extinção da TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora do Brasil.

Já em termos políticos, nessa mesma década surge um amplo movimento político no Brasil, por meio do qual se exige que o próximo presidente seja eleito pelo povo, as “Diretas Já”. A televisão não podia ficar à

margem deste grande momento político e cede espaço para transmitir os comícios que levaram milhares de pessoas às ruas de todo o país, mesmo que em meio a fatos encobertos, pois alguns veículos omitiam ou distorciam informações. Um exemplo claro dessa omissão ou distorção, no caso levado a termo pela Rede Globo, se deu por ocasião de um grande comício pelas “Diretas-Já” na Praça da Sé, ocorrido no dia 25 de janeiro de 1984, em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo. O comício foi noticiado pelo Jornal Nacional como apenas uma entre um sem-número de solenidades realizadas por ocasião daquela data, sem oferecer a ele a importância devida. (HARTOG, 2003)

Para MATOS (2000), a década de 1990 apresentou algumas transformações, como por exemplo, as camadas mais pobres da população, devido ao sucesso do Plano Real, tiveram seu poder aquisitivo aumentado, e puderam adquirir novos aparelhos televisores, o que gerou um acirramento pela briga da audiência das classes C, D e E. Tal acirramento se deu pelo fato de que as redes de TV aberta começaram a perder uma significativa fatia da audiência das classes A e B, que migraram para os canais por assinatura. Para a obtenção daquela audiência, a maioria das emissoras concentrou sua programação em programas sensacionalistas, passando a exibir temas como sexo e violência. São dessa época os programas “Aqui Agora”, “Cidade Alerta”, “No Limite”, entre outros. Além disso, houve um aumento significativo de notícias e fatos sensacionalistas, bem como de filmes e seriados que exploravam a violência, banalizando-a como algo normal.

Tais conteúdos produziram questionamentos de vários setores da sociedade. Um dos exemplos mais contundentes contra os efeitos danosos da

televisão brasileira foi um manifesto, escrito em 13 de janeiro de 1993, por Dom Lucas Moreira Neves, na época, cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, em um artigo intitulado "J'acuse". Embora longo, considera-se extremamente pertinente sua transcrição nesse espaço, uma vez que existe uma relação direta entre seu conteúdo com as análises que serão mostradas no quarto capítulo desta Tese.

Do polêmico manifesto de Emile Zola estou plagiando somente o título e, se puder, a veemência. Fora isso, não pretendo revisitar nesta crônica o clamoroso *affaire* Dreyfus. O meu "J'acuse" é assentado contra a televisão brasileira. E o faço como brasileiro preocupado com o meu país e como bispo responsável por grande número de fiéis. Não quero, de modo algum, generalizar. Estou pronto para excetuar da minha acusação o canal dedicado à educação e cultura e os programas que, nos diferentes canais, contribuem para o crescimento e a elevação cultural e humana da população. Feito isso e tomando por testemunhas a sociedade brasileira, os pais de família e os educadores em particular, os pastores de igrejas e líderes religiosos, eu acuso a televisão brasileira por seus muitos delitos. Acuso-a de descumprir sistematicamente as funções em vista das quais obtive do governo uma concessão: informar, educar, cultivar a consciência e divertir. Em vez disso, ávida somente de pontos no Ibope e de faturamento, ela não hesita em apelar aos instintos mais baixos do homem. Seu pecado mais grave é o que concerne à educação por ser esta a necessidade e a exigência fundamentais no nosso país. Com raras e louváveis exceções a TV brasileira não só não educa, mas, com requintes de perversidade, deseduca. Abusando dos seus recursos técnicos, do seu poder de persuasão e de penetração nos lares do país inteiro, ela destrói o que outras instâncias pedagógicas e educativas, a duras penas, procuram construir. Acuso a televisão brasileira de ministrar copiosamente à sua clientela os dois ingredientes que, por um curioso fenômeno, andam sempre juntos: a violência e a pornografia. A primeira é servida em filmes para todas as idades. A segunda impera, solta, em qualquer gênero televisivo: telenovelas, entrevistas, programas ditos humorísticos, spots publicitários e clips de propaganda (...) com sua enxurrada de

pornografia, a TV brasileira está formando uma geração de *voyeurs*. Acuso a televisão de nosso país de estar utilizando aparelhagens e equipamentos sofisticados com o objetivo de imbecilizar faixas inteiras da população. Uma geração de debilóides. O processo se torna consternador e inquietante quando, a pretexto de humor, um instrumento de educação, onde o mau gosto, a idiotice, o achincalhe são dados em pasto às crianças, adolescentes e jovens em formação..., ao apontá-lo como verdadeira regressão, por meio de um repertório de boçalidades. Acuso a televisão brasileira de ser demolidora dos mais autênticos e inalienáveis valores morais, sejam eles pessoais ou sociais, familiares, éticos, religiosos e espirituais. Demolidora porque não somente zomba deles, mas os dissolve na consciência do telespectador e propõe, em seu lugar, os piores contra valores. Neste sentido é assustadora a empresa de demolição da família e dos mais altos valores familiares – amor, fidelidade, respeito mútuo, renúncia, dom de si – realizada cotidianamente, sobretudo pelas telenovelas. Em lugar disso, o deboche e a dissolução, o adultério, o incesto. Acuso a televisão brasileira de ser corruptora de menores, em virtude de programas da mais baixa categoria moral, pelas cenas e pelo palavreado, em horários em que crianças estão diante da caixa mágica. Acuso-a de atentar contra o que há de mais sagrado, como seja a vida. Acuso-a de disseminar idéias, crenças, práticas e ritos dos mais estranhos. Ela se torna, deste modo, veículo para a difusão da magia, inclusive magia negra, satanismo e rituais nocivos ao equilíbrio psíquico. Acuso a televisão brasileira de destilar em sua programação e instilar nos telespectadores, inclusive jovens e adolescentes, uma concepção totalmente aética da vida: o triunfo da esperteza, do furto, do ganho fácil, do estelionato. Neste sentido, merecem uma análise à parte as telenovelas brasileiras sob ponto de vista psicossocial, moral e religioso. Quando foi que, pela última vez, uma novela brasileira abordou temas de relevantes interesses sociais em geral? Qual foi a novela que propôs ideais nobres de serviço ao próximo e de construção de uma sociedade melhor? Em lugar disso as telenovelas oferecem à população empobrecida, como modelo e ideal, as aventuras de uma burguesia em decomposição. Acuso, enfim, a televisão brasileira de instigar a violência: a televisão brasileira terá de procurar dentro de si as causas da violência que ela desencadeou... Ela não pode procurar álibis quando esta violência produz frutos amargos. Quem matou, há dias, uma jovem atriz?

Seria ingenuidade não indicar e não mandar ao banco dos réus uma co-autora do assassinato: a TV brasileira!¹⁸

Embora esse manifesto tenha sido escrito há treze anos atrás, percebe-se que ele se reveste de uma atualidade assustadora até.

Os anos 1990 também foram marcados pela criação, por parte da Igreja Católica e de várias igrejas evangélicas, de redes de transmissão iniciando uma catequese eletrônica sem precedentes, até então, na televisão. Com esse propósito levado a termo, as igrejas evangélicas, principalmente, conquistaram milhares de fiéis, conseguindo, assim, eleger diversos parlamentares que receberam do governo federal a concessão de emissoras independentes de rádio e televisão em todo o país, tornando-se grande força de mobilização religiosa e social. Como contra-ataque, a Igreja Católica criou a Rede Vida de Televisão, em 20 de junho de 1995.

Em relação aos anos posteriores a 2000, pode-se destacar dois pontos em especial: 1) a era da Internet acabou por exigir a atualização não só por parte da programação, como principalmente dos profissionais que atuam na produção da TV, já que o uso da Internet vem se tornando um acessório quase que obrigatório em todos os programas; 2) percebe-se que, a partir do exposto neste item acerca da programação dos anos 1990, não houve qualquer mudança significativa. O conteúdo, a linguagem, a estrutura permanecem os mesmos, como poder-se-á notar no capítulo posterior.

Contudo, antes de se avançar na discussão sobre o conteúdo dos programas televisivos, e até mesmo para uma melhor compreensão, faz-se

¹⁸ In <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd141020036.htm>

pertinente a abordagem de um fenômeno fundamental, já citado em momentos anteriores: a dramatização da violência.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. As mortes que se contam no tribunal do júri in **REVISTA USP**. São Paulo, 21:132-51,1994.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003

AIRES, T. e COMPRI, M. **Anos 70 – ainda sob controle, mas respirando mais aliviado**, disponível em <<http://br.geocities.com/ideall2001/frames.htm>>, acesso em 06 ago, 2005.

_____. **Anos 80 – liberdade de expressão já**, disponível em <<http://br.geocities.com/ideall2001/frames.htm>>, acesso em 06 ago, 2005.

AKERMAN, M. **Mapa de risco da violência: cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 1997 (Boletim)

ALMEIDA, Emerson de. **O papel da televisão na sociedade brasileira**.. Ordem/desordem : Caderno de Comunicação/pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte , n.3 , p.19-26, mar.1974.

ALTHEIDE, D. L. **Creating fear: News and the construction of crisis**. New York: Aldine de Gruyter, 2002.

ALVES, J. F. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 1988.

ANDERSON, C., BUSHMAN, B., The Effects of Media Violence on Society, in **Science** Vol. 295, 2002

ARAÚJO JÚNIOR, J. M., Os grandes movimentos da Política Criminal de Nossos Tempos, in ARAÚJO JÚNIOR, J. M., (org.), **Sistema Penal para o Próximo Milênio**, Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ARBEX JÚNIOR, J., **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARBEX JÚNIOR, J. e TOGNOLLI, C. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo, 1996.

ARANHA, M. L. A. Filosofando – Introdução à filosofia in KUPSTAS, M. **Violência em debate**, 1997.

BARATA, F., La violencia y los mass media. Entre el saber criminológico y las teorías de la comunicación in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 29, 2000.

BATISTA, N., Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 42, 2002.

BECK, U. **¿Qué es la globalización?**, Barcelona: Paidós, 1998.

BERNARDO, J. **Estado. A silenciosa multiplicação do poder**, São Paulo: Escrituras, 1998.

BEZZON, L. C. Ideologia e segurança nacional: a utilização da televisão durante os governos militares no Brasil in BEZZON, L. C. (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. e PASSERIN, J.C. **A Reprodução**. Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUCCI, E. Uma proposta para melhorar a TV in VIVARTA, V. **Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes**, São Paulo: Cortez, 2004.

CANELA, G. Televisão no Brasil: bônus sem ônus? in VIVARTA, V. **Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes**, São Paulo: Cortez, 2004.

CARLSSON, U., FEILITZEN, C., **A Criança e a Violência na Mídia**, São Paulo-Brasília: Cortez-UNESCO, 2000.

CARRANCA, A. e PADIGLIONE, C. Suicídio ao vivo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2003.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática in Bourdieu, P. (coord.) **A miséria do mundo**, Petrópolis: Vozes, 2003.

CHOMSKY, N. **Ilusiones necesarias. Control del pensamiento en las sociedades democráticas y libertárias**. Madrid: Prodhufi, 1992.

CHOMSKY, N e HERMAN, E. S. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**, New York: Pantheon books, 2002.

COHEN, S. & YOUNG, J. **The Manufacture of News**. London: Constable, 1991.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

CORTELLA, M. S. Outras faces da violência in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 12, n.º 47, 375-376, mar-abr, 2004.

Cronologia da TV no Brasil disponível em <<http://www.tvmemoria.hpg.ig.com.br/historia.htm>>, acesso em 06 ago, 2005.

DANTAS, A., **Uma Tentativa de Compreensão do Homem Rural: Diferentes Olhares**, UNESP, dissertação de mestrado, mimeo, 1997.

DANTAS, A., SILVA, T. A. D. e TOLEDO, M. C. V. A violência e a criminalidade na sala de estar in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 52, 2005.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. **Conversações**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

FARIA, J. E. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

_____ O direito num cenário em transformação in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n.º 17, 1997.

FARIA, R. **O surgimento da TV no Brasil** disponível em <[http://www.megadivi.com.br/colunas/lista_coluna.php?codigo=1117 &acao=Detalhes](http://www.megadivi.com.br/colunas/lista_coluna.php?codigo=1117&acao=Detalhes)>, acesso em: 06 ago, 2005.

FATINATTI, M. Comunicação de massa e poder político: o atual discurso da Rede Globo revelando seu empenho por uma nova imagem in in BEZZON, L. C. (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005

FRANCO, A. S. **Crimes hediondos**, 4ª ed., São Paulo: RT, 2000.

_____ Conceito de Violência, São Paulo: mimeo, 2004.

_____ Do princípio de intervenção mínima ao princípio de máxima intervenção in **Revista Portuguesa de Ciências Criminais**, Fasc. 2, 1996.

_____ Globalização e criminalidade dos poderosos in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 6, n.º 21, 100-136, jan-mar, 2000.

GERNSHEIM, E. & B., BECK, U. **Individualization**, London: Sage Publications, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10.^a ed., 1995.

HABERMAS, J. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização” in **Novos Estudos Cebrap**, n. 43, 1995.

HARVEY. D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HARTOG, S. **Além do cidadão Kane (Beyond citizen Kane)** (documentário), 1993.

HASSEMER, W., MUÑOZ Conde, F., **Introducción a la Criminología y al Derecho Penal**, Valencia: Tirant lo Blanch, 1992.

HAYEK, F. **A miragem da justiça social**, São Paulo: Visão, 1985.

_____. **O caminho da servidão**, 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

História da televisão brasileira disponível em <http://www.edukbr.com.br/artemanhas/historia_tv_brasil.asp>, acesso em 06 ago, 2005.

História da televisão no Brasil disponível em <http://www.adorofisica.com.br/trabalhos/fis/equipes/televisao/historia_tvbrasil.html>, acesso em: 06 ago, 2005

HOINEFF, N. **TV em expansão**, Rio de Janeiro: Record, 1991.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 27.^a ed., 2000.

IBGE, **Pesquisa TV**, 2003.

JOHNSON, J., "Television Viewing and Agressive Behavior During Adolescence and Adulthood", Vol.295, **Science**, 2002.

KAHN, T. "Mapa de Risco da Violência: um indicador seguro para a tomada de decisões?", **Revista do ILANUD**, n. 02, 1997.

KUTTNER, R. Everything for sale. The virtues and limits of market, New York: Knopf, 2000

LARANJEIRA, S. M. G. A realidade do trabalho em tempo de globalização in SANTOS, J. V. T. (org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

MARCONDES FILHO, C. **Sociedade tecnológica**, São Paulo: Scipione, 1994.

_____. **Quem manipula quem?**, Petrópolis: Vozes, 1986

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, S. A. S. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)**, Salvador: PAS e Ianamá, 2000.

MELLO, S. L. A cidade, a violência e a mídia in Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 06, n.º 21, 188-195, jan-mar, 1998.

MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo, Ática, 2001.

MOORE, M., **Tiros em Columbine**, 2002

O veículo do século faz 50 anos in Banco de dados Folha disponível em

<http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_14ago1989.htm>,

acesso em: 06 ago, 2005.

OLIVEIRA, R. **História da televisão brasileira** disponível em

<<http://historiadatvbrasileira.e1.com.br//ocomeco.htm>>, acesso em:

06 ago, 2005.

ORTIZ, R. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo : Nacional , 27a. ed, 2002.

PASTANA, D. R. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**, São Paulo: IBCCRIM, 2003,

PELUSO, V. T. P. Mass media e direito penal: uma reflexão in **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 10, n.º 39, 175-187, jul-set, 2002.

PERALVA, A., **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PÉREZ LUÑO, A. E. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución**, Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1989.

PINHEIRO, P. S. e ALMEIDA, G. A. de. **Violência Urbana**, São Paulo: Publifolha, 2003.

POPPER, K., CONDRY, J., **Televisão um Perigo para a Democracia**, Lisboa, Gradiva, 1995.

PURDY. J. S., The Chicago acid bath. The impoverished Logic of 'Law and Economics in **American Prospect**, jan-fev. 1998

RAMONET, I. **La tiranía de la comunicación. El papel actual de la comunicación**. Barcelona: Editorial Debate, 2002.

_____ Pensamiento único y nuevos amos del mundo in
CHOMSKY, N., RAMONET, I, **Cómo nos venden la moto**,
Barcelona: Icaria, 1997.

_____ **Propagandes silencieuses : Masses télévision
cinéma**, Paris: Galilée, 2000

_____ “Situación actual del proceso de globalización”,
RAMONET, I., (org.), **El Proceso de Globalización Mundial**,
Barcelona: Intermon, 2000

RODRIGUES, A. M. P. de M. **Novo olhar sobre a questão
penitenciária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

ROXIN, C. **La evolución de la política criminal, el Derecho penal
y el Proceso penal**, Valencia: Tirant Lo Blanch, 2000.

SAMPAIO, M. F. **História do rádio e da televisão do Brasil e no
mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984

SANTOS, B. S. **Reinventar a Democracia**, Lisboa: Gradiva/
Fundação Mário Soares, 2001.

_____ **A globalização e as Ciências Sociais**, São Paulo:
Cortez, 2002.

_____ **The GATT of law and democracy**, Madison: Oñati
Papers, 1997.

SANTOS, J. V. T. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da
globalização in SANTOS, J. V. T. (org.) **Violências no tempo da
globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

SARTORI, G. **Homo videns. Televisão e pós-pensamento**, Bauru:
EDUSC, 2001.

SILVA, T. A. D., O Direito Penal na Contramão do Processo Globalizador in **Boletim IBCCRIM**, Nº. 70, 1998.

_____ **Liberdade de expressão e direito penal no estado democrático de direito**, São Paulo: IBCCRIM, 2000.

SILVA SÁNCHEZ, J. M. **La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales**. Madri: Civitas, 2001.

_____ **Liberdade de Expressão e Direito Penal no Estado Democrático de Direito**, São Paulo: IBCCRIM, 2000.

SODRÉ, M. **O social irradiado. Violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

Televisão disponível em

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Televis%C3%A3o#](http://pt.wikipedia.org/wiki/Televis%C3%A3o#Hist.C3.B3ria_da_tecnologia)

[Hist.C3.B3ria_da_tecnologia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Televis%C3%A3o#Hist.C3.B3ria_da_tecnologia)>, acesso em 06 ago, 2005.

UNESCO, **Percepção dos jovens sobre a violência nos meios de comunicação de massa**, 1998.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica in VELHO, G. e ALVITO, M (orgs.) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ e Ed. FGV, 1996.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

WHITAKER, D. C. A. A comunicação televisiva e as metamorfoses da ideologia in BEZZON, L. C. (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005

ZAFFARONI, E. R. La Globalización y las actuales orientaciones de la Política Criminal in **Direito Criminal**, Belo Horizonte: Jus aeternum, 2000.

_____ Globalización y sistema penal en America Latina: de la seguridad nacional a la urbana” in **Revista Brasileira de Ciências Criminales**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 20, 1997.

ZALUAR, A., Violência e crime. in MICELI, S. (org.), **O que ler na ciência social brasileira(1970-1995)**, São Paulo: Sumaré / ANPOCS, vol. 1, 1999.

ZIEGLER, J. **Los nuevos amos del mundo**. Barcelona: Destino, 2003.

ZUGALDIA ESPINAR, J. M. **Fundamentos de derecho penal**. 3a. ed. València: Tirant lo Blanch, 1993.